

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**GABRIEL KASPARY DE MORAES**

**O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO FUNDAMENTO DA  
TEORIA DO ESTADO DE FRIEDRICH ENGELS**

**PORTO ALEGRE**

**2023**

**GABRIEL KASPARY DE MORAES**

**O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO FUNDAMENTO DA  
TEORIA DO ESTADO DE FRIEDRICH ENGELS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Departamento de Filosofia do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial  
para a obtenção do título Bacharel em Filosofia.

Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria

**PORTO ALEGRE**

**2023**

**GABRIEL KASPARY DE MORAES**

**O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO FUNDAMENTO DA  
TEORIA DO ESTADO DE FRIEDRICH ENGELS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Departamento de Filosofia do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial  
para a obtenção do título Bacharel em Filosofia.

Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Resultado:

Banca Examinadora:

---

Paulo Francisco Estrella Faria

Departamento de Filosofia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

José Pinheiro Pertille

Departamento de Filosofia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Ricardo Crissiúma

Departamento de Filosofia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Tenho muitos agradecimentos a fazer.

Quero, primeiro, agradecer ao meu pai, que me acompanhou em todos os dias do vestibular. Poder contar contigo naqueles dias fez toda a diferença para mim. Obrigado, pai.

Agradeço à minha mãe por todo o esforço e orgulho que dedicou a mim, bem como por sempre ter sido um exemplo de perseverança. Obrigado por tudo, mãe.

Não posso esquecer de agradecer ao meu irmão, que é meu melhor amigo desde sempre. Não importa o que eu vier a me tornar nesta vida, ser teu irmão sempre será uma das coisas mais importantes da minha vida.

Devo muitos agradecimentos à minha prima, Tamires, por ter sido minha primeira professora e por ter me incentivado a entrar na vida acadêmica.

Agradeço igualmente ao meu primo, Diogo, por todos os anos de amizade e por tanta conversa sobre filosofia.

Agradeço à minha avó, Lucila, e à minha tia, Ana, que nos deixaram nos últimos anos. Devo tanto a vocês que é difícil agradecer algo em particular. É simplesmente impossível descrever em palavras a falta que vocês fazem em nossas vidas. Obrigado por tudo.

Agradeço à minha companheira, Nur. Te conhecer mudou minha vida. Na vida estudantil precisamos ser lembrados diariamente de que o que fazemos importa, que não é inútil, e você nunca me deixou esquecer disso. Sempre acreditou em mim, muito mais do que eu mesmo acredito. Lembro até hoje do dia em que você me deu de presente *O capital* e, a partir daí, nunca mais larguei os estudos marxistas. Não teria conseguido sem você. Muito obrigado por tudo, amor.

Agradeço imensamente a todos os professores e professoras da UFRGS. Um agradecimento especial aos meus antigos orientadores, Raphael Zillig e Alfredo Storck, por toda empatia, paciência e conhecimento. Outro agradecimento especial ao orientador deste trabalho de conclusão de curso, Paulo Faria, por todo cuidado e atenção que dedicou à revisão e orientação do presente texto. Assim como aos professores José Pertille e Ricardo Crissiuma, por aceitarem compor a banca e por me ajudarem nos rumos futuros da pesquisa. Também agradeço a todos os funcionários e funcionárias da UFRGS, que fazem esta universidade ser possível e funcionar diariamente.

There are times when I'm feeling like I've lost all control  
And I'm talking 'bout a year or more  
And I remember when I was a kid and it was simple  
I couldn't ask for more  
And I was heading down the straight and narrow  
But then the devil pulled me in by my elbows  
He gently removed my blindfold  
I said, "Don't show me more."

**(Separate - Meg and Dia)**

## RESUMO

Neste trabalho, investigo a teoria de Engels segundo a qual o Estado é, em todas as épocas e lugares, via de regra, o Estado da classe economicamente dominante. Ou seja, o Estado existe em função de auxiliar a classe dominante na exploração das classes exploradas. Investigaremos como é possível que Engels afirme tal teoria. Nossa principal questão será: Quais as justificativas e os fundamentos da teoria de que o Estado existe em função dos interesses de uma classe economicamente dominante? Observamos, no decorrer do trabalho, que o fundamento principal da teoria do Estado de Engels é o materialismo histórico. E, na intenção de compreender melhor a teoria materialista da história, passamos a analisar a obra *A Teoria da História de Karl Marx: Uma Defesa*, de G. A. Cohen. Cohen, pertencendo à tradição do marxismo analítico, procura defender o materialismo histórico de Marx e Engels por meio de um argumento da escolha racional. Observaremos, contudo, certas inconsistências entre a teoria do Estado de Engels e a defesa que Cohen faz ao materialismo histórico. Argumentamos, por fim, que embora a teoria do Estado de Engels dependa necessariamente da teoria materialista da história, desenvolvida por Marx e ele, a defesa que Cohen confere ao materialismo histórico não dá conta de explicar como as classes economicamente dominantes se tornam e se mantêm politicamente dominantes.

**Palavras-chave:** Friedrich Engels; Karl Marx; G. A. Cohen; Estado; Materialismo Histórico.

## **ABSTRACT**

In this work, I investigate Engels' theory of State according to which the State is, in all times and places, the State of the economically dominant class. That is, the State exists in order to help the dominant class in the exploitation of the exploited classes. We will investigate how it is possible for Engels to affirm such a theory. Our main question will be: What are the justifications and foundations of the theory that the State exists to help the interests of an economically dominant class? We observed, in the course of the work, that the main foundation of Engels' theory of the State is historical materialism. And, in order to understand better the materialist theory of history, we start to analyze the work *The Theory of History by Karl Marx: A Defense*, by G. A. Cohen. Cohen, being a member of the analytical Marxist tradition, aims to defend the historical materialism of Marx and Engels through a rational choice argument. We will observe, however, some inconsistencies between Engels' theory of the State and Cohen's defense of historical materialism. Finally, we argue that although Engels' theory of the State necessarily depends on the materialist theory of history developed by Marx and him, Cohen's defense of historical materialism fails to explain how the economically dominant classes become and remain politically dominant.

**Keywords:** Friedrich Engels; Karl Marx; G. A. Cohen; State; Historical Materialism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I - TEORIA DO ESTADO DE ENGELS .....</b>	<b>9</b>
1. 1. <i>GENS</i> , EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA E PROPRIEDADE PRIVADA .....	9
1.2 SURGIMENTO DA SOCIEDADE DE CLASSES .....	16
1.3 O ESTADO-INSTRUMENTO DA CLASSE DOMINANTE .....	20
1.4 O ESTADO COMO PROTETOR DA PROPRIEDADE PRIVADA .....	25
<b>CAPÍTULO II - TEORIA MATERIALISTA DA HISTÓRIA SEGUNDO COHEN .....</b>	<b>30</b>
2.1 ESTRUTURA ECONÔMICA .....	30
2.2 FORÇAS PRODUTIVAS .....	33
2.3 TESE DA PRIMAZIA .....	35
2.4 TESE DO DESENVOLVIMENTO .....	38
<b>CAPÍTULO III - SUPERESTRUTURA COMO REFLEXO DA ESTRUTURA ECONÔMICA .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO IV - QUESTIONAMENTOS SOBRE A ESCOLHA RACIONAL .....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>74</b>



## INTRODUÇÃO

No presente texto, investigaremos a teoria marxista do Estado exposta por Friedrich Engels na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nesta obra, Engels argumenta que, via de regra, o Estado é o Estado da classe economicamente dominante. Nossa investigação irá centrar-se nessa afirmação, buscando suas justificativas e seus fundamentos. Para tanto, o texto irá se dividir em quatro partes. Na primeira parte, reconstruiremos a exposição de Engels acerca dos eventos históricos que culminaram na origem do Estado. Ao reconstruir e analisar tais desdobramentos históricos, deparamo-nos com a argumentação de Engels que defende a tese segundo a qual o Estado tem caráter classista.

O fundamento que dá base à argumentação de Engels é o materialismo histórico. Por conseguinte, na segunda parte do texto, recorrendo à obra *A teoria da história de Karl Marx*, de Gerald Cohen, desenvolveremos a interpretação sobre o materialismo histórico por meio das noções de forças produtivas e estrutura econômica. Neste segundo capítulo, trataremos da tese do desenvolvimento – há uma tendência autônoma de progresso produtivo na história – e da tese da primazia – o caráter das relações de produção é explicado e determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Veremos que o fundamento dessas duas teses é um argumento de Cohen cujas premissas recorrem à natureza humana e à condição histórica dos seres humanos.

Na terceira parte, após estarmos a par de como acontece a relação entre as forças produtivas e a estrutura econômica, apresentaremos a noção da superestrutura. Na superestrutura encontramos o Estado e, por meio da explicação da natureza do Estado pelo materialismo histórico, reconstruiremos a argumentação de Engels, observada na primeira parte, expondo suas premissas ocultas. O materialismo histórico deve fortalecer a argumentação de Engels, que sem ele tem pouca força. Argumentaremos que as teses do materialismo histórico, da maneira como foram expostas, podem fundamentar decisiva e suficientemente a teoria marxista do Estado defendida por Engels.

No entanto, na quarta parte, questionaremos o fundamento dado por Cohen àquelas teses. Argumentaremos que a defesa feita por Cohen do materialismo histórico é insustentável.

## CAPÍTULO I – Teoria do Estado de Engels

Na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels oferece uma investigação histórica do surgimento do Estado. Essa investigação histórica da gênese do Estado deve elucidar a tese geral e central sobre sua natureza, a saber:

o Estado (...), em todos os períodos tomados como exemplo, é sem exceção o Estado da classe dominante e, em todos os casos, é essencialmente um mecanismo de repressão da classe oprimida e espoliada (ENGELS, 2019, p. 161).

Engels analisa o surgimento do Estado em três sociedades distintas: **1)** na Grécia Antiga (Atenas); **2)** na Roma Antiga; e **3)** nos povos germânicos do período Antigo. Nossa análise do surgimento do Estado irá centrar-se no caso de Atenas, pois este é um caso exemplar geral:

A gênese do Estado entre os atenienses constitui um modelo especialmente típico da formação do Estado em geral, porque, por um lado, ela transcorre de modo inteiramente puro, sem interferência externa nem violação interna – a usurpação de Pisístrato não deixou vestígios de sua curta duração –, e, por outro lado, fez surgir um Estado altamente desenvolvido, a república democrática, diretamente da sociedade gentílica, e, por fim, porque temos conhecimento suficiente de todos os pormenores essenciais (ENGELS, 2019, p. 111).

O conteúdo total desta obra de Engels é relevante, pois a teoria do Estado está sujeita à análise que Engels faz do surgimento da família e da propriedade privada. Portanto, vejamos passo a passo os eventos históricos assinalados por Engels.

### ***1.1 Gens, evolução histórica da família e propriedade privada***

Engels se joga a uma polêmica no âmbito da antropologia. John Ferguson McLennan defendia uma teoria antropológica segundo a qual, em períodos remotos, as tribos humanas se dividiam em tribos exogâmicas e tribos endogâmicas. Ou seja, segundo McLennan, algumas tribos permitiam a união interna entre seus membros e outras não permitiam. Engels rejeita essa teoria e passa a apoiar a teoria de Lewis Henry Morgan. Morgan defendia que não havia tribos exogâmicas, e sim que havia divisões dentro das próprias tribos, as *gentes*, e tais divisões é que, gradativamente, tornaram-se exogâmicas. Com o passar do tempo, seguindo o desenvolvimento do tabu do incesto, cada *gens* passa a proibir a união entre seus membros, mas permite a união com membros da própria tribo, na qual as *gentes* se encontram. Desse modo, há exogamia dentro de uma tribo, entre as *gentes*, mas não há tribos exogâmicas. Como explica Engels,

Endogamia e exogamia não estão em contraposição; a existência de “tribos” exogâmicas ainda não foi comprovada. Mas, na época em que vigorava o casamento grupal – e é muito provável que, alguma vez, ele tenha vigorado em toda parte –, a tribo se

subdividia em certa quantidade de grupos consanguíneos pelo lado materno, as *gentes*, no interior dos quais o casamento entre membros era estritamente proibido, de modo que os homens de uma *gens* podiam buscar mulheres dentro da tribo, e via de regra faziam isso, mas tinham de buscá-las fora de sua *gens*. Assim, sendo a *gens* rigorosamente exogâmica, a tribo que abrangia o conjunto das *gentes* era endogâmica na mesma proporção (ENGELS, 2019, p. 28).

A *gens* é, portanto, um grupo consanguíneo pelo *lado materno* presente em tribos. A questão do lado materno é fundamental, e reflete o fenômeno social da *matrilinearidade*. Aqui precisamos nos referir a outro antropólogo que influenciou Engels – J. J. Bachofen. Este afirmava que em períodos históricos remotos os seres humanos viviam relações sexuais irrestritas – Bachofen denomina tal forma de vida sexual de *heterismo*. O heterismo eliminava a possibilidade de a descendência ser contada pelo lado paterno – dado que, ao contrário das mulheres, os homens não passam pela gestação e não dão à luz, logo não podem ter certeza de sua paternidade. A descendência, por conseguinte, era registrada pelo lado materno. Esta é a matrilinearidade, ou *direito materno* na terminologia de Bachofen, e ela vigorou originalmente em todos os povos da Antiguidade<sup>1</sup>.

Resumindo: Engels afirmou que a república democrática ateniense surgiu diretamente da sociedade gentílica. Isso nos levou a definir o que seria uma *gens*. As *gentes*, por sua vez, eram definidas em menção a um grupo consanguíneo matrilinear. A matrilinearidade, ou o direito materno, segundo afirmam Bachofen e Engels, era consequência da incerteza da paternidade em formas de vida sexual irrestrita, como o casamento grupal. A matrilinearidade conduzia a uma sociedade mais igualitária entre os gêneros. A mulher era mais respeitada socialmente enquanto o direito materno estava em vigor.

essa posição original das mães, como únicas ascendentes asseguradas das crianças, garantiu a elas e, desse modo, às mulheres em geral uma posição social mais elevada do que jamais voltariam a ter (ENGELS, 2019, p. 24).

O fim da matrilinearidade, por sua vez, conduziu ao surgimento de relações patriarcais, ao domínio do homem sobre a mulher e ao rebaixamento social das mulheres.

A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação (ENGELS, 2019, p. 60).

A queda do direito materno conduziu à posição degradada da mulher na sociedade, a qual “afloresce principalmente entre os gregos do período heroico e, mais ainda, do período clássico” (ENGELS, 2019, p. 60). Mas por que o direito materno deixou de existir? Engels responde a esta questão por meio do materialismo histórico, isto é, recorrendo a condições

---

<sup>1</sup> ENGELS, 2019, p. 22-23.

materiais e econômicas relacionadas à produção dos meios de vida imediatos – “condições reais de vida das pessoas”. Assim, não é de se surpreender que Engels localize a causa do desaparecimento do direito materno em divisões sociais do trabalho e no surgimento da propriedade privada. Engels chega mesmo a escarnecer da análise de Bachofen a respeito da queda do direito materno em virtude de sua análise focar em causas religiosas não materiais:

O desenvolvimento do “heterismo” até a monogamia e do direito materno até o direito paterno ocorre, segundo ele [Bachofen], principalmente entre os gregos, em consequência de uma evolução das concepções religiosas, da introdução de novas divindades, que representavam o novo modo de ver as coisas, no grupo de divindades tradicionais, que representavam a concepção antiga, de tal forma que estas últimas foram gradativamente postas em segundo plano pelas primeiras. Portanto, segundo Bachofen, o que provocou as mudanças históricas na posição social ocupada pelo homem e pela mulher na relação mútua foi não o desenvolvimento das condições reais de vida das pessoas, mas o reflexo religioso dessas condições de vida na mente dessas mesmas pessoas (ENGELS, 2019, p. 23).

Observemos que nesta passagem Engels já pressupõe o materialismo histórico – e, portanto, o equívoco de Bachofen –, na medida em que expõe a tese de Bachofen do seguinte modo: “o que provocou as mudanças históricas na posição social ocupada pelo homem e pela mulher na relação mútua foi não o desenvolvimento das condições reais de vida das pessoas, mas o *reflexo* religioso dessas condições de vida na mente dessas mesmas pessoas”. Ou seja, Bachofen era crente que concepções religiosas eram capazes de causar fenômenos sociais. Engels já afirma que as concepções religiosas são reflexos das condições de vida das pessoas. Por conseguinte, existe um nível anterior de análise que Bachofen ignorou. Ele observou concepções religiosas condicionando mudanças sociais, mas estas concepções religiosas são produtos do desenvolvimento das condições materiais e econômicas da vida humana. Ele poderia estar correto em dar papel à religião em tais acontecimentos históricos (visto que a ideologia religiosa também exerce um papel na estrutura social), mas esta é uma análise insuficiente. Há causas anteriores à religião – causas que causam a religião, que a explicam<sup>2</sup>.

Vejamos, então, a resposta de Engels à questão. A queda do direito materno (matrilinearidade), dando lugar ao direito paterno (patrilinearidade), acompanha a evolução

---

<sup>2</sup> “Ora, toda religião nada mais é que o reflexo fantástico, na mente dos seres humanos, daquelas potências exteriores que dominam sua existência cotidiana, um reflexo no qual as potências terrenas assumem a forma de potências sobrenaturais” (ENGELS, 2015b, p. 349). Aqui, Engels não enfatizou o aspecto ideológico da religião, que mais explica a persistência ou a modificação de uma dada religião – uma religião persiste porque, por exemplo, é compatível e útil a certa economia, ou muda para servir àqueles propósitos – do que sua origem: é forçado querer que toda religião surja deliberada e premeditadamente como uma ideologia que cumpre uma função na ordem social (COHEN, 2013, p. 337 e ss.). No debate com Bachofen, Engels toma as mudanças por que passaram as religiões como efeitos das mudanças sociais (as quais, por sua vez, são ocasionadas por mudanças econômicas ou materiais), e não como causas destas: o avanço na produção gera uma mudança estrutural na família, ocasionando também uma mudança na religião. As novas concepções religiosas seriam, portanto, reflexos de novas condições de vida; reflexos que podem servir de ideologia, condicionando e consolidando a sociedade vigente, mas que não podem ser causas desta última.

histórica das formas de família. O desenvolvimento da família, argumenta Engels, segue o impulso de proibir o incesto<sup>3</sup>. Por isso, ocorre um constante estreitamento do círculo da família. O *casamento grupal* (heterismo) permitia incesto mas, gradativamente, os parentes foram eliminados das relações sexuais, até que todo tipo de casamento grupal se tornou inviável na prática. O resultado é o surgimento do *casamento do par*.

Na acepção de Engels, o casamento do par não é, a rigor, uma monogamia. A maior diferença entre o casamento do par e a monogamia é a força dos laços conjugais. O casamento do par é a união entre dois indivíduos – Engels trata apenas de relacionamentos heterossexuais, então estamos tratando de dois indivíduos de sexos opostos –, e o laço que une os dois é ainda fraco se comparado à monogamia. Engels afirma, junto a Bachofen, que a instauração do casamento do par foi obra das mulheres, e não dos homens. As mulheres desejaram deixar o casamento grupal e ter “o direito de entregar-se a apenas um homem” (ENGELS, 2019, p. 55). Engels assevera que as condições econômicas da vida se desenvolveram e, com isso, o comunismo primitivo foi deteriorando-se, assim como a densidade populacional foi aumentando, e isso tudo fez com que as relações sexuais tradicionais (casamento grupal) perdessem o seu caráter inocente de primitividade selvagem. A perda dessa inocência quanto à sexualidade irrestrita levou as mulheres a se sentirem humilhadas e oprimidas no interior de um casamento grupal. Desse modo, as mulheres desejaram uma nova forma de casamento, na qual poderiam se envolver com somente um homem, temporária ou permanentemente. Essa é uma análise que responsabiliza as mulheres pelo fim do casamento grupal. Engels chega a afirmar que os homens jamais teriam chegado a estabelecer o casamento do par.

A iniciativa para esse avanço jamais poderia partir dos homens, já que até hoje em momento algum lhes ocorreu a ideia de renunciar às facilidades do casamento grupal real. Somente depois que as mulheres tinham feito a transição para o casamento do par os homens puderam introduzir a monogamia estrita – todavia, só para as mulheres (ENGELS, 2019, p. 57).

Engels parece argumentar que, uma vez que a monogamia até os dias de hoje não impediu os homens de cometerem adultério – isto é, de viverem as “facilidades do casamento grupal real” –, não poderia partir deles a ideia de abolir o casamento grupal<sup>4</sup>. O casamento do

<sup>3</sup> Engels admite que as formas de casamento anteriores à monogamia têm causas naturais, e não sociais. Isso não diminui o fato que enfatizamos sobre o comprometimento de Engels com o materialismo histórico. Isso apenas demonstra que Engels admitia em sua análise considerações sobre a ciência natural, como a teoria da evolução das espécies. Pois assim como Morgan, Engels trata do tabu do incesto como uma invenção que serve à seleção natural da espécie humana (ENGELS, 2019, p. 43 e 52).

<sup>4</sup> Esta análise de Engels, apoiando-se em Bachofen, é inteiramente insuficiente. Por que são as mulheres que se sentem envergonhadas com o casamento grupal? Gerda Lerner explica a interpretação de Engels do seguinte

par seria, por sua vez, como uma porta aberta ao surgimento da monogamia.

O casamento do par representava o estreitamento máximo da união entre os indivíduos. O impulso de proibir o incesto já havia encurtado a dois indivíduos as relações sexuais: “A seleção natural havia chegado ao seu termo mediante a exclusão contínua e coerente da comunhão conjugal; nessa direção, não havia mais nada que ela pudesse fazer” (ENGELS, 2019, p. 57). Ou seja, as causas naturais da evolução histórica da família haviam atingido seu fim. O incesto reduziu ao máximo a comunhão conjugal. A monogamia, portanto, deveria surgir não de causas naturais, mas de causas de um tipo diferente, como causas sociais.

Foram necessárias mudanças sociais para que a família do par se modificasse, visto que as forças naturais já haviam exercido sua total influência na formação da família por meio da proibição do incesto: “se não entrassem novas forças motrizes de cunho social, não haveria razão para que a formação do par desse origem a uma nova forma de família. Porém, essas forças motrizes entraram em ação” (ENGELS, 2019, p. 57). Quais forças motrizes sociais foram essas? A pecuária, em especial. A criação de rebanhos de animais gerou uma nova fonte de riquezas e, conseqüentemente, fez surgir novas relações sociais.

A domesticação e a criação dos rebanhos gerou novas riquezas que, de início, pertenciam à *gens*. Mas, com o passar do tempo, tais atividades passaram a gerar excedentes na produção, a qual ficou sob posse privada. A posse do excedente da pecuária ficou sob o controle dos chefes de família, os homens: “temos certeza de que, no limiar da história acreditada por documentos, os rebanhos já aparecem em toda parte como propriedade específica de chefes de família”<sup>5</sup> (ENGELS, 2019, p. 58). Mas por que foram os homens que ficaram com a posse do excedente que a pecuária produzia? Engels recorre à divisão sexual do trabalho<sup>6</sup>, defendendo que ao homem estava delegado o cuidado dos rebanhos.

---

modo: “As especulações de Engels sobre a natureza da sexualidade feminina foram criticadas como sendo o reflexo dos próprios valores vitorianos machistas, pela suposição não bem examinada de que os padrões de puritanismo feminino do século XIX pudessem explicar ações e atitudes das mulheres do começo da civilização” (LERNER, 2019, p. 49-50).

<sup>5</sup> No entanto, Engels admite que não há evidências históricas que detalhem o processo de privatização dos rebanhos: “Até agora não sabemos como e quando os rebanhos passaram de bem comum da tribo ou da *gens* para propriedade dos chefes de família individuais” (ENGELS, 2019, p. 150).

<sup>6</sup> A antropologia que serve de base para a investigação histórica de Engels é em grande medida antiquada. Engels aposta em uma divisão sexual do trabalho em que as mulheres apenas se ocupavam do trabalho doméstico, cabendo aos homens a busca pelo sustento alimentar. Engels não questiona isso, baseando-se na antropologia de Morgan. Contudo, essa visão tradicional de uma sociedade em que a mulher é dona de casa e o homem é o encarregado de garantir a subsistência da família está em contradição com sociedades de caçadores-coletores: “(...) a explicação do homem-caçador foi refutada por evidências antropológicas em relação a sociedades de caçadores-coletores. Na maioria dessas sociedades, a caça de grandes animais é uma atividade auxiliar, enquanto

De acordo com a divisão do trabalho na família naquele tempo, cabia ao homem a obtenção dos alimentos e dos instrumentos de trabalho necessários para isso e, portanto, também a propriedade destes últimos; (...) Portanto, segundo o costume da sociedade daquele tempo, o homem também era proprietário das novas fontes de alimentos, do gado e, mais tarde, do novo instrumento de trabalho, os escravos (ENGELS, 2019, p. 59).

A divisão sexual do trabalho da época explica por que os homens ficaram com o excedente da atividade da pecuária, ao passo que as mulheres não tiveram parte nesta riqueza inédita. A mulher podia valer-se da riqueza oriunda da pecuária, mas ela não lhe pertencia:

A subsistência sempre fora assunto do homem, os meios para a subsistência eram produzidos por ele e eram sua propriedade. Os rebanhos eram os novos meios de subsistência, a domesticação inicial e a manutenção posterior eram obra sua. Por conseguinte, a ele pertencia o gado, e a ele pertenciam as mercadorias e os escravos trocados por gado. Todo o excedente que a atividade de subsistência passara a fornecer era do homem; a mulher usufruía disso com ele, mas não tinha parte na propriedade (ENGELS, 2019, p. 150).

Estamos na origem da propriedade privada. A atividade da pecuária representou um excedente na produção dos meios de vida jamais visto antes. E quem pôde aproveitar desse excedente foram os homens. A propriedade privada pertencia aos homens desde sua origem.

Também estamos na origem de uma divisão social do trabalho e da troca regular de mercadorias entre tribos. Algumas tribos humanas passaram a se dedicar à atividade da pecuária; isso levou à *primeira grande divisão social do trabalho*, ocorrendo entre tribos pastoris e tribos não pastoris. Essa divisão social do trabalho também é vista como uma divisão entre tribos mais desenvolvidas (pastoris) e tribos menos desenvolvidas (não pastoris). O produto da pecuária – em especial, o gado – tornou-se o artigo mais valioso de troca. O gado tornou-se mesmo a medida para o valor de todas as mercadorias: “o gado passou a ter função de dinheiro e servia de dinheiro já nesse estágio” (ENGELS, 2019, p. 149). As trocas regulares entre tribos foram de início exercidas pelos líderes das *gentes*. No entanto, quando os rebanhos passaram a ser propriedade privada de chefes de família, “a troca individual se tornou cada vez mais predominante e acabou se tornando a única forma” (ENGELS, 2019, p. 149). Isso contribuiu com o enriquecimento e a concentração de riquezas nas mãos de indivíduos.

A divisão social do trabalho entre tribos pastoris e tribos não pastoris após o surgimento da pecuária e suas subsequentes trocas de mercadorias entre tribos, bem como a tendência destas trocas a virarem trocas entre indivíduos, e não entre representantes de tribos ou *gentes*, explica como alguns indivíduos passaram a acumular propriedade privada. A

---

o fornecimento dos principais alimentos vem de atividades de coleta e caça de pequenos animais, que mulheres e crianças executam” (LERNER, 2019, p. 44).

divisão sexual do trabalho explica, por sua vez, como a concentração da propriedade privada ficou nas mãos dos homens, e não das mulheres.

Contudo, como isso é relevante à evolução histórica da família? Como dissemos antes, as causas naturais da formação da família estavam exauridas; precisava-se de causas sociais para que a família sofresse novas modificações. Assim, a família do par sofreu modificações justamente por causa do surgimento da propriedade privada, que ficou sob a posse dos homens.

As mulheres estabeleceram a família do par; os homens estabeleceram, por sua vez, a monogamia. Com a propriedade do excedente da atividade da pecuária, os homens desejaram garantir que essa propriedade pudesse servir de herança futura. Os homens desejaram passar para suas futuras gerações de filhos a propriedade privada que acumularam com a criação de rebanhos. Contudo, o direito materno ainda estava em vigor. A descendência era contada pelo lado materno; e mesmo no casamento do par a paternidade não era muito assegurada, visto que os laços conjugais ainda eram frouxos. Desse modo, a monogamia foi instaurada pelos homens para assegurar a paternidade. Dada sua nova riqueza privada, os homens precisaram de um novo regime familiar que garantisse a legitimidade da transmissão de sua herança. Com a família monogâmica, evoluída a partir da família do par, os homens puderam convencer-se de que os filhos gerados eram seus e, portanto, puderam assegurar-se de passar adiante sua herança. A monogamia desmantelou a matrilinearidade, gerando a patrilinearidade. O direito paterno foi estabelecido. A descendência passou a ser contada pelo lado paterno.

Assim que passaram a ser posse privada das famílias e foram rapidamente multiplicadas, essas riquezas representaram um duro golpe para a sociedade fundada sobre o casamento do par e a *gens* de direito materno. (...) Portanto, à medida que se multiplicavam, as riquezas, por um lado, proporcionavam ao homem uma posição mais importante do que a da mulher na família e, por outro, geravam o impulso para valer-se dessa posição fortalecida a fim de derrubar a sucessão hereditária em favor de seus filhos/filhas. Mas isso não foi possível enquanto vigorou a linhagem segundo o direito materno. Era esta, portanto, que tinha de ser derrubada, e ela o foi (ENGELS, 2019, p. 59-60).

Houve uma inversão na contagem hereditária. Em vez de os filhos serem registrados pelo lado materno, começaram a ser registrados pelo lado paterno. E com o fim do direito materno, as *gentes* passaram a ser grupos consanguíneos patrilineares. Portanto, visto que as *gentes* eram exogâmicas, o membro masculino das *gentes* conservava seus descendentes no interior de sua *gens*, ao passo que os descendentes da mulher eram excluídos de sua *gens* de origem, pertencendo à *gens* de seu cônjuge masculino.

dali por diante, os descendentes dos membros masculinos permaneceriam na *gens*, mas os dos membros femininos deveriam ser excluídos, passando para a *gens* do pai. Desse



modo, o estabelecimento da linhagem pela linha feminina e o direito hereditário materno foram derrubados, e a linhagem masculina e o direito hereditário masculino foram instituídos (ENGELS, 2019, p. 60).

O direito paterno foi instaurado, sendo possibilitado pela monogamia. Mas ainda não destacamos uma característica fundamental da família monogâmica. Em sua origem histórica, toda família monogâmica é uma *família patriarcal*. A monogamia implica em relações familiares patriarcais. Como mencionamos antes, a abolição do direito materno representou o rebaixamento social da mulher e sua escravização pelo homem. Uma vez que o propósito da monogamia é assegurar a hereditariedade legítima dos homens e a transmissão de sua herança a filhos legítimos, a monogamia conduz à dominação patriarcal, pois os homens submeteram as mulheres ao controle de sua sexualidade, a fim de garantir fidelidade e, por conseguinte, assegurar a paternidade deles. Historicamente, a família monogâmica coincide com a família patriarcal. A família patriarcal evidencia a transição da família do par à família monogâmica.

Essa forma de família [, a família patriarcal,] evidencia a transição do casamento do par para a monogamia. A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem (ENGELS, 2019, p. 61).

Muito bem, observamos as sociedades gentílicas, a origem da propriedade privada, a evolução da forma das famílias até a monogamia patriarcal. Agora podemos também observar as considerações de Engels a respeito da relação entre o surgimento do Estado e o desmantelamento das constituições gentílicas.

## ***1.2 Surgimento da sociedade de classes***

Não podemos compreender o surgimento do Estado sem compreender de antemão como as sociedades gentílicas, baseadas em grupos consanguíneos, dissolveram-se em sociedades de classes. Com a análise anterior da evolução familiar, o surgimento da propriedade privada e de divisões do trabalho, temos o material necessário para investigar o aparecimento de classes dentro das *gentes*.

O surgimento das classes leva à ruína da sociedade gentílica. A sociedade gentílica tem seus limites. Não há lugar para escravidão, para desigualdade de riquezas, acúmulo de propriedade privada e cisão em classes numa sociedade comunitária como a sociedade gentílica. As classes extrapolam os limites das *gentes*: “não pode haver uma divisão da tribo e da *gens* em classes diferentes” (ENGELS, 2019, p. 148). Onde as classes surgem, as *gentes* e sua economia comunista decaem:

As diferenças de posse entre os chefes de família individuais implodem a antiga comunidade doméstica comunista, onde quer que esta tivesse se mantido; e, com ela, o

cultivo comunitário do solo para custeio dessa comunidade. A terra de cultivo é transferida para ser aproveitada pelas famílias individuais, primeiro temporariamente e depois de uma vez por todas (ENGELS, 2019, p. 151-152).

Embora as classes tenham gradativamente desmantelado a constituição gentílica, foram muitas as causas do fim das *gentes*. Engels menciona, ao analisar a constituição gentílica grega, como o comércio e a navegação levaram à mistura de estrangeiros e integrantes das *gentes* em um mesmo território. Esses estrangeiros não faziam parte do organismo gentílico; e isso fazia deles estranhos ao funcionamento de órgãos gentílicos, como o julgamento de seus membros. Caso um estrangeiro sofresse injustiça, não seria amparado pelos órgãos gentílicos, dado não fazer parte das *gentes*. Engels cita a constituição de Teseu como a solução para esse problema oriundo do fluxo e residência de estrangeiros. Na constituição de Teseu,

A mudança consistiu sobretudo na instalação de uma administração central em Atenas, isto é, uma parte dos assuntos até ali gerados autonomamente pelas tribos foi declarada de interesse comum e transferida para o conselho comum com sede em Atenas (ENGELS, 2019, p. 103-104).

A administração central em Atenas fundou o direito universal dos gregos, à parte das *gentes*. E isso significou “o primeiro passo para subverter a constituição gentílica” (ENGELS, 2019, p. 104), uma vez que reconheceu a cidadania de estrangeiros que não faziam parte das *gentes*.

Mudanças sociais e econômicas, como o comércio marítimo e a migração de pessoas que não pertenciam às *gentes*, levaram à criação de um centro administrativo em Atenas. Essa administração central representou já uma extrapolação da constituição gentílica, já que retirava dela sua autonomia em certos assuntos. Além disso, Teseu elabora uma segunda constituição, na qual divide constitucionalmente o povo grego em três classes: nobres, agricultores e artesãos – “concedendo aos nobres o direito exclusivo de ocupar cargos públicos” (ENGELS, 2019, p. 104). As famílias nobres, que agora ganhavam o *direito* de ocupar com exclusividade os cargos públicos<sup>7</sup>, “começaram a se juntar fora de suas *gentes* em uma classe privilegiada própria e (...) o Estado, que estava surgindo, santificou essa pretensão” (ENGELS, 2019, p. 104).

Pois bem, vejamos. O fim das *gentes* se deveu a diversas consequências do desenvolvimento produtivo. Observamos consequências como o excedente da produção – que gerou a propriedade privada – e a cisão em classes. Vamos nos ater agora à transformação dos produtos em mercadorias e ao surgimento do dinheiro. A constituição gentílica era compatível

<sup>7</sup> Engels havia defendido que as *gentes* já tinham o *costume* de ter uma espécie de realeza em seu interior. No comando das *gentes*, as mesmas famílias eram eleitas. Mas agora, com a segunda constituição de Teseu, isso passou de costume a direito.

com certa economia, a saber, a economia comunista primitiva, mas não com a economia que aparecia com o surgimento do dinheiro e com a mercantilização dos produtos: “A constituição gentílica é absolutamente incompatível com a economia monetária” (ENGELS, 2019, p. 105).

Como vimos, em certo período, o gado já servia de dinheiro-mercadoria. Mas o dinheiro de metal surge com os comerciantes. A primeira grande divisão social do trabalho é entre tribos pastoris e tribos sem rebanho<sup>8</sup>. A segunda divisão social do trabalho é entre agricultura e manufatura<sup>9</sup>. E a terceira divisão social do trabalho ocorre com o surgimento dos comerciantes, uma classe que não se ocupa da produção, mas apenas da comercialização dos produtos<sup>10</sup>. E, com os comerciantes, o dinheiro de metal aparece na história<sup>11</sup>. O surgimento do dinheiro e da mercadoria abalaram as bases das *gentes*.

a forma de mercadoria e o dinheiro penetram na economia doméstica do sistema comunitário socializado diretamente para a produção, rompem um vínculo comunitário após o outro e dissolvem o sistema comunitário num aglomerado de produtores privados. O dinheiro substitui primeiramente (...) o cultivo comum do solo pelo cultivo individualizado; mais tarde, pela repartição definitiva, ele dissolve a propriedade comum da terra de cultivo em sua forma de redistribuição periodicamente reiterada (...); por fim, ele pressiona pela distribuição da posse comum ainda restante da floresta e da pastagem. Independentemente de outras causas fundadas no desenvolvimento da produção que também colaboraram nesse ponto, o dinheiro permanece o meio mais poderoso em termos de incidência sobre o sistema comunitário (ENGELS, 2015b, p. 344-345).

A constituição gentílica simplesmente não foi capaz de adaptar-se à economia monetária<sup>12</sup>. A constituição gentílica, portanto, encontrou seu fim. O Estado foi gradativamente surgindo enquanto as *gentes* sofriam um desmonte gradual.

Em suma, a constituição gentílica chegou ao fim. Diariamente a sociedade a extrapolava; ela não conseguia inibir, tampouco eliminar, nem sequer os piores males que surgiram diante de seus olhos. Mas, entretanto, o Estado havia se desenvolvido sem chamar a atenção. Os novos grupos criados pela divisão do trabalho, primeiro entre cidade e campo, depois entre os diferentes ramos de trabalho da cidade, haviam criado novos órgãos para representar seus interesses; cargos de todo tipo haviam sido instituídos (ENGELS, 2019, p. 107).

Divisões sociais do trabalho engendraram novos grupos sociais que, por sua vez, criaram órgãos para representar seus interesses – órgãos separados das *gentes*. Deste modo, o Estado surgia das ruínas da sociedade gentílica por meio das classes sociais que, surgindo, passaram a instituir órgãos que representassem seus interesses de classe.

<sup>8</sup> ENGELS, 2019, p. 148-149.

<sup>9</sup> ENGELS, 2019, p. 151.

<sup>10</sup> ENGELS, 2019, p. 153.

<sup>11</sup> ENGELS, 2019, p. 153-154.

<sup>12</sup> “A antiga constituição gentílica não só havia se mostrado impotente contra o avanço triunfal do dinheiro mas também foi absolutamente incapaz de encontrar espaço dentro do seu âmbito para coisas como dinheiro, credores e devedores, cobrança compulsória de dívidas” (ENGELS, 2019, p. 106).

Precisamos, contudo, desenvolver melhor nosso entendimento sobre o surgimento das classes sociais. A sociedade gentílica não suportava uma cisão em classes. E foi a escravidão que representou a primeira grande divisão social em classes. A valorização e a necessidade do trabalho escravo, segundo Engels, deveram-se ao aumento da produção em ramos como pecuária, agricultura e manufatura doméstica. As *gentes* não eram capazes de fornecer tamanha força de trabalho que sustentasse o desenvolvimento da produção. A guerra, contudo, era: prisioneiros de guerra foram convertidos em escravos, em novas fontes de força de trabalho. E nesse processo de escravização de prisioneiros de guerra encontramos a primeira grande divisão social em classes:

A primeira grande divisão social do trabalho, que ocorreu com o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, da riqueza e com a ampliação do campo de produção, levou obrigatoriamente à escravidão, nas condições históricas globais dadas. Da primeira grande divisão social do trabalho originou-se a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, espoliadores e espoliados (ENGELS, 2019, p. 149-150).

A emergência do trabalho escravo dividiu a sociedade em senhores e escravos. A exploração social tomou forma na sociedade escravista. O avanço produtivo fez valorizar a força de trabalho, implicando na busca pelo trabalho escravo: “O aumento constante da produção e, com ela, da produtividade do trabalho valorizou a força de trabalho humana; a escravidão (...) torna-se parte integrante do sistema social” (ENGELS, 2019, p. 151). Mas o surgimento de classes sociais não se deu apenas relativamente à escravidão. Houve também uma divisão social entre ricos e pobres: “A diferenciação entre ricos e pobres soma-se à de livres e escravos – com a nova divisão do trabalho ocorre uma nova cisão da sociedade em classes” (ENGELS, 2019, p. 151). Alguns poucos indivíduos foram capazes de acumular riquezas, ao passo que a grande maioria empobrecia<sup>13</sup>. Houve uma “separação dos livres em classes segundo a sua riqueza” (ENGELS, 2019, p. 155).

Todas essas cisões de classes minaram a constituição gentílica. As *gentes* começaram a abrigar ricos e pobres, livres e escravos, e, com tantas divisões sociais assim, passou a padecer com conflitos entre as classes: “em cada organismo gentílico se fez notar esse conflito de interesses que atingiu seu auge na unificação de ricos e pobres, usurários e devedores na mesma *gens* e na mesma tribo” (ENGELS, 2019, p. 155). As *gentes* não suportaram as classes sociais e seu antagonismo decorrente:

---

<sup>13</sup> “Assim, com a expansão do comércio, do dinheiro e da usura, da propriedade fundiária e da hipoteca, avançaram rapidamente a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de uma classe pouco numerosa, e paralelamente o empobrecimento crescente das massas e a massa crescente dos pobres” (ENGELS, 2019, p. 154)

Por fim, a constituição gentílica brotara de uma sociedade que não conhecia antagonismos internos e fora adaptada apenas a essa sociedade. Ela não tinha meios coercitivos, a não ser a opinião pública. Porém, surgiu uma sociedade que, em virtude de suas condições econômicas globais de vida, teve de cindir-se em homens livres e escravos, ricos espoliadores e pobres espoliados, uma sociedade que não só era incapaz de conciliar esses antagonismos, como era forçada a exacerbá-los cada vez mais (ENGELS, 2019, p. 155-156).

Essa nova sociedade que surgira fora justamente a sociedade de classes. E são essas classes sociais que fizeram do Estado uma necessidade. Pois uma vez que a sociedade gentílica não suportava mais as novas relações sociais que surgiram em seu interior, mostrou-se necessário o desmonte da constituição gentílica e, no lugar dela, o surgimento de uma nova forma social que, sendo capaz de conter em si os antagonismos de classe, estivesse *aparentemente* acima das classes sociais, acima da sociedade.

Uma sociedade como essa só podia subsistir na luta aberta e permanente entre essas classes ou então sob o domínio de uma terceira força, que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafava o conflito aberto entre elas e permitia que a luta de classes fosse travada, no máximo, na esfera econômica, sob a chamada forma legal. A constituição gentílica caducou. Rompeu-se pela divisão do trabalho e pelo resultado desta, a cisão da sociedade em classes. Ela foi substituída pelo Estado (ENGELS, 2019, p. 155-156).

### ***1.3 O Estado-instrumento da classe dominante***

Temos de enfatizar a aparência que o Estado apresenta de transcender a sociedade. Como Engels afirmou, havia duas possibilidades frente ao antagonismo de classes que tinha surgido, a saber: ou deixar as lutas de classes acontecerem abertamente de modo desimpedido ou estabelecer um terceiro poder que *aparentemente* situa-se acima das classes em conflito. A segunda opção fora acolhida. O Estado fora instaurado.

O Estado, portanto, surgira como uma solução às lutas de classes, ou melhor, uma solução à capacidade destrutiva das lutas de classes. Ele deveria abafar os conflitos e preservar a sociedade de classes, visto que as lutas de classes ameaçavam destruir a vida social. O Estado, em suma, é um produto social com a finalidade de amenizar os conflitos de classe:

[O Estado é] um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado (ENGELS, 2019, p. 157).

Como enfatiza Lênin: o Estado surge a partir dos conflitos inconciliáveis entre as classes sociais. Citando a mesma passagem de Engels que acabamos de citar, Lênin assevera:

Encontra-se aqui expressa com toda clareza a principal ideia do marxismo sobre a questão do papel histórico e do significado do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe *não podem* objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LENIN, 2017, p. 29).

Mas o que significa dizer que o Estado *aparentemente* está acima da sociedade? Não é inconsistente afirmar que o Estado está à parte da sociedade civil, embora tenha sua origem nela: um efeito pode desvencilhar-se de sua causa, como no caso de filhos e seus genitores. Na verdade, parece ser exatamente isso: o Estado é um poder separado da sociedade. E o próprio Engels, ao afirmar que o Estado “colocou-se acima dela [sociedade] e tornou-se cada vez mais estranho a ela”, confirma tal tese. Além disso, Engels deixa claro que “o Estado pressupõe um poder público especial, separado da totalidade de seus participantes” (ENGELS, 2019, p. 92). Ou seja, o Estado tem como pré-requisito um poder público que não mais coincide com a população, com a sociedade civil:

A segunda característica [do Estado] é a instalação de um poder público que não coincide mais com a população que se organiza como poder armado. O poder especial e público é necessário, porque a organização armada e autônoma da população se tornara impossível desde a sua cisão em classes. (...) Esse poder público existe em todos os Estados (ENGELS, 2019, p. 157).

O Estado está separado da sociedade civil. Mas então qual é o problema da aparência do Estado como transcendente à sociedade? A nosso ver, Engels pretende destacar um aspecto problemático da transcendência do Estado em relação à sociedade – o conflito de classes. É aqui que o Estado apenas aparenta transcender a sociedade civil.

Se o Estado surge como poder transcendente aos conflitos de classe, ambicionando abafar tais conflitos, então como afirmar que o Estado é um instrumento de uma das classes? Essa aparente transcendência tenta reivindicar o atributo da neutralidade ao Estado. Se o Estado é um instrumento de classe para oprimir outra classe, então ele não pode situar-se à parte do conflito de classes; antes, o Estado seria um instrumento de “guerra” usado neste conflito. O problema da aparente transcendência do Estado em relação às lutas de classes é precisamente que sua natureza seria de um mediador neutro entre as classes. Mas o Estado é, de acordo com Engels, um “aparente mediador” (ENGELS, 2019, p. 158) dos antagonismos de classe.

Permitam-nos uma analogia. O Estado aparece como um mediador dos conflitos entre as classes sociais assim como um juiz corrupto aparece como julgador neutro e transcendente dos conflitos judiciais. O juiz, em teoria, deve mediar e julgar os argumentos e evidências apresentadas pelos dois lados – acusador e acusado. O Estado aparentemente é assim,

abafando os conflitos. Contudo, para nosso espanto, o juiz revela-se como corrupto, parcial e incompetente. O juiz fora comprado para condenar o acusado em primeira instância. Desde o início do julgamento, portanto, não poderíamos ter assumido que o juiz estava à parte do conflito judicial, julgando de modo neutro. O juiz, ao contrário, estava no interior do conflito entre acusador e acusado desde o princípio, sendo até mesmo uma “arma”, um instrumento de uma das partes. O Estado é exatamente o mesmo. Aparecendo como um terceiro poder, imparcial, o Estado, em realidade, é um juiz corrupto. O Estado serve aos interesses de uma classe, assegurando sua vitória no conflito com outras classes. E, sendo assim, não poderíamos afirmar que o Estado está separado do conflito de classes, mediando de cima, na medida em que é usado como “arma” *dentro* do conflito. Como o juiz corrupto, o Estado, desde sua origem, presta serviços a uma parte do conflito – logo, não transcende o conflito.

Numa palavra, não há como compatibilizar as teses de que o Estado **(a)** situa-se acima dos conflitos sociais e **(b)** é um instrumento de classe nos conflitos sociais. É tão absurdo quanto afirmar que uma arma está sendo usada numa guerra mas está à parte desta guerra. Além disso, como dito, o Estado pretende amenizar a luta de classes, mas tal luta surge numa situação já de exploração de uma classe por outra. Por conseguinte, a quem interessa o enfraquecimento das lutas de classes, reduzindo-as à esfera econômica, aos limites da “ordem”, da lei, preservando o *status quo*? Obviamente interessa à classe opressora, e não à classe oprimida: “Segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão moderando o conflito das classes” (LENIN, 2017, p. 29-30).

Mas como explicar a aparência de autonomia do Estado em relação à sociedade civil e seus conflitos? Engels explica esse fenômeno nos casos da monarquia absolutista e da monarquia bonapartista alegando que “o poder real de governo está nas mãos de uma casta especial de oficiais e funcionários” e “A autonomia dessa casta que parece situar-se fora e, por assim dizer, acima da sociedade confere ao Estado a aparência de autonomia em relação à sociedade” (ENGELS, 2015a, p. 100-101). Embora esta explicação remeta às monarquias supracitadas, constitui uma explicação plausível ao fenômeno em geral.

É importante notar, porém, que Engels admitia uma certa *autonomia relativa* do Estado em relação às classes sociais em situações excepcionais:

Excepcionalmente, porém, há períodos em que as classes em luta mantêm um equilíbrio tão justo que o poder do Estado, na condição de aparente mediador, momentaneamente adquire certa autonomia em relação às duas classes (ENGELS, 2019, p. 158).

Quanto a esta autonomia momentânea do Estado sobre as classes, podemos reforçar ainda mais nosso ponto. Marx, em *O 18 de Brumário*, afirma que, em um dado momento, o Estado bonapartista “se tornou completamente independente” da sociedade civil. Contudo, mesmo um Estado completamente independente não permanece autônomo por inteiro – mesmo o Estado mais independente deve representar uma classe social.

Pelo visto, foi somente sob o segundo Bonaparte que o Estado se tornou completamente independente. (...) E, no entanto, o poder estatal não paira no ar. Bonaparte representa uma classe, mais precisamente, a classe mais numerosa da sociedade francesa: os camponeses parceleiros (MARX, 2011a, p. 141-142).

Ou seja, mesmo um Estado que apresenta certa autonomia quanto à sociedade civil, ou até uma independência completa, não transcende os interesses de classe, “não paira no ar”. Todo Estado, de um modo ou de outro, acaba por representar uma classe<sup>14</sup>. Pois “o Estado (...) é produto necessário do substrato social do qual se originou” (ENGELS, 2015a, p. 100), e o substrato social<sup>15</sup> é de natureza classista. O Estado é a expressão oficial da sociedade civil; e a expressão que o Estado efetua preserva e se funda nos antagonismos e hierarquias de classes presentes na sociedade<sup>16</sup>: “o poder político é justamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil” (MARX, 2017b, p. 147).

Pois bem, observamos que o Estado é um poder instrumental de uma classe, mas de que classe? Vamos agora dar atenção aos argumentos de Engels que definem a classe dominante como a detentora do poder estatal.

---

<sup>14</sup> A questão da autonomia relativa do Estado sobre as classes sociais é certamente algo que merecia mais de nossa atenção. Infelizmente, priorizando outras questões, não desenvolveremos essa questão nas páginas seguintes. Uma breve nota sobre o assunto, contudo, mostra-se relevante no atual contexto. Elster discorda de nossa afirmação de que, para Marx, todo Estado representa uma classe. De acordo com ele, Marx acreditava que o Estado absolutista não representava classe alguma: “Segundo Marx, a monarquia absolutista, em seu início, não era o instrumento ou o representante de qualquer classe (...) Em vez disso, ele enxergava a monarquia absolutista como uma competidora das principais classes” (ELSTER, 1985, p. 422). O Estado monárquico absolutista promove um equilíbrio entre as classes, protegendo-as umas das outras, pois, ao fazer isso, “o governo pode governar autonomamente” (*ibidem*, p. 425). Claramente, supondo a verdade das alegações de Elster, o Estado absolutista é um contraexemplo fatal à tese de que todo Estado representa uma classe e, *a fortiori*, à tese de que todo Estado representa a classe dominante. Mas não é um contraexemplo fatal à tese de que o Estado é, *via de regra*, o Estado da classe dominante – que é a tese de Engels, a qual pode suportar exceções à regra geral. Engels chega a reconhecer a autonomia relativa de certos Estados, como os absolutistas (ENGELS, 2019, p. 158). Não pretendemos, no entanto, discorrer sobre isso aqui, na medida em que a intenção do presente texto é somente expor e fundamentar a tese marxista do Estado-instrumento, e não objetar a ela.

<sup>15</sup> Deve-se compreender “substrato social” aqui não somente como uma causa do Estado, mas também como a base sobre a qual o Estado surge e se mantém. Desse modo, não obstante não possamos inferir que o Estado é dependente da sociedade porque deriva desta (um efeito pode desvencilhar-se de sua causa), podemos inferir que o Estado não é independente da sociedade porque tem esta como sua base subjacente. Afirmamos a seguir, além disso, que o Estado, sendo dependente da sociedade civil, depende de alguma classe social e a representa, já que a sociedade na qual o Estado surge é classista.

<sup>16</sup> MARX-ENGELS, 2007, p. 37.



Antes de tudo, é preciso definir o que é uma classe dominante. A dominância de classe é principalmente econômica. No âmbito da economia, isto é, nas relações de produção, os indivíduos se relacionam hierarquicamente (em sociedades de classes). Há patrões e há funcionários. Há senhores e há escravos. Há capitalistas e há proletários. Tudo variando conforme a forma social e o modo de produção da época. As forças produtivas desempenham um papel fundamental nas relações de produção. No capitalismo, por exemplo, o capitalista tem a propriedade dos meios de produção, ao passo que o proletário, estando alheio aos meios de produção, tem somente a propriedade de sua própria força de trabalho<sup>17</sup>. Isso implica numa dominância do capitalista sobre o proletário, uma vez que o proletário tem de vender por contrato sua força de trabalho a fim de assegurar sua subsistência. Vamos nos valer da definição estrutural das classes – isto é, as classes se definem através da posição que ocupam na estrutura econômica. A classe dominante, portanto, é a classe que comanda as relações de produção.

Definida a dominância de classe, vejamos agora a tese de acordo com a qual o Estado é um instrumento da classe dominante. A argumentação de Engels se dá da seguinte maneira:

Dado que o Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida (ENGELS, 2019, p. 158).

O argumento de Engels é inconclusivo. A partir das premissas

- 1) “O Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle”;
- 2) O Estado “surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes”;

não podemos inferir que

- 3) O Estado é o “Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante”.

Por que o fato de haver um conflito entre classes, assim como o Estado surgir para controlar esse conflito em meio a ele, permite concluir que o Estado é o Estado da classe *economicamente* dominante?<sup>18</sup> Podemos muito bem conceber uma situação em que a classe

<sup>17</sup> Esta é a definição clássica do proletário. Contudo, poder-se-ia dizer que alguns proletários têm propriedade dos meios de produção. Há casos de proletários que possuem meios de produção mas que, no entanto, estão sujeitos à venda de sua força de trabalho: este é caso de um trabalhador que, por exemplo, é contratado por uma fábrica de roupas que exige de seus funcionários que sejam donos de uma máquina de costura própria. Assim, os funcionários seriam donos de algum meio de produção mas, no entanto, estariam sujeitos à exploração capitalista em decorrência de venderem sua força de trabalho à classe capitalista (COHEN, 2013, p. 106-107).

<sup>18</sup> Certamente seria preciso uma elucidação mais detalhada do que significa controlar o conflito de classes. Se o Estado, no argumento, surge para controlar no sentido de manter as relações de produção vigentes imunes às

subalterna organiza um “Leviatã” para enfrentar a classe economicamente dominante. Uma grande maioria dos pobres criando órgãos estatais para expropriar, aos poucos ou de uma vez, os possuidores. Numa guerra, as armas mais poderosas podem estar do lado economicamente mais frágil. Mas isso é improvável. Observemos as armas mais devastadoras existentes: os países pobres não têm acesso a elas (a não ser, talvez, por intermédio dos países ricos). No entanto, creio que Engels não aposta apenas na probabilidade de os ricos terem mais chances de adquirir as armas mais poderosas. Creio simplesmente que o argumento de Engels tem premissas ocultas. O argumento supracitado pressupõe o materialismo histórico. De fato, toda a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* trabalha com o materialismo histórico e o pressupõe em certas argumentações: não à toa, Engels inicia a obra definindo brevemente a teoria materialista da história. O argumento se torna válido se expusermos suas premissas ocultas. Fortaleceremos, contudo, o argumento de Engels, tratando do materialismo histórico, mais à frente. Antes, vamos observar mais um detalhe importante sobre a tese do Estado-instrumento da classe dominante – a propriedade privada.

#### ***1.4 O Estado como protetor da propriedade privada***

Quando afirmamos que o Estado foi estabelecido durante um conflito de classes pela classe dominante com os objetivos de controlar tal conflito e de favorecer seus próprios interesses, surge uma pergunta de imediato: quais são os interesses da classe dominante? O que ela quer proteger valendo-se do Estado? A própria definição de classe dominante enquanto, antes de tudo, classe economicamente dominante nos leva à seguinte resposta: a classe dominante quer proteger suas propriedades. O Estado surge, por conseguinte, como um instrumento de proteção da propriedade privada da classe dominante e possuidora. O Estado, numa palavra, protege especialmente os interesses materiais da classe dominante. Engels enfatiza claramente essa missão do Estado; após o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos,

Só faltava uma coisa: uma instituição que assegurasse as riquezas recém-adquiridas pelo indivíduo contra as tradições comunistas da ordem gentílica; uma instituição que não só santificasse a propriedade privada, antes tão menosprezada, e declarasse essa santificação a finalidade suprema de toda comunidade humana, como também imprimitisse o selo de reconhecimento social universal às novas formas de aquisição de propriedade, que se desenvolveram uma após a outra, e, portanto, à multiplicação em constante aceleração da riqueza; uma instituição que eternizasse não só a divisão da sociedade em classes em surgimento mas também o direito da classe possuidora à

---

lutas de classe, então parece correto afirmar que o Estado é o Estado da classe dominante, na medida em que a vigência das relações de produção é somente do interesse daquela. Mas o argumento fala apenas de controle da luta de classes, o que é compatível com o interesse da classe oprimida se o controle significar um enfraquecimento da classe dominante, uma proteção às demais classes impedindo a classe dominante de atacá-las, com vistas à amenização das lutas entre as classes.

espoliação da classe não possuidora e à dominação sobre ela. E essa instituição surgiu. O Estado foi inventado (ENGELS, 2019, p. 102).

Ou seja, o Estado surge como ferramenta para a proteção das novas riquezas que alguns indivíduos estavam acumulando; proteção, especialmente, contra o comunismo primitivo das sociedades gentílicas<sup>19</sup>. Engels insiste neste ponto. O Estado serve à

---

<sup>19</sup> A origem histórica do Estado explicada pela necessidade de proteger os interesses econômicos da classe dominante é a interpretação que consta em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, mas há uma passagem, em *Anti-Dühring*, onde Engels afirma que o Estado surgiu por motivos diversos, adquirindo apenas posteriormente o propósito de auxiliar a classe dominante na espoliação das classes dominadas. A passagem é a seguinte: “com as diferenças na distribuição afloram as *diferenças de classes*. A sociedade as subdivide em classes privilegiadas e desfavorecidas, exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, e o Estado – para cuja formação haviam progredido os grupos nativos de sociedade da mesma comunidade tribal, primeiramente, apenas em função da consecução de interesses comuns (por exemplo, a irrigação no Oriente) e da defesa contra ataques de fora – passa a ter, na mesma medida, a finalidade de assegurar, mediante a força, as condições de vida e o domínio da classe dominante contra a classe dominada” (ENGELS, 2015b, p. 178). Ou seja, o Estado surge para a realização de interesses comuns da sociedade e para a proteção desta contra os ataques exteriores. A natureza classista do Estado é adquirida após as diferenças de classes surgirem. Essa descrição da origem histórica do Estado é inconsistente com as descrições que viemos observando até então, uma vez que afirma a existência de um Estado anterior às diferenças de classes, contradizendo a alegação de ser o Estado um resultado das lutas de classes. Antes, vimos que o Estado surge dos conflitos inconciliáveis de classes; agora, vemos que ele surgira primeiramente por motivos não relacionados às lutas de classes. Antes, a função original do Estado era a espoliação e a repressão da classe trabalhadora pela classe dominante; agora, essa função é vista como adquirida, e não contemporânea ao surgimento do Estado. Na Introdução à *Guerra civil na França* de Marx, Engels afirma algo semelhante, ao dizer que “A sociedade havia criado, para a consecução de seus interesses comuns, seus próprios órgãos, originalmente por meio da divisão simples do trabalho. Mas esses órgãos, tendo em seu ápice o poder estatal, converteram-se, com o passar do tempo e em nome de seus próprios interesses, de servidores da sociedade em senhores desta” (MARX, 2011b, p. 196). Aqui, observamos o mesmo surgimento do Estado se comparado à passagem de *Anti-Dühring*: o Estado surge a partir de órgãos sociais criados para a realização dos interesses comuns da sociedade (nesta última passagem, contudo, é explicado que o Estado é o ápice de tais órgãos sociais). Essa última passagem traz novos problemas, no entanto: os políticos aparecem como uma classe demasiado poderosa perante a sociedade, e não se fala de classe dominante e de lutas de classes. Porém, Engels nos leva a crer que a classe dos políticos, em períodos remotos, é identificada com a classe dominante (ENGELS, 2015b, p. 208); logo, não há problema no fato de aquela passagem não citar a classe dominante e conceder demasiado poder aos políticos, uma vez que estes eram da classe dominante, e não eram, pelo contrário, ainda meros funcionários dela. Como Mascaro explica: “Em modos de produção anteriores ao capitalismo, não há uma separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente: de modo geral, são as mesmas classes, grupos e indivíduos – os senhores de escravos ou os senhores feudais – que controlam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades. Se alguém chamar por Estado o domínio antigo, estará tratando do mando político direto das classes econômicas exploradoras” (MASCARO, 2013, p. 18). Em períodos pré-capitalistas, portanto, em geral, há uma passagem direta da dominação econômica à dominação política, sem a mediação de funcionários da classe dominante. De qualquer modo, as duas passagens supracitadas contradizem a origem histórica do Estado descrita em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nossa sugestão – à luz de Engels, 2015b, p. 208 – é que o Estado originário, nas duas passagens citadas acima, é compreendido à maneira que são compreendidos os órgãos gentílicos anteriores à formação do Estado em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Esses órgãos gentílicos, cujo propósito era a administração dos interesses comuns das *gentes*, gradativamente foram substituídos pelo Estado, nascido dos interesses da classe dominante. Engels pode ter abandonado a compreensão dos órgãos gentílicos como um Estado, uma vez que “o Estado pressupõe um poder público especial, separado da totalidade de seus participantes”, e os órgãos gentílicos eram constituídos por membros do interior da sociedade, e não possuíam uma força pública que não equivallesse ao povo.

manutenção da propriedade privada e à garantia da exploração de classe. E isso é regular na história:

Na maioria dos Estados do período histórico, os direitos concedidos aos cidadãos do Estado são escalonados de acordo com suas posses e, desse modo, declara-se abertamente que o Estado é uma organização destinada a proteger a classe possuidora da não possuidora (ENGELS, 2019, p. 159).

Os direitos foram historicamente reservados como privilégios à parte da população que estivesse no poder. No entanto, o sufrágio universal, em alguns países durante a época de Engels, chegou. Se quando os direitos eram privilégios o Estado abertamente se declarava como Estado dos possuidores, como sustentar isso com o surgimento de direitos “universais”? Engels não muda sua tese, e afirma que

Esse reconhecimento político da diferença de posses, no entanto, não é de modo algum essencial. Pelo contrário, ele caracteriza um estágio baixo do desenvolvimento estatal (ENGELS, 2019, p. 159).

A república democrática não reconhece mais diferenças de posse. Isso é parte do direito burguês – uma igualdade meramente formal. Contudo, mesmo com a igualdade formal, a classe dominante continua governando, e isso ocorre por meio de três modos: a corrupção dos funcionários públicos; a aliança do Estado com a Bolsa de Valores; e o sufrágio universal. A corrupção dos funcionários públicos e a aliança com a Bolsa de Valores são autoexplicativas: se a classe possuidora tem mais dinheiro que as classes subalternas, então ela poderá corromper em grau maior os funcionários públicos do que as classes subalternas; do mesmo modo, a Bolsa de Valores opera com posses e capital, algo que a classe dominante tem mais que as outras. Mas e quanto ao sufrágio universal? Engels não elabora muito essa afirmação, mas seria algo como a classe trabalhadora elegendo os políticos da classe burguesa. A classe trabalhadora, por falta de maturação enquanto classe, elege os políticos que representam os interesses da classe burguesa, pois os integrantes da classe trabalhadora estão sujeitos à ideologia burguesa, a uma “falsa consciência”<sup>20</sup>, que visa a eternizar a sociedade capitalista<sup>21</sup>.

Mas o que significa dizer que o Estado protege a propriedade privada da classe dominante? Estaríamos cometendo um equívoco se julgássemos que as propriedades privadas são apenas coisas fixas, como ouros e diamantes. Parte da propriedade privada pertencente à classe dominante são objetos imersos em um processo contínuo – como meios de produção que têm tempo de validade e podem tornar-se obsoletos. O Estado não é somente uma força

<sup>20</sup> MARX-ENGELS, 1975, p. 434.

<sup>21</sup> ENGELS, 2019, p. 159.

protetora de ouro e diamantes, de riquezas guardadas em cofres, mas de propriedades privadas que podem ser utilizadas em processos para gerar riquezas. Até porque: qual a origem de riquezas acumuladas que podem ser guardadas em cofres? A origem da riqueza está na produção e no trabalho<sup>22</sup>. O trabalho produtivo é um processo contínuo, vitalício, “uma condição de existência do homem” (MARX, 2013, p. 120) . Mas o Estado não protege a riqueza social, coletiva de uma sociedade, e sim a riqueza privada de uma classe – a classe possuidora, dominante. Por conseguinte, o Estado precisa proteger as relações de produção e o modo de produção que geram e garantem as riquezas privadas da classe dominante.

A sociedade que tivemos até agora, que se move por meio de antagonismos de classes, necessitou do Estado – isto é, de uma organização da respectiva classe espoliadora – para sustentar suas condições exteriores de produção, ou seja, principalmente para reprimir pela força a classe espoliada nas condições de opressão dadas pelo modo de produção vigente (escravidão, servidão ou vassalagem, trabalho assalariado) (ENGELS, 2015b, p. 316).

O Estado é um protetor de relações – relações sociais e econômicas que garantem à classe dominante a persistência de seu domínio e da fonte de suas riquezas. Numa palavra, o Estado age em vista de garantir as condições necessárias à apropriação do mais-produto gerado pelo mais-trabalho. O *mais-trabalho* é o “trabalho além do tempo necessário para o autossustento do trabalhador” (ENGELS, 2015b, p. 234). Esse mais-trabalho gera o *mais-produto*, isto é, o excedente do produto do trabalho, a parte do produto que resta após abstraída a parte que serve à reprodução da vida do trabalhador; ou, como Engels define no Prefácio de *O capital*, o mais-produto é a “parte não paga do produto”<sup>23</sup> (MARX, 2013, p. 103). Quando afirmamos que o Estado serve para espoliar as classes trabalhadoras, estamos nos referindo à função do Estado de assegurar as condições para que o mais-trabalho e, portanto, o mais-produto continuem a existir a serviço da classe dominante. Desse modo, o Estado age em vista da exploração das classes trabalhadoras, pois a espoliação implica a exploração do trabalho, na medida em que, em seu sentido técnico, a exploração do trabalho é a “apropriação do produto desse mais-trabalho por outros” (ENGELS, 2015b, p. 234).

Portanto, à finalidade de assegurar a riqueza das classes dominantes, o Estado deve consolidar a fonte de tal riqueza – a exploração do trabalho que gera o mais-produto. A extração do mais-produto é, contudo, possibilitada pelas relações de produção: para que uma

<sup>22</sup> A origem da riqueza material está na natureza também, uma vez que o trabalho humano é “constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material” (MARX, 2013, p. 121).

<sup>23</sup> O pagamento aqui ou deve ser entendido como salário, aplicando-se, portanto, apenas ao período capitalista, ou ser entendido como o ato de assegurar a vida dos trabalhadores, o que ocorre também na servidão e na escravidão. A definição marxiana de mais-produto oferecida no *Capital* é a seguinte: “Chamamos de mais-produto a parte do produto (...) em que se representa o mais-valor” (MARX, 2013, p. 304).

classe explore o trabalho de outras classe é necessário que exista uma hierarquia no processo de trabalho. Um capitalista extrai o mais-valor do proletário por meio do salário, e as relações de produção possibilitam o sistema de assalariamento, uma vez que organizam as posições na estrutura econômica – quem receberá salário e quem pagará o salário. Desse modo, o Estado deve preservar as relações de produção vigentes: o capitalista deve permanecer como capitalista e o proletário deve permanecer como proletário<sup>24</sup>.

Engels elucida o surgimento do Estado como decorrente da necessidade de consolidar a produção vigente na seguinte passagem:

Num certo estágio bastante originário do desenvolvimento da sociedade, surge a necessidade de subordinar os atos diariamente recorrentes da produção, da distribuição e da troca de produtos a uma regra comum, de tomar providências para que o indivíduo se submeta às condições comuns da produção e da troca. Essa regra, que primeiro foi costume, logo se tornou lei. A lei necessariamente dá origem a órgãos incumbidos de mantê-la em vigor – o poder público, o Estado (ENGELS, 2015a, p. 126-127).

Desse modo, o Estado serve como instrumento da classe dominante, durante a luta de classes, para que a classe dominante permaneça no poder e permaneça explorando as demais classes por meio de suas relações de produção, uma vez que o “poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”<sup>25</sup> (MARX-ENGELS, 2010, p. 58). Numa

<sup>24</sup> Evidentemente, não estamos falando em termos individuais. Um proletário, embora seja difícil, pode enriquecer e virar um capitalista, assim como um capitalista pode falir e virar um proletário. Marx e Engels até mesmo acreditavam que “o modo de produção capitalista vai transformando a grande maioria da população em proletária” (ENGELS, 2015b, p. 316), na medida em que “Cada capitalista liquida muitos outros”, ocasionando uma “expropriação de muitos capitalistas por poucos” (MARX, 2013, p. 832). O que o Estado faz, na verdade, é assegurar as relações de produção em termos coletivos, de classe: assegurar a dominância de uma classe sobre outras, indiferentemente de migrações de indivíduos de classe a classe.

<sup>25</sup> É essencial ressaltar um ponto aqui: nem sempre é o caso de o poder político corresponder exatamente ao poder econômico: ambos não são equivalentes. Em *O 18 de Brumário*, Marx analisa como Bonaparte ampliou seu poder político; e Bonaparte não era um representante explícito da burguesia, embora a classe burguesa dominasse a economia em sua época. Ou seja, a burguesia não estava no poder do Estado nesse período histórico. Isso, contudo, não afeta a teoria marxista do Estado, na medida em que há uma explicação para o descompasso entre poder político e poder econômico em certos momentos históricos. Por vezes, não é do interesse da classe economicamente dominante ser também politicamente dominante. Como Marx explica, a burguesia preferiu não lidar mais com a política no período de Luís Bonaparte, pois percebeu que isso atrapalhava seus negócios comerciais e sua continuidade como classe: “o *partido parlamentar da ordem* com a sua grita por tranquilidade reduziu a si próprio ao silêncio, declarando que o domínio político da burguesia é incompatível com a segurança e a continuidade da burguesia, destruindo com as próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições de seu próprio regime, o regime parlamentarista” (MARX, 2011a, p. 124). De certo modo, é a própria classe dominante que decide afastar-se do domínio político, por notar que este não mais a auxilia em seu domínio econômico. No entanto, devemos notar que, embora Bonaparte explicitamente represente outra classe e ataque o poder político da burguesia, seu governo ainda assim age em benefício da burguesia: “Na condição de Poder Executivo que se tornou independente, Bonaparte sente-se chamado a assegurar a ‘ordem burguesa’” (*ibidem*, p. 150). Para uma apreciação melhor da questão de como a burguesia pode ter seus interesses representados mesmo quando o Estado não a representa direta e explicitamente, como é o caso da monarquia bonapartista, ver Elster, 1985, Parte II, 7. Elster julga que casos como os do Estado bonapartista, onde a burguesia abdica de ser politicamente dominante, levaram Marx a modificar sua teoria do Estado-instrumento. Não vamos nos ater a essa questão, mas cabe afirmar que, como ficará claro mais à frente, o significado que damos à teoria do Estado-instrumento é a representação decisiva, majoritária, que o Estado executa dos interesses da classe dominante.

palavra, quando afirmamos que o Estado é o guardião da propriedade privada pertencente à classe dominante, queremos dizer essencialmente que o Estado impõe à sociedade as condições de existência da classe dominante. O Estado é como o domínio comum da classe dominante: “o fato de a classe dominante constituir o seu domínio comum como poder público, como Estado” (MARX-ENGELS, 2007, p. 343-344), pois “Seu domínio pessoal deve se constituir simultaneamente como um domínio médio” (MARX-ENGELS, 2007, p. 318).

## **CAPÍTULO II - Teoria materialista da história segundo Cohen**

A interpretação de Cohen é pouco ortodoxa. Cohen, sendo um marxista analítico, recusa a filosofia dialética<sup>26</sup>. O materialismo histórico, na versão de Cohen, não é um materialismo dialético<sup>27</sup>. Cohen afirma que irá defender, ao defender a teoria da história de Marx, um determinismo tecnológico. Essa afirmação, porém, é pouco precisa. Cohen, em outro momento, afirma que não irá tratar da questão sobre o determinismo em sua obra, deixando tal questão em aberto<sup>28</sup>. E a “tecnologia”, em “determinismo tecnológico”, deve ser interpretada como forças produtivas, as quais compreendem a força de trabalho humana e o conhecimento humano produtivo. Assim, tecnologia não expressa apenas forças não humanas. Deste modo, não nos referiremos à interpretação de Cohen do materialismo histórico como um determinismo tecnológico, nem mesmo como um determinismo das forças produtivas, mas apenas como “uma teoria funcionalista da história e da sociedade” (COHEN, 2013, p. 295), na qual as condições materiais têm prioridade explicativa.

### **2.1 Estrutura econômica**

O *Prefácio de 1859* de Marx – Prefácio da obra *Contribuição à crítica da economia política* (1859) – dá a base para a interpretação de Cohen sobre o conteúdo da estrutura econômica e sua relação com as forças produtivas. No *Prefácio*, a *estrutura econômica* (ou a base, ou a infraestrutura, etc.) é definida como a soma total das relações de produção.

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção

<sup>26</sup> “Em cada um dos sentidos de ‘analítico’, ser analítico é ser o oposto à forma de pensamento tradicionalmente pensada como parte integrante do marxismo: o pensamento analítico, no sentido amplo de ‘analítico’, é o oposto do assim denominado pensamento dialético” (COHEN, 2013, p. 20).

<sup>27</sup> A recusa da filosofia dialética vai diretamente contra a afirmação de Engels segundo a qual “A concepção materialista da história e sua aplicação particular à luta de classes moderna entre proletariado e burguesia não seria possível senão por meio da dialética” (ENGELS, 2010, p. 18).

<sup>28</sup> “Nossa versão do materialismo histórico pode ser chamada de tecnológica, mas não discutiremos a questão do determinismo neste livro” (COHEN, 2013, p. 187).

correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Desta passagem, Cohen infere o pertencimento exclusivo das relações de produção no interior da estrutura econômica:

Alega-se aqui que a estrutura econômica (ou a “base real”) é composta pelas relações de produção. Alega-se que nada além delas participa da sua composição. Concluímos *ex silentio* que somente as relações de produção são adequadas para a constituição da estrutura econômica (COHEN, 2013, p. 61).

De início, Cohen define as *relações de produção* ou como *relações de propriedade* entre pessoas, ou entre pessoas e forças produtivas<sup>29</sup>, ou como relações que pressupõem essas relações de propriedade<sup>30</sup>. Por “propriedade”, entende-se o controle efetivo, a posse efetiva de algo ou alguém, e não o direito legal<sup>31</sup>. As relações de produção são, portanto, relações entre pessoas, como a do proletário e do capitalista, do servo e do senhor feudal, do escravo e do senhor de escravos; ou são relações entre pessoas e forças produtivas, como o capitalista ter o controle efetivo dos meios de produção, como o proletário ser dono de sua força de trabalho, como o escravo não ser dono de sua força de trabalho, etc.

A definição de Cohen das relações de produção passa, posteriormente, a “eliminar a legalidade das relações de produção” (COHEN, 2013, p. 266). As relações de produção, não mais definidas nos termos das relações de propriedade, “o que não é mais que sua expressão jurídica” (MARX, 2008, p. 47), passam a ser definidas como relações de *poder*<sup>32</sup> – de modo mais exato, relações de *poder econômico*. O capitalista tem o poder de usar os meios de produção e a força de trabalho de outrem, ao passo que o proletário carece desse poder. O proletário tem o poder de negociar a sua força de trabalho, ao contrário do servo e do

---

<sup>29</sup> “As pessoas e as forças produtivas são os únicos termos ligados pelas relações de produção”, podendo haver relações de produção sem as forças produtivas, como entre pessoas, mas não podendo haver relações de produção sem pessoas: “uma relação de produção se vincula no mínimo a uma pessoa(s)-termo e no máximo a uma força(s) produtiva(s)-termo, e a nenhum outro tipo de termo” (COHEN, 2013, p. 64-65).

<sup>30</sup> COHEN, 2013, p. 68.

<sup>31</sup> COHEN, 2013, p. 68. Cohen argumenta que é preferível não utilizar um sentido jurídico ao tratar da estrutura econômica, a fim de evitar e contornar o *problema da legalidade* (COHEN, 2013, Cap. VIII. 2).

<sup>32</sup> O conceito de poder é definido recorrendo ao conceito de capacidade: “Utilizamos o termo ‘poder’ no seguinte sentido: um homem possui o poder de realizar H somente se for capaz de realizar H” (COHEN, 2013, p. 265); “Na forma em que o empregamos, o seu poder é o que você é capaz de fazer, independentemente do que lhe faça ser capaz de fazê-lo” (COHEN, 2013, p. 279).



escravo<sup>33</sup>. Desse modo, a estrutura econômica é “um sistema de poder no qual a produção ocorre”<sup>34</sup> (COHEN, 2013, p. 114).

As relações de produção se dividem em *sociais e materiais*. As *relações materiais de produção* são as relações de trabalho<sup>35</sup>. As *relações de trabalho* são as relações que envolvem os trabalhadores na produção material, como duas pessoas serrando uma árvore juntas, abstraídas de atributos sociais, como direitos entre as pessoas. A relação material de produção entre duas pessoas que serram uma árvore é descrita sem referir à posição social dessas pessoas: elas poderiam ser escravas, ser colegas de trabalho, uma ser funcionária da outra, etc.<sup>36</sup>

As *relações sociais de produção*, por sua vez, descrevem relações de poder, de controle efetivo. São as relações citadas anteriormente entre pessoas e outras pessoas ou entre pessoas e forças produtivas sob um viés social: patrões e funcionários, escravos e senhores de escravos, todos organizados hierarquicamente.

A estrutura econômica foi definida de modo geral como a soma total das relações de produção. Contudo, a definição correta da estrutura econômica é a soma total das relações *sociais* de produção. Isso ocorre devido à distinção entre material e social ou econômico<sup>37</sup> presente em Marx<sup>38</sup>. A estrutura econômica é social, abrangendo somente as relações sociais de produção<sup>39</sup>. As relações de trabalho são relações materiais de produção e, sendo materiais, não fazem parte da estrutura econômica<sup>40</sup>.

---

<sup>33</sup> COHEN, 2013, p. 266-268.

<sup>34</sup> Cabe mencionar, porém, que as relações de produção não são apenas definidas por menção a poderes e capacidades, mas também mencionando, em certos casos, a ausência de poder ou a incapacidade de um agente em realizar algo (COHEN, 2013, p. 282-283).

<sup>35</sup> COHEN, 2013, p. 150.

<sup>36</sup> COHEN, 2013, p. 149.

<sup>37</sup> Especialmente no Capítulo IV, Cohen utiliza do termo social para significar aspectos econômicos da sociedade: “As características sociais que nos interessam neste capítulo são as econômicas e, seguindo os passos de Marx, empregaremos os termos ‘econômico’ e ‘social’ de uma forma mais ou menos intercambiável” (COHEN, 2013, p. 125).

<sup>38</sup> COHEN, 2013, p. 80. Ver também o Capítulo IV – *As propriedades sociais e materiais da sociedade*, no qual Cohen afirma que “Marx sempre esteve preocupado em distinguir de maneira clara aquilo que possui um caráter econômico ou social daquilo que não o possui (...). Essas declarações se fundamentam em uma distinção entre a forma e o conteúdo de uma sociedade. Os indivíduos e as forças produtivas constituem o seu conteúdo material, um conteúdo imbuído da forma social das relações de produção” (COHEN, 2013, p. 125-126).

<sup>39</sup> “O que estamos argumentando é que a conhecida distinção entre forças produtivas e relações de produção é, em Marx, uma série de contrastes entre a natureza e a sociedade” (COHEN, 2013, p. 135). Nesta passagem, “natural” aparece como sinônimo de “material”, e as relações de produção são identificadas com o social.

<sup>40</sup> “As relações de trabalho são relações materiais de produção e, sendo materiais, permanecem excluídas da estrutura econômica” (COHEN, 2013, p. 68).

A própria natureza do trabalho nos permite inferir a distinção entre social e material. O trabalho é social, uma vez que é realizado em conjunto entre pessoas, e material, na medida em que deve haver atividade física nele<sup>41</sup>. O trabalho compreende, pois, as relações sociais e materiais de produção. O trabalho é a produção material revestida de uma forma social. Por exemplo, podemos produzir roupas em diferentes formas sociais; podemos produzir roupas sob o capitalismo, sob o feudalismo, sob regime escravagista, etc. A estrutura econômica é a soma total das relações sociais de produção, não abrangendo, portanto, os aspectos materiais da produção, mas apenas os sociais ou econômicos.

as relações de trabalho são relações de produção, mas, apesar do que Marx diz no “Prefácio de 1859”, nem todas as relações de produção pertencem à estrutura econômica (...). Denominaremos relações sociais de produção as relações de produção que formam a estrutura econômica, e relações materiais de produção as relações de trabalho (COHEN, 2013, p. 150).

### ***Forças produtivas***

As forças produtivas são uma parte do conteúdo material da sociedade. Junto das relações de trabalho, as forças produtivas são o substrato da estrutura econômica<sup>42</sup>. As relações de trabalho, contudo, não são forças produtivas pela mesma razão que as relações sociais de produção não são forças produtivas, isto é, por serem relações.

uma força ou capacidade produtiva (...) não é uma relação. Não é algo que exista entre os objetos, mas antes uma propriedade de um objeto ou, em um uso amplo que lhe confere Marx, um objeto que possui tal propriedade, um objeto que tem capacidade produtiva, e tal objeto também não é uma relação (COHEN, 2013, p. 61-62).

Em sentido estrito, as forças produtivas são capacidades de objetos, e não relações. Além disso, não são de natureza econômica, mas material: “tais relações [sociais]<sup>43</sup> de produção são de caráter econômico, enquanto as forças produtivas não” (COHEN, 2013, p. 61-62). E se as forças produtivas não são relações, segue-se que não fazem parte da estrutura econômica, uma vez que esta é a soma total das relações sociais de produção.

As forças produtivas estão à parte da economia, mas o que são elas? Como pudemos observar na passagem acima, Marx faz um uso abrangente do termo “forças produtivas”,

<sup>41</sup> Como explica Ohlweiler: “O processo de produção dos bens materiais pode ser encarado de um duplo ponto de vista: de um lado, como um ‘processo metabólico entre o homem e a natureza’; e, de outro lado, na sua forma social específica. O aspecto natural (metabólico) do processo de produção é uma condição de existência do homem, necessidade perene, independentemente de todas as formas históricas da sociedade (...). Mas, o processo natural, posto que os homens não realizam a atividade produtiva como indivíduos isolados, mas associados em grupos, é sempre levado a cabo segundo formas sociais historicamente definidas. Em outras palavras, a atividade produtiva é invariavelmente uma produção social” (OHLWEILER, 1984, p. 8). Ver também Marx-Engels, 2007, p. 34.

<sup>42</sup> COHEN, 2013, p. 151.

<sup>43</sup> Cohen abrevia as “relações sociais de produção” como “relações de produção”, de modo advertido, durante a maior parte da sua obra. Seguindo Cohen, faremos o mesmo, a menos que indiquemos o contrário.

podendo denotar capacidades de objetos e os próprios objetos com tais capacidades. De modo mais preciso, contudo, forças produtivas são capacidades que objetos possuem as quais podem ser utilizadas na produção material. As forças produtivas contribuem materialmente na produção, estando na produção<sup>44</sup>, e não socialmente. O salário, por exemplo, que pode animar os trabalhadores em sua produção diária, é uma contribuição social à produção. Desse modo, o salário não é uma força produtiva. As forças produtivas, ao contrário, são contribuições para a produção material enquanto produção material, como a força de trabalho. A força de trabalho é um exemplo paradigmático de força produtiva, visto ser empregada na produção.

A força de trabalho abrange também o conhecimento produtivamente aplicável. Embora Marx fale de forças produtivas materiais, mesmo o conhecimento sendo “espiritual”, o conhecimento produtivo usado nas produções é uma força de trabalho. Isso se revela possível na medida em que Marx utiliza do termo “material”, nestes contextos, não para denotar algo físico, oposto à “espiritual”, mas para denotar algo oposto à “social”. E se o antônimo de material é o social, e não o espiritual, então “Esse sentido de ‘material’ (...) possibilita a presença de elementos espirituais nas forças produtivas materiais” (COHEN, 2013, p. 80).

Aqui devemos elucidar um ponto. Cohen afirma que as forças produtivas são contribuições materiais à produção material, mas também afirma que elementos não materiais podem ser forças produtivas. O embaraço se resolve se explicarmos melhor o que é uma contribuição material à produção. Não se deseja falar de uma contribuição de um objeto físico à produção. Mas antes de uma contribuição, por parte de algo material ou imaterial, à produção material enquanto produção material; algo que contribui no interior da produção material, uma vez que é necessário que as forças produtivas “sejam o que é utilizado na produção” (COHEN, 2013, p. 74). A força produtiva é compreendida funcionalmente: ela tem uma função na produção material. Logo, aquilo que cumprir tal função será uma força produtiva. O conhecimento produtivo cumpre tal função e, por isso, é uma força produtiva. Nas palavras de Cohen:

Recordemos o soldado (pp. 66-7) que não pode ser considerado um produtor, já que a sua atividade não foi materialmente, mas socialmente requerida. Comparemo-lo com um muro de pedra que confina os escravos em uma plantação, que, não fosse isso, escapariam: por mais material que possa ser, e por mais necessário que seja à produção, ele não se caracteriza como uma força produtiva, já que (ao contrário de um muro que controla o curso de uma correnteza com um objetivo produtivo) contribui para a ordem social. Para que um objeto seja uma força produtiva, ele depende não da sua ontologia (o quão físico ele é), mas da sua contribuição para a produção, em virtude do caráter

---

<sup>44</sup> “Apenas o que contribui materialmente à (e no interior da) atividade produtiva, como Marx circunscreve, pode ser considerado uma força produtiva” (COHEN, 2013, p. 67).

material da produção. Um conhecimento científico produtivamente relevante está relacionado à tarefa material a ser realizada, e por isso é uma força produtiva (COHEN, 2013, p. 80-81).

De fato, segundo Cohen, o conhecimento é o elemento decisivo das forças produtivas, porque o centro do desenvolvimento das forças produtivas é o desenvolvimento do conhecimento produtivo<sup>45</sup>. Quanto mais conhecimento produtivo acumulamos, mais as forças produtivas crescem – e este é o motor principal delas.

Além da força de trabalho, seguindo o critério de ser utilizado pelo produtor para produzir produtos, Cohen lista os meios de produção como forças produtivas. Os meios de produção são instrumentos de produção, matérias-primas, locais, espaços e instrumentos adicionais. Contudo, quanto aos meios de produção, em sentido estrito, eles não são forças produtivas<sup>46</sup>. Ao contrário da força de trabalho que é em si mesma uma força produtiva, os meios de produção são objetos que possuem uma capacidade produtiva, mas não são tal capacidade. No entanto, como observado antes, Marx se vale do termo “forças produtivas” de modo abrangente, referindo-se a objetos também, levando Cohen a incluí-los.

### ***Tese da primazia***

Já foi dito que as forças produtivas se encontram à parte da estrutura econômica, assim como foi dito que as forças produtivas são o subjacente da estrutura econômica. Cabe a nós agora tratar da relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

Cohen defende a *tese da primazia* das forças produtivas sobre as relações de produção, sobre a estrutura econômica: “A natureza das relações de produção de uma sociedade é explicada pelo nível de desenvolvimento das suas forças produtivas (tese da primazia propriamente dita)”<sup>47</sup> (COHEN, 2013, p. 174). As forças produtivas explicam as relações de produção, na medida em que “as estruturas econômicas são como são porque, ao sê-lo, permitem que a capacidade produtiva humana se expanda” (COHEN, 2013, p. 17). Ou seja, há uma assimetria na relação entre as forças produtivas e as relações de produção: as forças produtivas determinam o caráter das relações de produção, sendo o contrário correto só em certo sentido. A estrutura econômica é de determinado modo porque, sendo assim, possibilita o desenvolvimento e o bom uso das forças produtivas. Desse modo, as relações de produção

---

<sup>45</sup> “o desenvolvimento do conhecimento é (...) o centro do desenvolvimento das forças produtivas. Nos seus estágios superiores, o desenvolvimento das forças produtivas se funde com o desenvolvimento da ciência produtivamente útil” (COHEN, 2013, p. 79).

<sup>46</sup> COHEN, 2013, p. 71.

<sup>47</sup> O nível de desenvolvimento das forças produtivas pode ser às vezes entendido em sentido *quantitativo*, outras vezes em sentido *qualitativo*, e outras ainda em ambos os sentidos (COHEN, 2013, p. 175).

são explicadas funcionalmente em relação às forças produtivas: “as relações de produção possuem o caráter que possuem porque, em virtude desse caráter, promovem o desenvolvimento das forças produtivas” (COHEN, 2013, p. 295).

A primazia das forças produtivas é causal e explicativa. Na medida em que as forças produtivas se desenvolvem historicamente, as relações de produção tendem a se adaptar a elas. As forças produtivas, aumentando, exigem relações de produção que não bloqueiem seu desenvolvimento, mas sim que auxiliem seu crescimento. Portanto, ao se desenvolverem, as forças produtivas determinam relações de produção compatíveis e adequadas ao desenvolvimento e uso delas. Não são, ao contrário, as relações de produção que explicam e causam o caráter das forças produtivas. No entanto, as relações de produção podem explicar e causar *certos aspectos* das forças produtivas: por exemplo, se as relações de produção são como são porque são adequadas às forças produtivas disponíveis, assim como porque promovem o desenvolvimento delas, então a manutenção e o aumento das forças produtivas são causados e explicados, em parte, pelas relações de produção que as sustentam e as promovem. De fato, se a divisão social do trabalho e o assalariamento promovem as forças produtivas capitalistas melhor do que o regime escravista, então tais relações capitalistas de produção podem explicar o nível de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Essa é uma explicação quantitativa, e Cohen admite que as relações de produção podem até mesmo oferecer explicações qualitativas acerca das forças produtivas: poderiam, por exemplo, explicar por que em tal e tal sociedade há um investimento maior em rodovias do que em estradas de ferro<sup>48</sup>.

Mesmo após admitirmos que as relações de produção têm um papel causal-explicativo quanto às forças produtivas com as quais se relacionam, ainda assim podemos defender a tese da primazia. Ainda há uma assimetria na relação entre ambas. Pois as forças produtivas continuam sendo primárias em relação à estrutura econômica: a tese da primazia postula que as relações de produção são do modo como são porque cumprem a função de preservar e promover as forças produtivas<sup>49</sup>. Ou seja, se as relações de produção não causassem e

<sup>48</sup> COHEN, 2013, p. 204-206.

<sup>49</sup> Num sentido mais exato, a tese da primazia defende que uma determinada relação de produção surge e persiste porque tem a *propensão* de desenvolver as forças produtivas. A forma da explicação funcional é esta: A não surge e persiste porque causa certos efeitos em B, mas sim A surge e persiste porque tem a *propensão* de causar certos efeitos em B (COHEN, 2013, p. 328). É importante notar isso a fim de evitar objeções à explicação funcional que afirmem que ela infringe “leis lógicas” ou confunde períodos temporais, uma vez que se as relações de produção existem porque são benéficas para as forças produtivas, poder-se-ia argumentar que isso toma o efeito que proporcionam (serem benéficas às forças produtivas) como causa de sua existência, o que é incorreto. Mas se afirmarmos que relações de produção de certo tipo surgem e persistem porque têm a propensão

explicassem o nível de desenvolvimento das forças produtivas, então elas não estariam cumprindo sua função. A tese da primazia, explicando funcionalmente a relação entre forças produtivas e estrutura econômica, implica no fato de que as relações de produção determinam certos aspectos<sup>50</sup> das forças produtivas, dado que possuem funções a cumprir.

Além disso, Cohen reconhece que as forças produtivas explicam apenas parcialmente as relações de produção: seu alcance explicativo é limitado.

Quando dizemos, de maneira um tanto vaga, que as forças produtivas explicam o caráter das relações de produção, queremos dizer que elas explicam algumas características das relações de produção, mas, obviamente, não todas. Elas poderiam explicar, por exemplo, por que uma economia está baseada na servidão sem explicar a exata distribuição dos direitos entre senhores e camponeses (COHEN, 2013, p. 203).

As forças produtivas dentro do capitalismo podem explicar por que a maior parte dos trabalhadores é livre e assalariada<sup>51</sup>, mas não pode explicar exatamente quanto cada funcionário tem de liberdade ou quantos direitos trabalhistas adquiriu. Pois analisando os aspectos materiais de uma sociedade não podemos inferir certas características das relações de produção<sup>52</sup>.

Contudo, ainda que as forças produtivas causem e expliquem apenas uma parte das características das relações de produção, as forças produtivas são primárias “no sentido de que a estrutura econômica adequada surge em resposta às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas” (COHEN, 2013, p. 202).

Resumindo: mesmo que as forças produtivas possam ser condicionadas em certos aspectos pelas relações de produção, e mesmo que as forças produtivas expliquem apenas parcialmente o caráter das relações de produção, as forças produtivas têm certa primazia quanto às relações de produção, uma vez que estas relações são, em um sentido relevante,

---

de promover as forças produtivas, então evitamos a confusão temporal-causal, já que a propensão a causar o efeito x não é igual a causar o efeito x.

<sup>50</sup> Cohen se refere a três modos pelos quais as relações de produção podem condicionar as forças produtivas, são eles: 1) Promoção do desenvolvimento das forças produtivas; 2) Ajuda na determinação de qual direção o desenvolvimento tecnológico deve tomar; 3) Influência no ritmo do desenvolvimento produtivo (COHEN, 2013, p. 206).

<sup>51</sup> COHEN, 2013, p. 234-235.

<sup>52</sup> “O moinho manual pode explicar por que uma determinada sociedade é feudal e ser incapaz de explicar por que um tributo é pago fundamentalmente em parcelas de trabalho e não em espécie, o que poderia ser explicado por algo alheio às forças produtivas” (COHEN, 2013, p. 203-204). É interessante notar aqui que dos aspectos materiais da sociedade, como as forças produtivas e as relações materiais de produção, não podemos *deduzir* nenhum aspecto social da sociedade (COHEN, 2013, p. 129), como a forma social ou as relações sociais de produção, mas apenas fazer uma inferência de probabilidade, tal qual uma inferência abduziva (COHEN, 2013, p. 133). Do moinho manual, não *deduzimos* o feudalismo e o senhor feudal – embora Marx deixe a entender isso (MARX, 2017b, p. 102) – mas apenas inferimos a probabilidade (alta) de, ao constatarmos que uma sociedade tem como força produtiva um moinho manual, e não um a vapor, estarmos analisando uma sociedade pré-capitalista, provavelmente feudal.

explicadas funcionalmente em relação às forças produtivas. Uma determinada estrutura econômica surge em virtude de ser compatível e capaz de promover as forças produtivas disponíveis; ela prevalece porque é adequada ao desenvolvimento das forças produtivas (se não é mais adequada, mas ainda assim persiste, sua persistência é explicada pelo fato de já ter sido adequada ao desenvolvimento das forças produtivas, visto que pode levar algum tempo antes da substituição de uma estrutura econômica por outra<sup>53</sup>), e ela é substituída porque deixou de ser adequada ao desenvolvimento ou ao uso das forças produtivas, sendo substituída por uma outra estrutura econômica, a qual surge devido a ser mais adequada ao nível atual de desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, numa palavra, as forças produtivas explicam o ciclo histórico das relações de produção, assim como explicam parte de suas características – daí a primazia das forças produtivas sobre as relações de produção.

A história é a história da indústria humana, que experencia o crescimento da capacidade produtiva, cujo estímulo e veículo é uma estrutura econômica, que perece ao estimular mais crescimento do que pode conter (COHEN, 2013, p. 58-59).

### ***Tese do desenvolvimento***

O materialismo histórico, em sua versão caricata, é um reducionismo econômico sob a forma “monocausalista”: o econômico, com exclusividade, determina tudo. Essa é uma interpretação equivocada, e o próprio Engels nos explica que o materialismo histórico, na verdade, não defende que a economia determina tudo a todo momento, mas que a economia é aquilo que, *em última instância*, determina a história. Engels explica que

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante em última instância na história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais alegamos mais do que isso. Portanto, se alguém distorce isso dizendo que o fator econômico é o único fator determinante, ele está transformando aquela proposição em uma expressão sem sentido, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os vários componentes da superestrutura (...) também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam a *forma* destas em particular. Há uma interação de todos esses elementos na qual, entre todos os inumeráveis acidentes (...), o movimento econômico é finalmente obrigado a afirmar a si mesmo (MARX-ENGELS, 1975, p. 394-395).

Se observarmos um golpe de Estado, como o golpe de Luís Bonaparte analisado em *O 18 de Brumário*, poder-se-ia questionar: “A economia determinou que Bonaparte desse um golpe de Estado na república francesa?”. Isso depende de como compreendemos a palavra “determinar”. Certamente a economia, tendo sido definida por Cohen como o conjunto total das relações sociais de produção, não determinou *imediatamente* o golpe de Bonaparte: a determinação imediata foram as ações de Bonaparte e de seus aliados. E em um nível

---

<sup>53</sup> COHEN, 2013, p. 201.

subjacente às ações de Bonaparte e dos aliados de Bonaparte, estão as lutas de classe. Marx assevera que o golpe de Estado promovido por Bonaparte fora causado por lutas de classes na França<sup>54</sup>.

As lutas de classes, de fato, podem determinar a história; não esqueçamos que, no *Manifesto*, as lutas de classes são tomadas como o principal motor da história humana<sup>55</sup>. Contudo, como Cohen mesmo afirma<sup>56</sup>, as lutas de classes servem de explicação imediata e insuficiente aos acontecimentos sociais e históricos. Devemos explicar, antes delas, como e por que há classes sociais, como e por que há uma classe dominante e uma subalterna, como uma classe social se forma e se define, etc. E na medida em que Marx e Engels adotam uma definição estrutural de classe social – uma classe social é um conjunto de pessoas definido em relação à sua posição na estrutura econômica –, temos de adentrar inevitavelmente no terreno econômico<sup>57</sup>. As relações de produção nos explicam o que é uma classe social e, de modo parecido, podem nos explicar por que há conflito entre as classes, uma vez que nos expõem as relações de poder, a desigualdade de distribuição quanto ao produto produzido, a hierarquia entre funcionários e patrões, etc. Ou seja, resumindo, há um nível de explicação anterior às lutas de classe, a saber, as condições econômicas<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> “(...) eu demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel do herói” (MARX, 2011a, p. 18).

<sup>55</sup> “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX-ENGELS, 2010, p. 40); “A história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas” (*ibidem*, p. 57). Não podemos deixar de acrescentar a essas afirmações o escopo das sociedades de classes, pois nas sociedades gentílicas fundadas na posse comum do solo, nas quais “toda a história, na realidade, tem seu ponto de partida” (ENGELS, 2015b, p. 285), em boa parte de sua existência, não havia classes, logo não havia luta de classes para servir de motor à história humana. Engels reconhece esse escopo em nota a uma edição posterior do *Manifesto*, afirmando que a luta de classes é o motor de “toda história escrita”, ou seja, registrada até 1847, pois a “Pré-História, organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847” (MARX-ENGELS, 2010, p. 40).

<sup>56</sup> COHEN, 2013, p. 188-189. Cohen certamente reduz a importância histórica da luta de classes, limitando-as, na obra em questão, a ser um meio de liberar o desenvolvimento das forças produtivas da limitação de relações de produção obsoletas. Cohen também parece definir um limite territorial às lutas de classes: estas não estão presentes nas relações de produção, sendo algo à parte delas. Desse modo, pode-se reduzir bastante a determinação de tais lutas na história. Para uma visão diferente, ver Althusser, 2008. Althusser defende que as lutas de classes se infiltram nas relações de produção e, portanto, são mais determinantes do que Cohen defende.

<sup>57</sup> “Nós mesmos fazemos nossa história, mas antes de tudo, sob suposições e condições muito definidas. Dentre essas, as suposições e condições econômicas são as decisivas em última instância. Mas as suposições e condições políticas, etc., (...) não são as decisivas” (MARX-ENGELS, 1975, p. 395). Engels explica aqui que, embora antes havia admitido que causas políticas e superestruturais podem determinar a história, são as causas econômicas que são decisivas. Consequentemente, para explicar de maneira satisfatória os fenômenos sociais e históricos, temos de sair do terreno da luta de classes, já que “a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 2017b, p. 146), “toda luta de classes é uma luta política” (ENGELS, 2020, p. 111).

<sup>58</sup> Marx afirma que a luta de classes explica o golpe de Estado executado por Bonaparte, mas como Engels explica no Prefácio de 1885 a *O 18 de Brumário*, “as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção” (MARX, 2011a, p. 22).



Como Engels afirma, o fator econômico é o fator último que determina a história humana. Contudo, como vimos até aqui, Cohen defende que há um fator anterior à estrutura econômica, o qual determina esta última – a saber, as forças produtivas<sup>59</sup>. Esta não é apenas uma tese de Cohen, mas uma tese de Marx. Marx, tanto no “Prefácio de 1859” como em diversas outras obras, afirma que as forças produtivas determinam as relações de produção<sup>60</sup>. No entanto, vimos que as forças produtivas são ou coisas inanimadas, como meios de produção, ou propriedades das pessoas e coisas, como a força de trabalho. Como podem tais coisas determinar em última instância a história? Como as forças produtivas podem desenvolver a si mesmas?<sup>61</sup>

Pois bem, Cohen deixa claro, junto de outros marxistas analíticos, que, em última instância, são os indivíduos e suas escolhas (livres ou não) que determinam os fenômenos sociais e históricos – portanto, devemos analisar os fenômenos sociais e históricos recorrendo ao comportamento dos indivíduos (individualismo metodológico). E as escolhas são resultados de cálculos racionais por parte dos indivíduos (teoria da escolha racional). São os indivíduos que, como fator último, determinam a história, “já que, em última instância, os comportamentos dos indivíduos estão sempre onde está a ação” (COHEN, 2013, p. 27).

Isso tudo nos leva à explicação original<sup>62</sup> de Cohen sobre a teoria materialista da história. Cohen explica a *tese do desenvolvimento* – “As forças produtivas tendem a se desenvolver ao longo da história (tese do desenvolvimento)” (COHEN, 2013, p. 174) – recorrendo à racionalidade humana: é uma escolha racional desenvolver as forças produtivas, e uma escolha irracional seria não desenvolvê-las. A argumentação de Cohen é a seguinte:

---

<sup>59</sup> Engels também aceita a primazia das forças produtivas em algumas passagens como a seguinte: “Toda mudança na ordem social, toda revolução nas relações de propriedade tem sido a consequência necessária da criação de novas forças produtivas que não mais se encaixam nas antigas relações de propriedade” (ENGELS, 1977, p. 12). Embora na passagem sejam mencionadas as relações de propriedade, e não as relações de produção, isso não afeta em nada a adesão de Engels à tese da primazia, uma vez que as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção. Portanto, se as forças produtivas estão em desarmonia com as relações de propriedade, antes disso estavam em desarmonia com as relações de produção. (A passagem também pode levar a crer que Engels admitisse as forças produtivas dentro do que denominava de “fator econômico”.)

<sup>60</sup> No capítulo VI, 3, Cohen (2013) expõe diversas obras de Marx nas quais a tese da primazia das forças produtivas está presente.

<sup>61</sup> “Uma vez que as forças produtivas não são motores imóveis, a autonomia aqui atribuída à sua tendência ao desenvolvimento não é uma autonomia absoluta” (COHEN, 1988, p. 84). A autonomia a que se refere Cohen é a autonomia do desenvolvimento produtivo em relação às estruturas sociais. Mas não é uma autonomia que possa prescindir de agentes que as desenvolvam – logo, não é absoluta. Do que seja essa tendência de desenvolvimento produtivo autônomo nós veremos logo.

<sup>62</sup> A defesa que Cohen concede ao materialismo histórico pelo recurso à escolha racional dificilmente pode ser imputada a Marx também. Como Cohen admite, no Prefácio à obra, Marx “certamente consideraria pouco familiar parte do que segue” (COHEN, 2013, p. 15).

- C) Os seres humanos são racionais<sup>63</sup>;
- D) A situação histórica dos seres humanos é marcada pela escassez<sup>64</sup>;
- E) Os seres humanos têm inteligência de um tipo e um grau que lhes permite melhorar tal situação de escassez<sup>65</sup>.

Cohen então argumenta que:

A sentença (e) nos diz que os homens estão aptos para refletir sobre o que fazem e discernir as formas superiores de fazê-lo. O conhecimento se amplia e por vezes essa ampliação encontra-se disponível para um uso produtivo, sendo assim considerada. Dada a sua racionalidade (c) e a sua situação inclemente (d), quando o conhecimento oferece oportunidade para a ampliação da capacidade produtiva, os homens tendem a aproveitá-la, já que o contrário seria irracional. Em resumo, uma razão para corroborar a tese do desenvolvimento é que a sua invalidade afronta a racionalidade humana (COHEN, 2013, p. 193).

Esta argumentação baseia-se apenas em fatos materiais, não mencionando contextos e relações sociais. Isso ocorre propositalmente porque a tese do desenvolvimento não postula apenas que há uma tendência ao desenvolvimento produtivo na história, mas que há uma tendência *autônoma*. A tese do desenvolvimento expressa que historicamente “Há uma tendência *autônoma* para as forças produtivas se desenvolverem” (COHEN, 1988, p. 89). A autonomia é em relação a fatos sociais<sup>66</sup>.

Um pressuposto do argumento é que o ser humano deseja seu próprio bem-estar e que este está ligado à satisfação de suas necessidades; pressupondo isso, podemos afirmar que é irracional não aproveitar o desenvolvimento tecnológico para melhorar a situação histórica de escassez. Desse modo, a tese do desenvolvimento é explicada pelas três premissas supracitadas, as quais estabelecem uma situação de escassez histórica na vida humana e a capacidade dos humanos de se livrar dessa situação. A escolha racional dos indivíduos explica o desenvolvimento produtivo. Como enfatizado antes, o desenvolvimento do conhecimento é o centro do desenvolvimento das forças produtivas. E Cohen cita a ampliação do conhecimento produtivamente útil como o fator que possibilita o desenvolvimento produtivo,

<sup>63</sup> Os seres humanos são racionais ao menos no sentido de que ao saberem “como satisfazer necessidades prementes encontrar-se-ão preparados para aproveitar e empregar os meios para a satisfação desses necessidades” (COHEN, 2013, p. 192).

<sup>64</sup> “Eis o que entendemos por escassez: considerando as necessidades dos homens e o caráter da natureza externa, eles não podem satisfazer suas necessidades a menos que empreguem boa parte do seu tempo e energia em realizar algo que de outro modo não fariam, envolvidos em um trabalho que não é experienciado como um fim em si mesmo” (COHEN, 2013, p. 192).

<sup>65</sup> COHEN, 2013, p. 192.

<sup>66</sup> Como logo veremos, Cohen utiliza da tese do desenvolvimento para fundamentar a tese da primazia. Seria, Cohen argumenta, um círculo vicioso usar de premissas sociais para inferir a tese do desenvolvimento e, depois, querer usar a tese do desenvolvimento como uma base à tese da primazia, uma vez que esta afirma a primazia das condições materiais (forças produtivas) sobre as condições sociais (estrutura econômica) (COHEN, 1988, p. 88-89).

o qual, por sua vez, pode amenizar a situação de escassez. Mas esse conhecimento apenas dá a oportunidade de ser utilizado produtivamente – aí que entra a escolha racional de aproveitá-lo<sup>67</sup>.

A intenção de Cohen é tomar a tese do desenvolvimento, fundamentada pela natureza humana e pela condição histórica dos seres humanos, como justificativa da tese da primazia<sup>68</sup>. Ou seja, se o desenvolvimento histórico das forças produtivas, que é um fato histórico, é explicado pela racionalidade em escolher desenvolver as forças produtivas para satisfazer as necessidades humanas<sup>69</sup>, sendo irracional não aproveitar tal oportunidade de desenvolvê-las, seria igualmente irracional não criar relações sociais e econômicas que fossem compatíveis com as forças produtivas e que promovessem seu desenvolvimento. As relações de produção, portanto, servem às forças produtivas, uma vez que o desenvolvimento destas é um desejo racional dos seres humanos, os quais desejam sair de sua situação de escassez por meio do avanço produtivo. Mas nem todas as relações de produção são compatíveis com o nível disponível de forças produtivas – “é óbvio que nem todas as estruturas econômicas são viáveis com determinadas forças produtivas” (COHEN, 2013, p. 197-198) –, e isso faz com que haja uma *restrição* quanto a quais estruturas econômicas podem desenvolver e/ou bem utilizar as forças produtivas. Assim, ou as relações de produção se adaptam às forças produtivas, ou elas significarão um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. E o entrave entre relações de produção e forças produtivas é resolvido pela transformação das relações de produção.

A argumentação de Cohen, portanto, segue este caminho: a tese do desenvolvimento afirma que há uma tendência de progresso produtivo na história – Cohen chega mesmo a dizer que, de acordo com tal tese, tal progresso “é impossível de ser bloqueado indefinidamente” (COHEN, 2013, p. 198); quando a estrutura econômica impede tal progresso produtivo, ocorre uma transformação nas relações de produção com a finalidade de não bloquear o avanço das forças produtivas; e a justificativa última para a tese do desenvolvimento, a qual justifica a tese da primazia, é o interesse dos seres humanos em modificar e melhorar suas vidas, haja vista sua capacidade racional para fazê-lo e sua situação histórica de escassez.

---

<sup>67</sup> Devemos enfatizar, contudo, que Cohen admite a existência de casos históricos em que não é uma escolha desenvolver ou não as forças produtivas. Muitas vezes não regredir nas forças produtivas não é opcional, pois a regressão tecnológica, por vezes, pode se mostrar inviável, seja pelo fato de a tecnologia gerar novas necessidades nas pessoas, seja pelo fato de ser tecnicamente inviável (COHEN, 2013, p. 195-196).

<sup>68</sup> COHEN, 2013, p. 197-198.

<sup>69</sup> “(...) declaramos uma tendência perene ao progresso produtivo, oriundo da racionalidade e da inteligência no contexto de inclemência da natureza” (COHEN, 2013, p. 195).

### CAPÍTULO III – Superestrutura como reflexo da estrutura econômica

Fizemos uma digressão no tema do Estado para explicar a teoria materialista da história, o fundamento da teoria marxista do Estado. Observamos o que é a estrutura econômica e sua relação com as forças produtivas, mas ainda nos falta analisar o que seria a superestrutura e como esta se relaciona com aquelas duas, o que faremos a seguir. Neste capítulo, além disso, apresentaremos dois argumentos – o primeiro argumento será uma reconstrução do argumento de Engels de acordo com o qual o Estado é o Estado da classe dominante, e o segundo argumento estabelecerá o Estado como superestrutural.

Pois bem, o que é a superestrutura? A superestrutura é a parte “superior” da arquitetura marxiana<sup>70</sup> exposta no *Prefácio de 1859*. Isto é, a superestrutura é aquilo que se forma a partir da base, a partir da estrutura econômica; sobre “a base real (...) se eleva uma superestrutura jurídica e política”. As noções de “super” e “base”, na arquitetura marxiana, pretendem indicar que a estrutura econômica subjaz à superestrutura, sendo seu ponto de apoio, sua causa e, por conseguinte, o que a explica<sup>71</sup>.

Mas qual é o conteúdo da superestrutura? Cohen afirma que a “superestrutura é composta de instituições legais, políticas, religiosas não econômicas” (COHEN, 2013, p. 79). Mas não apenas isso. Cohen interpreta, em um primeiro momento, a superestrutura como um conjunto de instituições não econômicas *que são explicáveis pela estrutura econômica*. Ou seja, nem todas as instituições não econômicas compõem a superestrutura, mas apenas o conjunto de “instituições não econômicas cujo caráter se explica pela natureza da estrutura econômica” (COHEN, 2013, p. 262). Essa definição exclui a ideologia, uma vez que esta não é uma instituição. O relevante ao nosso contexto, porém, é o Estado estar localizado na superestrutura. Em um segundo momento, Cohen argumenta que a superestrutura, em vez de ser constituída por instituições, é constituída por *atos* ou *fenômenos superestruturais*. Os fatos ou fenômenos superestruturais “são fatos não econômicos, mas que, de alguma maneira,

---

<sup>70</sup> Falamos em “arquitetura marxiana” nos referindo à metáfora espacial de Marx sobre a sociedade ser como um edifício composto por níveis, do menor (base ou estrutura econômica) ao maior (superestrutura). Essa metáfora é imprecisa se desejarmos que seja uma ilustração exata de como o materialismo histórico concebe a sociedade em seus diversos âmbitos. A base econômica depende da superestrutura – as relações de produção geralmente dependem de leis e do Estado para se consolidarem –, mas a base do edifício não depende da sua parte superior. Nada dessa metáfora, além disso, garante que a superestrutura tem o caráter determinado e explicado pela base econômica, mas apenas tem esta como condição necessária. Para uma metáfora arquitetônica mais precisa, ver Cohen, 2013, p. 277.

<sup>71</sup> “Dizer que a superestrutura legal *repousa sobre* a base econômica é, eu sempre presumi, um modo vívido de dizer que o caráter daquela é explicado pelo caráter desta última” (COHEN, 1988, p. 30). Cohen fala de superestrutura *legal*, mas poderíamos deixar apenas o conceito de superestrutura e preservar a verdade da interpretação.

são explicados economicamente” (COHEN, 2013, p. 444). A distinção entre estrutura econômica e superestrutura, contudo, continua valendo para as funções do Estado, uma vez que “a distinção se aplica a qualquer lugar onde é possível determinar que as funções não econômicas sejam realizadas em benefício das funções econômicas” (*idem*). Trabalharemos, no entanto, com a primeira definição de superestrutura dada por Cohen.

A relação da superestrutura com a estrutura econômica é funcionalmente análoga à relação entre a estrutura econômica e as forças produtivas. Ou seja:

as estruturas econômicas são como são porque, ao sê-lo, permitem que a capacidade produtiva humana se expanda. (...) as superestruturas são como são porque, ao sê-lo, consolidam as estruturas econômicas (COHEN, 2013, p. 17).

Assim como as relações de produção têm uma explicação funcional – isto é, assegurar e/ou promover o nível de desenvolvimento das forças produtivas –, as superestruturas existem em função de garantir, proteger e consolidar as relações de produção vigentes. A superestrutura se constitui de determinada maneira para que possa servir à estrutura econômica: “a superestrutura possui o caráter que possui porque, em virtude desse caráter, confere estabilidade às relações de produção” (COHEN, 2013, p. 295). E assim como mudanças na base material da sociedade ocasionam mudanças na base econômica – “uma mudança nas forças produtivas dos homens conduz necessariamente a uma mudança em suas relações de produção” (MARX, 2017b, p. 111) –, a superestrutura se modifica quando a estrutura econômica é modificada: “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 47-48).

Temos de enfatizar este ponto: a superestrutura existe em virtude da estrutura econômica e, portanto, a superestrutura é explicada em referência à estrutura econômica: “cada estrutura econômica da sociedade constitui a base real, a partir da qual deve ser explicada, em última instância, toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas” (ENGELS, 2015b, p. 55). Para compreender corretamente o Estado, a democracia etc., precisamos nos ater às suas causas materiais históricas, uma vez que aqueles não têm uma autonomia suficiente para serem compreendidos por si mesmos. Como explica Marx:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil” (MARX, 2008, p. 47).

Desse modo, desejando analisar o Estado, precisamos ir para além dos estudos políticos, pois as formas políticas refletem a sociedade civil correspondente. Marx explica melhor a complexa cadeia causal que faz surgir as formas do Estado na seguinte passagem:

O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher livremente esta ou aquela forma social? Nada disso. Pegue determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e terá determinada forma de comércio e de consumo. Pegue determinados graus de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo e terá determinada forma de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, determinada sociedade civil. Pegue determinada sociedade civil e terá determinado Estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil (*Carta de Marx a P. V. Annenkov, 28 de Dezembro de 1846*, MARX, 2017b, p. 188).

Ou seja, a cadeia causal segue este percurso: as forças produtivas implicam em determinada produção, comércio e consumo; determinada produção, comércio e consumo, por sua vez, implicam em uma determinada sociedade civil, a qual, por fim, implica em determinado sistema político. Poder-se-ia afirmar que a tese da primazia está fortemente presente aqui: as forças produtivas determinam a produção (relações de produção, conseqüentemente), o que serve de princípio à cadeia causal que culmina na formação de uma forma política. Vamos, portanto, desenvolver mais nosso ponto, a saber: a superestrutura é determinada pela estrutura econômica. Como Marx assevera:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Marx fala aqui de *modo de produção*, um conceito pouco explorado por Cohen na obra que estamos expondo, e embora o modo de produção não esteja presente na estrutura econômica, pois não é uma relação de produção<sup>72</sup>, isso não afeta nossa investigação. Pois o próprio modo de produção, ademais, deve ser explicado em menção às forças produtivas disponíveis em determinada época. Marx e Engels defendiam fortemente a tese de que os modos de produção têm um momento histórico de disponibilidade: não poderia ter surgido o modo socialista de produção a partir do modo feudal de produção<sup>73</sup>. O capitalismo também não poderia ter sucedido ao modo de produção antigo. Para o capitalismo surgir e se manter é preciso certo nível alto de desenvolvimento das forças produtivas<sup>74</sup>. Os modos de produção são possibilitados pelas forças produtivas disponíveis, sendo explicados por estas últimas.

Marx resume a relação entre forças produtivas, modos de produção e relações de produção da seguinte maneira:

---

<sup>72</sup> COHEN, 2013, p. 114.

<sup>73</sup> ENGELS, 2012, p. 24-27.

<sup>74</sup> COHEN, 2013, p. 236-237.

Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, com o modo de produção, mudam as relações econômicas, que eram apenas as relações necessárias desse determinado modo de produção (*Carta de Marx a P. V. Annenkov, 28 de Dezembro de 1846*, MARX, 2017b, p. 189)<sup>75</sup>.

Ou seja, o nível de desenvolvimento das forças produtivas determina qual modo de produção será adotado pelos seres humanos, e, dependendo do modo de produção, as relações de produção são escolhidas por sua qualidade de serem apropriadas ao modo de produção. Por conseguinte, o fato de que o modo de produção condiciona a superestrutura significa também que as forças produtivas condicionam a superestrutura (como determinação *anterior* ao modo de produção) e que as relações de produção condicionam a superestrutura (como determinação *ulterior* ao modo de produção). Se as forças produtivas são tais e tais, então o modo de produção será X; se o modo de produção é X, então as relações de produção serão Y; se as relações de produção são Y, então a superestrutura será Z. E o que sustenta tais condicionais são as naturezas funcionais e instrumentais dos elementos envolvidos.

Visto assim, o Estado, sendo parte do conteúdo da superestrutura, deve ser compreendido à luz da estrutura econômica, bem como, em níveis anteriores de explicação, à luz do modo de produção e das forças produtivas. Por conseguinte, podemos elucidar melhor agora as premissas ocultas da argumentação de Engels observada anteriormente. Pois bem, se o Estado faz parte da superestrutura; se a superestrutura existe em virtude da estrutura econômica, tendo como função consolidar tal estrutura; então é razoável concluir que aquelas pessoas que controlam as relações de produção também controlam o Estado, na medida em que a proteção e a consolidação das relações de produção são do interesse da classe que domina as relações econômicas<sup>76</sup>.

Articulemos melhor o argumento:

- 1) O Estado surgiu em virtude das lutas de classes;
- 2) As lutas de classes estavam ameaçando a estrutura econômica;

---

<sup>75</sup> Uma passagem semelhante a esta é a seguinte: “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, ao mudar o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais” (MARX, 2017b, p. 101-102).

<sup>76</sup> Esta explicação do argumento de Engels lembra um pouco um argumento de Rousseau. Em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau argumenta que a criação da sociedade civil deve ser atribuída aos indivíduos ricos, e não aos indivíduos pobres, pois estabelece um princípio segundo o qual dada uma criação X, é sensato crer que o criador de X teve interesse em X e obteve vantagem com a existência de X. Reconhecendo que havia igualdade no estado de natureza e desigualdade no estado civil, Rousseau afirma que a sociedade civil favorece os ricos. Logo, dado o princípio anterior, é razoável afirmar que os ricos fundaram a sociedade civil. A sociedade civil seria fundada em nome do princípio da desigualdade, a fim de proteger a propriedade privada (ROUSSEAU, 2017, p. 84-89).

- 3) O Estado é uma instituição não econômica que tem como função principal abafar as lutas de classes, consolidando a estrutura econômica;
- 4) Se x consolida a estrutura econômica e x é uma instituição não econômica, então x é superestrutural;
- 5) Logo, o Estado é superestrutural (3,4);
- 6) A estrutura econômica é a causa das lutas de classes porque sua natureza é de exploração de certas classes – as oprimidas – por outra – a dominante;
- 7) Por conseguinte, o Estado consolida a exploração de classe (3,6).
- 8) Ser explorada por outra classe não é um interesse que uma classe poderia ter<sup>77</sup>;
- 9) Desse modo, as classes oprimidas não têm os interesses representados pelo Estado (7,8)<sup>78</sup>;
- 10) A consolidação da estrutura econômica é somente do interesse da classe exploradora, dominante;
- 11) Portanto, somente a classe economicamente dominante tem os interesses representados pelo Estado (3,10);
- 12) Logo, o Estado é o Estado da classe economicamente dominante, no sentido de que representa apenas os interesses desta, em detrimento dos interesses das demais classes (11)<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> É possível que indivíduos desejem e defendam a própria exploração: pessoas pobres podem defender os interesses das pessoas ricas, interesses estes que são inconsistentes com o bem-estar delas. A ideologia dominante permite tais acontecimentos, e a consciência de classe os impede. Nossa premissa, no entanto, afirma que não é do interesse de uma *classe* ser oprimida, não se referindo a indivíduos isolados. O que também poderíamos afirmar, o que impediria até mesmo a verdade de que um indivíduo possa ter interesse em sua própria exploração, embora ainda pudesse defendê-la, é que a própria exploração não é um interesse *genuíno*, *legítimo* de ninguém. Logo, nenhuma classe ou indivíduo pode ter legítima e genuinamente interesse na própria exploração.

<sup>78</sup> É importante notar que o enunciado (9) trata da representação dos interesses de classes pelo Estado não somente em termos gerais, mas em termos essenciais. O fato de que a classe trabalhadora, vez que outra, conquista um direito político ou uma concessão da classe dominante, tendo assim seus interesses representados pelo Estado, não anula o enunciado (9), uma vez que nos referimos à atividade geral do Estado, assim como à parte específica da economia, a qual, embora seja somente uma parte da vida social, é a parte essencial da função do Estado, dado que ele é superestrutural. O enunciado (9) pretende afirmar, implicitamente, que o Estado não representa os interesses das classes oprimidas e trabalhadoras no tocante à estrutura econômica, a qual, contudo, determina, segundo o materialismo histórico, outras partes da vida social – logo, o Estado não representa as classes oprimidas em geral e no que mais importa. (Além disso, não pode ser excluída a possibilidade de os interesses da classe dominante coincidirem com os interesses das classes oprimidas de vez em quando. Dada essa possibilidade, pode ser o caso de o Estado parecer estar representando os interesses das classes oprimidas sem mais, quando na verdade está agindo em favor da classe dominante.)

<sup>79</sup> Precisamos esclarecer o significado da conclusão. A alegação de que o Estado é o Estado da classe dominante não significa, no atual contexto, a tese mais forte de que (12') o Estado é *governado diretamente* pela classe dominante. Se esse fosse o sentido a que atribuímos à conclusão, então nosso argumento estaria inválido. Mas não desejamos inferir a conclusão (12'), porque ela é falsa. A classe dominante nem sempre governa diretamente. No capitalismo, observamos governos onde a classe burguesa não necessariamente é também uma classe política – a monarquia bonapartista é um exemplo já dado anteriormente. O que desejamos inferir é a tese mais fraca (12),



No entanto, ainda que a relação entre a estrutura econômica e a superestrutura derivada dela possa fundamentar a argumentação de Engels sobre o Estado ser o Estado da classe economicamente dominante, resta uma questão relevante. A superestrutura, por definição, é explicada em menção à estrutura econômica, uma vez que suas principais funções, que não são econômicas, são em vista de fins econômicos. Mas o que garante que o Estado é superestrutural? Afirmar que o Estado é superestrutural significa poder inferir analiticamente que o Estado age em vista da estrutura econômica; e até agora, durante este capítulo, apenas supomos a verdade da tese de que o Estado é parte da superestrutura. Citamos passagens em que Marx e Engels afirmam explicitamente que o âmbito político e o Estado são superestruturais, mas ainda não mostramos nenhum argumento em favor disso.

Vejamos bem, a interpretação de Cohen pode ser usada como um argumento em favor de o Estado ser superestrutural, uma vez que estabelece duas teses centrais, a saber, **(a)** tese do desenvolvimento e **(b)** tese da primazia. Como vimos, a tese do desenvolvimento postula que o avanço das forças produtivas é uma tendência histórica. A explicação de Cohen para essa tendência é baseada na natureza humana e na situação histórica em que vivem os humanos: os seres humanos são naturalmente racionais e, por conseguinte, vivendo em um período histórico de escassez, podem modificar sua realidade através do progresso produtivo. Para aumentar a produtividade, contudo, é preciso desenvolver as forças produtivas, e isso fundamenta a tese da primazia: desenvolver as forças produtivas e utilizá-las na produção serve à finalidade de modificar a situação histórica de escassez – por conseguinte, a estrutura econômica, em vista daquela finalidade maior, deve ser adequada ao desenvolvimento das forças produtivas, sendo substituída caso bloqueie este desenvolvimento. As relações de produção são, portanto, instrumentais às forças produtivas. Exatamente o mesmo ocorre, Cohen argumenta, com a superestrutura: também a superestrutura existe em função de um plano maior, consolidando a estrutura econômica, sendo que esta última deve possibilitar o desenvolvimento das forças produtivas. Deste modo, a superestrutura é derivada das necessidades da estrutura econômica e serve a esta. E o Estado, argumentamos, necessita ser superestrutural justamente para não atrapalhar o desenvolvimento produtivo. Do mesmo modo como seria irracional ter relações de produção que não utilizassem corretamente as forças produtivas ou que impedissem seu crescimento, seria irracional ter uma máquina política –

---

segundo a qual o Estado é o Estado da classe dominante, ou seja, o Estado é *propriedade* da classe dominante. Como propriedade da classe dominante, o Estado serve como representante oficial dos interesses dela, independentemente de se no Estado estão os próprios membros da classe dominante ou seus representantes políticos.

capaz de propagar ideologias à população, capaz de decretar leis, detentora de um exército – que não auxiliasse a economia, que a ela fosse indiferente ou contrária.

A justificação das premissas (3) e (5), por conseguinte, é um argumento que estende a teoria da escolha racional de Cohen sobre as forças produtivas e a estrutura econômica à superestrutura, declarando, logo após, que o Estado, sob pena de os humanos agirem irracionalmente, deve constituir a superestrutura. Isto é: se é irracional *não* desenvolver as forças produtivas que seriam úteis ao bem-estar humano, então é irracional *não* estabelecer uma estrutura econômica que auxilie e promova o desenvolvimento das forças produtivas; do mesmo modo, seria irracional estabelecer um Estado que *não* auxilie e consolide a estrutura econômica, sendo que esta promove as forças produtivas<sup>80</sup>. Numa palavra, segundo a explicação da escolha racional, o Estado e a economia devem estar em harmonia, a tese do Estado como instituição superestrutural deve ser verdadeira, pois “sua invalidade afronta a racionalidade humana” de modo análogo ao caso da tese da primazia das forças produtivas sobre a estrutura econômica.<sup>81</sup>

O primeiro argumento pretendia estabelecer que o Estado pertence à classe dominante. O argumento que acabamos de apresentar pretende mostrar que o Estado é superestrutural. Os dois argumentos, contudo, não se relacionam muito bem. O primeiro argumento se vale da exploração de classe para inferir que o Estado não representa os interesses das classes que não são dominantes. O segundo argumento, no entanto, apela às teses da primazia e do

---

<sup>80</sup> O argumento que apresentamos aqui é análogo à interpretação de Paul Wetherly sobre a teoria do Estado de Cohen, o qual afirma que “se é plausível que as pessoas, sendo racionais, selecionarão as relações de produção que desenvolvem as forças produtivas, também pode ser plausível que elas selecionarão formas legais e outros fenômenos superestruturais que estabilizem as relações de produção selecionadas” (WETHERLY, 2006, p. 230). Cohen não apresenta esse argumento, mas, como afirma Wetherly, ele parece ser uma “extensão lógica” do argumento da escolha racional de Cohen (WETHERLY, 2006, p. 225).

<sup>81</sup> A harmonia entre o Estado e a economia é algo que pode não ocorrer. Na verdade, é algo previsível de não ocorrer em certo período avançado de um modo de produção, pois o Estado defende a estrutura econômica mesmo que esta esteja em decadência, visto que ainda pertence à classe dominante decadente, mostrando-se contrário ao desenvolvimento produtivo e necessitando de ser destruído por uma revolução (MARX-ENGELS, 2007, p. 69). A desarmonia entre ambos, com raras exceções, acaba por destruir a estrutura política. A economia se afirma frente ao Estado, demonstrando sua primazia no curso da história: “excetuando os casos de conquista, onde o poder estatal interno de um país se tornou antagonico ao seu desenvolvimento econômico, como até agora aconteceu em certo patamar com quase todo poder político, a luta terminou, todas as vezes, com a derrubada do poder político” (ENGELS, 2015b, p. 211). Portanto, o âmbito político deve se adaptar à economia. Como resume Marx: “De fato, é preciso ser desprovido de qualquer conhecimento histórico para ignorar que os soberanos, em todos os tempos, submeteram-se às condições econômicas, sem jamais lhes impor sua lei. A legislação, tanto política quanto civil, apenas enuncia, verbaliza o poder das relações econômicas. (...) *o comércio é mais soberano que o soberano*” (MARX, 2017b, p. 82-84, grifo nosso). Na interpretação histórica de Cohen, a primazia do econômico sobre o político é explicada, como argumentamos acima, pela escolha racional das relações e estruturas políticas que melhor servem às relações de produção vigentes; e se o âmbito político está em desarmonia com o econômico, então é irracional mantê-lo, e, justamente por isso, o político quase sempre sucumbe em tais casos. Questionaremos isso a seguir.

desenvolvimento, afirmando que seria irracional um Estado que não estivesse a serviço da economia. O segundo argumento não implica em o Estado ser o Estado da classe dominante e o primeiro argumento não faz qualquer menção à tarefa de servir ao desenvolvimento produtivo. O primeiro argumento poderia afirmar que o Estado consolida a estrutura econômica sem considerar o desenvolvimento das forças produtivas. O segundo argumento, por sua vez, estabelece que o Estado tem a função de consolidar a estrutura econômica porque esta desenvolve as forças produtivas; mas nada neste argumento implica que o Estado é o Estado de uma classe em particular.

A conexão entre os dois argumentos é encontrada na tese, que desenvolveremos no próximo capítulo, de que a classe dominante de cada época histórica é a dominante justamente por ser a mais capacitada a desenvolver as forças produtivas disponíveis. Logo, a classe dominante tem uma função social – a função de servir ao desenvolvimento produtivo (o que conecta o primeiro argumento ao segundo). Além disso, como também veremos a seguir, o desenvolvimento produtivo, em determinados períodos históricos, necessita das estruturas de classes e das classes dominantes (o que conecta o segundo argumento ao primeiro). E já que é a classe dominante a encarregada de desenvolver as forças produtivas de sua época, segue-se que o Estado, enquanto instituição superestrutural, é o instrumento da classe dominante.

A conexão entre os dois argumentos é imperfeita e cheia de lacunas. O segundo argumento se baseia na escolha racional de desenvolver as forças produtivas em vista de amenizar a escassez na qual se encontram as pessoas. Esta escolha racional aparentemente é um interesse universal dos seres humanos. Mas quando conectamos o segundo argumento ao primeiro, afirmando que as classes e a dominância de classe são necessárias ao desenvolvimento produtivo, estamos mencionando uma situação de exploração das classes trabalhadoras, as quais se encontram *involuntariamente* em sua posição social. É provável que as classes trabalhadoras prefiram que sua exploração de classe acabe ainda que o progresso produtivo cesse ou diminua. A tensão entre os dois argumentos será o centro de nosso próximo capítulo.

#### ***Capítulo IV- Questionamentos sobre a escolha racional***

Nesta seção, vamos criticar o fundamento do materialismo histórico pelo recurso à escolha racional, tal como exposto por Cohen. Levantaremos, em especial, duas questões: **(1)** De quem é a escolha racional de desenvolver as forças produtivas?; e **(2)** O avanço produtivo *de fato* apresenta melhorias na vida material das pessoas, ou apenas *possibilita* isso?

Começemos com uma questão: como uma classe vem a ser dominante? A classe dominante de determinada época, defende Marx, é a dominante, em detrimento das outras classes, porque é a mais capacitada a desenvolver as forças produtivas de sua época<sup>82</sup>. A classe dominante, desenvolvendo a produção por motivos próprios, acaba por realizar os interesses da humanidade<sup>83</sup>, visto que o desenvolvimento produtivo é, de acordo com o argumento da escolha racional, do interesse da humanidade.

Existem muitas considerações a serem feitas sobre isso. A classe dominante não exerce sua dominância social com objetivos altruístas. Os capitalistas não oprimem e exploram os trabalhadores porque sabem que isso está ajudando a humanidade a chegar mais e mais perto do socialismo. De fato, como Lênin observa, um dos motivos de por que a classe proletária precisa tomar o Estado é a necessidade que terá de confrontar a classe capitalista, a qual irá resistir às transformações sociais sofridas na transição do capitalismo ao socialismo<sup>84</sup>. Com efeito, o desenvolvimento das forças produtivas, embora explique a dominância histórica de uma classe sobre outras, é *acidental* em relação aos interesses da classe dominante<sup>85</sup>. Se a classe dominante lucrasse mais com um mundo sem tecnologia, ela usaria de todos os meios possíveis para bloquear o progresso tecnológico: por vezes, em vista de evitar as crises econômicas do capitalismo, a classe capitalista opta “pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas” (MARX-ENGELS, 2010, p. 45). No entanto, historicamente calha de coincidir o desenvolvimento tecnológico com os interesses da classe dominante; coincidência esta que, na verdade, mantém uma classe no poder.

---

<sup>82</sup> “A classe que domina ao longo de um período ou emerge triunfante após uma época marcada por conflitos é a classe mais adequada, a mais capaz e a mais disposta para presidir o desenvolvimento das forças produtivas em um período determinado” (COHEN, 2013, p. 188-189). Neste texto, não questionaremos a tese de que a classe no poder é a mais apta a desenvolver a produção, o que, para Marx e Engels, concederia certa legitimidade histórica temporária às classes dominantes, já que elas teriam a função social de servir “como alavancas do desenvolvimento humano em um período histórico delimitado” (ENGELS, 2012, p. 34). Aceitaremos essa tese e observaremos algumas de suas consequências.

<sup>83</sup> “Marx frequentemente admite que uma classe dominante não só promove os seus próprios interesses, mas também, ao fazê-lo, promove os da humanidade em geral – até que a sua dominação passe a ser antiquada e a classe se torne reacionária – e não oferece nenhuma explicação da supremacia de classe que não esteja fundada nas necessidades produtivas da época em questão” (COHEN, 2013, p. 189). O fato de que a classe dominante, ao promover seus interesses, acaba por promover os interesses da humanidade em geral poderia prejudicar a tese de que o Estado é o Estado da classe dominante no sentido de que representa apenas os interesses desta. No entanto, devemos notar algo aqui: a classe dominante não promove deliberadamente os interesses da humanidade e, portanto, o Estado não promove o bem comum a não ser por acidente. Além disso, a promoção dos interesses da humanidade em geral, neste contexto, não exclui a exploração de classe, a miséria, os extermínios da população pobre, a extrema desigualdade social etc. Quando dizemos que a classe dominante promove os interesses humanos é somente na medida em que desenvolve as forças produtivas, as quais *podem* ser utilizadas na construção de uma sociedade melhor.

<sup>84</sup> LENIN, 2017, p. 48-49.

<sup>85</sup> “Existem algumas divergências entre a tendência do capitalismo e a do progresso material, porque o desenvolvimento das forças produtivas não é o fim do capitalista, mas somente o seu meio de acumular valor” (COHEN, 2013, p. 246).

Mas se as revoluções sociais acontecem quando as relações de produção travam o desenvolvimento das forças produtivas, servindo então como um modo de transformar as relações de produção antiquadas, geralmente retirando uma classe do poder e colocando outra, então há um momento histórico em que o desenvolvimento das forças produtivas é contrário ao interesse da classe dominante (supondo, obviamente, que a classe dominante deseja permanecer dominante). Com efeito, a classe dominante desenvolve deliberadamente as forças produtivas *sem saber*, contudo, que o desenvolvimento delas ocasionará em sua derrocada<sup>86</sup>. N’*O capital*, Marx assevera que “o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a missão histórica e a justificação do capital. É precisamente com esse desenvolvimento que o capital cria *inconscientemente* as condições materiais para uma forma superior de produção” (MARX, 2017a, p. 298, grifo nosso). O que a classe dominante não prevê é que o desenvolvimento produtivo gera as condições materiais à superação de seu domínio de classe.

Tocamos em um ponto importante: é a classe capitalista que desenvolve as forças produtivas. Com efeito, é a classe dominante de seu respectivo período histórico que escolhe desenvolver as forças produtivas, já que é a classe com poder para isso (ademais, a tese de que a classe dominante de cada época é a dominante porque é a mais apta a desenvolver as forças produtivas deixa subentendido que é ela que opta por desenvolver a produção). No entanto, observamos anteriormente que a classe dominante não é, de modo algum e em nenhum período histórico, um exemplo de altruísmo. Por conseguinte, uma tensão surge: Cohen afirma que a escolha racional de desenvolver as forças produtivas explica a tese do desenvolvimento, uma vez que o avanço produtivo possibilita à humanidade escapar da condição histórica de escassez material, mas quem tem poder de fazer tal escolha é a classe dominante, a qual não está interessada em livrar a humanidade da escassez. Assim, por exemplo, no capitalismo, a finalidade de livrar a humanidade da escassez seria meramente acidental à escolha daqueles que escolhem racionalmente desenvolver as forças produtivas<sup>87</sup>. A racionalidade da escolha de desenvolver as forças produtivas está, portanto, apenas no

---

<sup>86</sup> Como afirma Engels, referindo-se à criação das condições para o fim da burguesia pela própria burguesia, “Ela [a burguesia] de modo algum desejou esse resultado de sua ação e atividade – pelo contrário, ele se impôs com poder irresistível contra a sua vontade e contra a sua intenção; suas próprias forças produtivas extrapolaram a sua condução e arrastam, como que por necessidade natural, toda a sociedade burguesa para o declínio ou a revolução” (ENGELS, 2015b, p. 194).

<sup>87</sup> “A coincidência entre a racionalidade capitalista e a racionalidade produtiva é imperfeita: os mecanismos que poupam trabalho não são introduzidos a menos que eles sejam lucrativos” (COHEN, 2013, p. 245-246).

cálculo de consequências de que isso trará lucro e dominância à classe capitalista<sup>88</sup>, assim como garantirá aos capitalistas individuais e às suas empresas a sobrevivência no mercado<sup>89</sup>, e não está, como defendeu Cohen, em livrar a humanidade da situação histórica de escassez, o que seria um mero acidente da escolha anterior (logo voltaremos a este ponto, expondo a resposta de Cohen a esta objeção).

Pois bem, é a classe dominante a que escolhe desenvolver as forças produtivas, e isso não motivada pelo interesse de amenizar a situação de escassez da humanidade em geral. Pelo contrário, o capitalista, por vezes, desenvolve as forças produtivas como meio de depreciar o trabalho dos proletários:

a partir de 1825, quase todas as novas invenções resultaram das colisões entre o operário e o patrão, em que este procurava a todo custo depreciar a especialidade daquele. Depois de cada greve de alguma importância, surgia uma nova máquina (MARX, 2017b, p. 123).

Ou seja, o capitalista não desenvolve a tecnologia desejando melhorar a condição de vida da classe trabalhadora, mas por interesses próprios e conflitantes com os interesses daquela. O aperfeiçoamento tecnológico é utilizado para simplificar as funções do trabalho, a fim de que o trabalho especializado da classe trabalhadora seja dispensável. O aperfeiçoamento produtivo, portanto, era uma arma da classe capitalista contra a classe trabalhadora:

Na Inglaterra, as greves deram lugar, regularmente, à invenção e à aplicação de máquinas novas. Podemos dizer que as máquinas eram a arma que os capitalistas empregavam para derrubar o trabalho especial em revolta (MARX, 2017b, p. 142).

Essas afirmações dizem respeito à Inglaterra, e expressam somente uma parte das possíveis motivações da classe capitalista em desenvolver as forças produtivas e introduzir a maquinaria na produção. Marx dá maiores detalhes na seguinte passagem:

Pode-se dizer que, até 1825 – época da primeira crise universal –, as necessidades do consumo, em geral, cresciam mais rápido que a produção, e o desenvolvimento das máquinas, foi uma consequência obrigatória das necessidades do mercado. A partir de 1825, a invenção e a utilização das máquinas não foi mais que o resultado da guerra entre patrões e empregados. Mas isso só é válido para a Inglaterra. Quanto às nações europeias, elas foram obrigadas a empregar as máquinas por causa da concorrência que os ingleses lhes faziam tanto em seu próprio mercado como no mercado mundial. Já na América do Norte, a introdução das máquinas deveu-se tanto à concorrência com outros países como à escassez

<sup>88</sup> “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção” (MARX-ENGELS, 2010, p. 43). Ou seja, a burguesia não pode subsistir sem desenvolver as forças produtivas, sendo esse, supomos, um de seus interesses em escolher racionalmente o desenvolvimento produtivo. Voltaremos à questão da racionalidade específica da classe dominante ao fim deste capítulo.

<sup>89</sup> “A sociedade capitalista é responsável por uma capacidade tecnológica em uma escala sem precedentes, que progride ‘em uma taxa sem precedentes’. Isso se deve ao fato de que a posição competitiva dos responsáveis pelas decisões industriais os obriga a aumentar a produtividade dos processos de produção” (COHEN, 2013, p. 351); “O aumento da produtividade é uma condição necessária para a persistência e o êxito na concorrência multidimensional que caracteriza o capitalismo em *todas* as suas etapas” (COHEN, 2013, p. 352).

de mão de obra, isto é, à desproporção entre a população e as necessidades industriais do país (*Carta de Marx a P. V. Annenkov, 28 de Dezembro de 1846*, MARX, 2017b, p. 190-191).

Seja por luta de classes, seja por necessidade do mercado, uma coisa em comum está presente no desenvolvimento produtivo, a saber, é um ato da classe dominante visando a seus interesses econômicos. As classes trabalhadoras, portanto, ao menos no capitalismo (em regimes de servidão e escravidão dificilmente poderia acontecer de modo diferente), não têm participação na escolha racional que move a história: não escolhem desenvolver as forças produtivas. Marx e Engels descrevem até mesmo casos em que os proletários, no início de sua luta contra a burguesia e quando o automatismo surgia, resistiam às inovações tecnológicas, julgando que o avanço produtivo era contrário a seus interesses de classe:

[Os proletários] Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média (MARX-ENGELS, 2010, p. 47).

O operário via tão pouco o uso das máquinas como uma espécie de reabilitação ou restauração – como diz o sr. Proudhon – que no século XVIII, durante muito tempo, ele resistiu ao nascente império do automatismo (MARX, 2017b, p. 123).

Desse modo, podemos inferir que as classes trabalhadoras podem *reagir* à decisão da classe dominante de desenvolver as forças produtivas, embora esta última não seja sua decisão. Também inferimos que a classe trabalhadora nem sempre vê o desenvolvimento produtivo como benéfico a si, como uma decisão racional contra sua escassez. De fato, o progresso produtivo capitalista pode até ser usado contra os trabalhadores, depreciando o seu trabalho ou originando um *exército de reserva* que é usado contra a classe trabalhadora; assim, o avanço tecnológico “converte-se na arma mais poderosa do capital na guerra contra a classe dos trabalhadores” (ENGELS, 2015b, p. 310-311). Visto assim, é natural que os trabalhadores observem o avanço tecnológico como contrário a seus interesses, não sendo, portanto, donos da escolha racional de desenvolver as forças produtivas.

Nem sempre a classe trabalhadora possui um interesse no avanço produtivo. Engels chega a afirmar que “Todo progresso da produção representa simultaneamente um retrocesso na situação da classe oprimida, isto é, da grande maioria” (ENGELS, 2019, p. 162). Ou seja, embora o progresso na produção nos encaminhe ao socialismo e, portanto, a uma situação histórica de abundância material, até a chegada do socialismo, as classes oprimidas vivenciam um retrocesso em suas vidas a cada novo progresso produtivo. Portanto, a escolha racional pelo desenvolvimento produtivo, cuja finalidade é livrar os seres humanos da escassez, como Cohen argumenta, não pode ser inferida das experiências e da perspectiva das classes

oprimidas. Uma questão: o proletário moderno vive melhor que o trabalhador feudal? Marx e Engels não julgavam que sim em termos materiais. A classe proletária é mais madura para uma revolução socialista do que as classes trabalhadoras que a precederam<sup>90</sup>, mas sua condição material é pior do que a classe dos servos feudais: “Só mesmo o burguês põe em dúvida que a condição geral dos trabalhadores tenha piorado em termos materiais desde a implementação da produção capitalista em grande escala” (ENGELS, 2015a, p. 47).

Talvez isso não esteja acertado, pois poder-se-ia argumentar que as lutas de classes e o avanço tecnológico permitiram aos trabalhadores a aquisição de direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, aumento do bem-estar. Mas Marx e Engels não viveram o suficiente para observar proletários com posses para além de sua força de trabalho: o proletário que observaram foi o proletário clássico, que vivia de aluguel, com liberdade de movimento, sem estar preso à casa própria – e isso era, de fato, sua “condição primeira de sobrevivência” (ENGELS, 2015a, p. 76). O avanço industrial capitalista como que desnudou o trabalhador de qualquer posse. E isso nos permite inferir que, até certo período do capitalismo, os avanços da produção não eram vivenciados como avanços na condição de vida das pessoas. Pelo contrário, “o crescimento da indústria sobre bases capitalistas elevou a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras ao nível de condição de vida da sociedade” (ENGELS, 2015b, p. 290). Logo, é razoável concluir que *não* é a massa trabalhadora que toma decisões sobre o avanço produtivo motivada pela vontade de fugir da escassez – sobre as forças produtivas ou sobre as relações de produção – dado que cada novo progresso produtivo é vivenciado como um regresso na vida dos trabalhadores ou como uma generalização da pobreza, uma proletarização da população (ao menos até o século XX).

A indústria moderna capitalista ocasiona progresso e regresso a um só tempo – progresso produtivo e regresso humanitário: “Na sociedade atual, na indústria fundada nas trocas individuais, a anarquia da produção, que é a fonte de tanta miséria, é, ao mesmo tempo, a fonte de todo progresso” (MARX, 2017b, p. 71). O contexto da passagem nos permite compreender o progresso como progresso industrial, produtivo e a miséria como regresso nas condições de vida dos trabalhadores ou da população geral. A anarquia da produção capitalista, portanto, causa *simultaneamente* a miséria das pessoas e o avanço produtivo. E o progresso produtivo se converte apenas em riqueza da classe dominante, da burguesia – o que explica, por outro lado, a miséria geral da população.

Dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter de duplicidade; que, nas mesmas

---

<sup>90</sup> ENGELS, 2015a, p. 46-47.



relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a *riqueza burguesa*, isto é, a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente (MARX, 2017b, p. 111).

A passagem acima explicita como a riqueza produzida pelo avanço produtivo e pelas relações de produção capitalistas é meramente convertida em riqueza da classe capitalista. Além disso, na última afirmação, observamos que a classe capitalista vai destruindo a si mesma, proletarizando seus membros.

Com efeito, Marx e Engels julgavam que o agravamento na condição de vida das pessoas em geral e a acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria seriam condições necessárias para a revolução socialista – isto é, para a superação do capitalismo seria necessária uma “massa da humanidade como absolutamente ‘sem propriedade’ e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente” (MARX-ENGELS, 2007, p. 38). As crises periódicas do modo de produção capitalista, oriundas do progresso da indústria, empobreceriam a população, gerariam mais proletários, diminuiriam os capitalistas e, pressionando o proletariado a escolher entre viver ou morrer de inanição, o incentivo à revolução socialista estaria dado. Sobre tais crises, Engels afirma que “sua necessária geração a partir do modo de produção capitalista e sua importância como crises desse mesmo modo de produção” são “meios que *forçam* a revolução social” (ENGELS, 2015b, p. 322, grifo nosso). O desenvolvimento do capitalismo gera os “elementos de uma revolução social”, em parte, desenvolvendo o proletariado, “uma classe cuja condição de vida necessariamente a impele para a revolução social” (ENGELS, 2015a, p. 122)<sup>91</sup>. Marx chega mesmo a criticar os socialistas utópicos porque “eles veem na miséria somente a miséria, não veem nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade” (MARX, 2017b, p. 113). Ou seja, os socialistas utópicos, por estarem sob “a ilusão de ver na miséria apenas a miséria” (*idem*), denunciavam a miséria imposta aos trabalhadores pelo modo de produção capitalista, sem notar que esta mesma miséria impulsionará a revolução socialista<sup>92</sup>.

O avanço da grande indústria possibilita uma sociedade igualitária<sup>93</sup>, mas não a efetiva até a revolução socialista. Enquanto não for realizada tal revolução, o avanço produtivo não será vivenciado como um avanço contra a situação de escassez da massa da população, mas antes como um enriquecimento da classe capitalista e um empobrecimento geral. Este

<sup>91</sup> Ver também MARX-ENGELS, 2007, p. 280.

<sup>92</sup> Cohen está consciente dessas teses marxistas ao afirmar que “A tradição marxista espera que a revolução aconteça apenas em épocas de crises, não porque os trabalhadores se darão conta do fardo que o capitalismo lhes impõe, mas porque, se a crise for suficientemente grave, os perigos de embarcar em uma alternativa socialista se tornarão relativamente toleráveis” (COHEN, 2013, p. 291).

<sup>93</sup> ENGELS, 2015a, p. 47-48.

empobrecimento da população impulsiona a revolução socialista, sendo uma de suas condições. O avanço produtivo, portanto, intensifica a situação de escassez da massa trabalhadora. Numa palavra, o avanço produtivo não terá o uso (que, segundo Cohen, explica o progresso produtivo) de amenizar a situação de escassez dos humanos sob o capitalismo:

É um fato indubitável que a maquinaria não é, por si mesma, responsável por “liberar” os trabalhadores de sua dependência em relação aos meios de subsistência. (...) considerada em si mesma, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; (...) por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; (...) por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; (...) por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc. (MARX, 2013, p. 513).

Com estas considerações pretendemos chegar à conclusão de que o avanço produtivo apenas possibilita a amenização da escassez, e não a efetiva até piorá-la o bastante para que a revolução socialista se torne necessária. Disso desejamos inferir que os trabalhadores não são os donos da escolha racional de desenvolver as forças produtivas e também não escolhem manter as relações de produção vigentes que ajudam as forças produtivas a se desenvolverem. E certamente é forçado afirmar que os trabalhadores, embora vivam cada vez mais na miséria com o avanço produtivo, fazem um certo cálculo que lhes indica que o seu interesse está no avanço da indústria, pois este gerará o socialismo.

A tensão entre os dois argumentos do capítulo III se mostra aqui: a classe trabalhadora, “a maioria dos membros da sociedade” (MARX-ENGELS, 2007, p. 41), muitas vezes não tem interesse no progresso produtivo; e como o progresso produtivo depende das estruturas de classe e das classes dominantes<sup>94</sup>, é razoável supor que as classes trabalhadoras optariam pela estagnação do progresso produtivo se isso significasse o fim da exploração de classe. Como Levine e Wright afirmam:

De fato, tendo em vista a taxa demasiado lenta do desenvolvimento das forças produtivas sob o feudalismo, a maioria dos camponeses provavelmente teria preferido o desenvolvimento das forças produtivas completamente estagnado sem exploração ao lento desenvolvimento das forças produtivas com exploração (LEVINE-WRIGHT, 1980, p. 33).

O ritmo de desenvolvimento, contudo, não é o único fator que fundamenta essa afirmação, já que mesmo se as forças produtivas se desenvolvessem rapidamente sob o feudalismo, as condições de desenvolvimento produtivo eram vistas como irracionais pelos camponeses: “No seu ponto de vista, em resumo, não havia nada de ‘racional’ no modo como o feudalismo permitia o desenvolvimento das forças produtivas” (*idem*).

Para Cohen, não obstante, o conteúdo da escolha racional de desenvolver as forças produtivas, que também explica a persistência da classe dominante, é a busca pela melhora da

<sup>94</sup> MARX-ENGELS, 2007, p. 42; MARX, 2017b, p. 93.

condição histórica dos seres humanos caracterizada pela escassez; ou, mais precisamente, “a razão subjacente ao progresso produtivo, em geral, é a redução de trabalho” (COHEN, 1988, p. 22), isto é, a redução do trabalho necessário à confecção de um produto, o que possibilita a amenização da escassez<sup>95</sup>. Mas, argumentamos antes, a classe dominante não age em vista de livrar a humanidade da escassez – no máximo livrar a si própria da escassez.

Cohen responde à objeção de que a classe dominante não age motivada pela escassez do seguinte modo: embora a razão *subjacente e geral* para o progresso produtivo seja a

---

<sup>95</sup> Essa segunda resposta não está muito explícita em Cohen (2013), e a encontramos em Cohen (1988), porém elas têm relação entre si, pois a escassez é compreendida, em parte, como a necessidade de trabalhar, de se dedicar a uma atividade que não é um fim em si mesmo – logo, diminuir o trabalho significa também amenizar a escassez (COHEN, 1988, p. 21). E poder-se-ia querer dizer, em favor do argumento da escolha racional, que o progresso produtivo, compreendido por Cohen como a redução de dispêndio de trabalho para a fabricação de uma unidade da produção (COHEN, 1988, p. 21; Marx 2017b, p. 140-141), possibilita a amenização da escassez, haja vista a teoria marxiana do valor. A teoria do valor de Marx afirma que o trabalho é a substância do valor, é o que confere valor às mercadorias; e a grandeza desse valor em uma mercadoria é medida pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la (MARX, 2013, p. 116-117). Pois bem, se o tempo médio de trabalho necessário determina a grandeza de valor das mercadorias, segue-se que as mercadorias teriam um valor menor se o tempo de trabalho para tal realização diminuísse. O que faz diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias é principalmente o aperfeiçoamento das forças produtivas: “Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor o seu valor” (MARX, 2013, p. 118). Diminuir o valor das mercadorias, a princípio, diminuirá seu preço no mercado, já que o preço é a “forma de representação do valor” (Prefácio de Engels, MARX, 2017b, p. 159) nos produtos. Por conseguinte, poderíamos concluir que se as mercadorias estão mais baratas, então a escassez da humanidade possivelmente diminuirá ou diminuiu, já que não somente o trabalho foi reduzido na produção de tais mercadorias como também essas mercadorias estarão mais acessíveis ao consumo geral. Esses fatos, contudo, não corroboram o argumento da escolha racional porque eles não garantem que a escolha de desenvolver as forças produtivas seja em vista de diminuir os preços das mercadorias para, por fim, amenizar a situação de escassez das pessoas: não garantem que o trabalhador terá sua jornada de trabalho reduzida nem garantem que os produtos selecionados para serem produzidos serão os produtos mais necessários à manutenção da vida, e se forem esses produtos necessários, então nada garante que eles estarão à venda. A Revolução Industrial intensificou o trabalho da classe trabalhadora, e os produtos fabricados mais rapidamente e em grande escala, por vezes, eram destruídos pela burguesia, a fim de evitar crises econômicas ocasionadas, em parte, pela superprodução (MARX-ENGELS, 2010, p. 45). Além disso, a argumentação supracitada não explica por que os meios de vida imediatos nem sempre diminuem de preço, por vezes aumentam, mesmo com o avanço produtivo, se o fim deste é a amenização da escassez. A produção é controlada pela classe dominante, e nem sempre esta tem interesse em guiar a produção de tal forma que se produza mais meios de vida imediatos; às vezes, a produção dá ênfase em artigos de luxo. Como Marx explica: desde a Idade Média, “O preço dos gêneros alimentícios aumentou quase continuamente, enquanto o preço dos objetos manufaturados e de luxo baixou quase continuamente. (...) Atualmente, é mais fácil produzir o supérfluo que o necessário” (MARX, 2017b, p. 67). Ou seja, ainda que o avanço tecnológico permita baratear os meios de vida imediatos, haja vista a teoria marxiana do valor, tornando-os mais acessíveis à população e, conseqüentemente, amenizando a escassez material da humanidade, nada garante que isso ocorrerá, pois quem controla a produção, isto é, a classe dominante, pode muito bem desejar utilizar a tecnologia produtiva na produção de artigos de luxo, dispensáveis à vida, ignorando os bens de consumo necessários à vida, aumentando assim o preço desses e, conseqüentemente, a escassez material da humanidade. Um outro problema desta argumentação é o fato de que o salário é apenas o valor mínimo necessário (ou algo perto disso) “para permitir a sobrevivência do trabalhador e as condições de propagação de sua espécie” (MARX, 2017b, p. 59); logo, sempre que os meios de vida diminuam de preço, o salário os acompanhará e diminuirá seu valor (ENGELS, 2015a, p. 77). Portanto, não parece que a diminuição de preços dos meios de vida ajudará muito no combate à escassez. De fato, isso poderia até piorar a situação (*Discurso sobre o problema do livre-câmbio*, MARX, 2017b, p. 173). Tal argumentação, porém, não é a de Cohen, pois Cohen afirma que “*As teses da teoria do valor-trabalho não estão pressupostas nem implícitas em nenhuma das afirmações feitas neste livro*” (COHEN, 2013, p. 487) – logo, o argumento da escolha racional não depende da teoria marxiana do valor.

diminuição do trabalho na produção de meios de subsistência, avançando, assim, contra a escassez, disso não se segue que essa razão se aplique a todos os casos particulares.

Agora, o ponto crucial é que, embora a razão subjacente ao progresso produtivo em geral seja a redução do trabalho, disso não se segue que a razão para uma determinada instância desse progresso, a razão operante na mente da(s) pessoa(s) que causou forças [produtivas] superiores a serem adotadas, seja reduzir o trabalho de alguma pessoa ou grupo. Se um camponês autônomo adota um arado superior, sua razão para desse modo aprimorar as forças [produtivas] é de fato similar em conteúdo ao que eu digo ser a razão subjacente para o aprimoramento das forças produtivas em geral: ele o faz com o objetivo de reduzir a quantidade de trabalho que ele deve despende por unidade de produção. Mas se um capitalista adota instrumentos ou métodos produtivamente superiores, então ele o faz para proteger ou aumentar seu lucro, e de modo algum com o objetivo de aliviar o trabalho de alguém. Ainda assim, a razão subjacente ao progresso produtivo, mesmo aqui, na minha visão, preserva seu papel, visto que, de acordo com essa visão, o capitalismo prevalece por causa da contribuição massiva que ele realiza para a conquista da escassez, por mais remoto que esse fim possa estar das motivações capitalistas ao aperfeiçoamento produtivo (COHEN, 1988, p. 22).

Ou seja, Cohen afirma que seu argumento da escolha racional, que explica a tese do desenvolvimento, é mal compreendido se julgamos que as motivações de escapar da escassez ou de aliviar o trabalho estão presentes em *todos* os casos em que alguém desenvolve as forças produtivas<sup>96</sup>. No capitalismo, a razão subjacente está em forte conflito com as motivações da classe capitalista em aprimorar a produção<sup>97</sup>. Apesar disso, Cohen alega que a motivação subjacente para o desenvolvimento produtivo – a amenização da escassez e a redução do trabalho – continua correta, pois o capitalismo prevalece *quando e porque* promove o progresso produtivo. Como observamos antes, essa é uma tese de Marx: quando as relações de produção se tornam entraves ao progresso produtivo, elas são transformadas por revoluções sociais. Logo, se o capitalismo não promover mais as forças produtivas, decorre que ele não prevalecerá mais. No entanto, essa é uma tese do materialismo histórico, tendo sido fundamentada pela escolha racional. Como Cohen argumenta,

as relações de produção se convertem em entraves e, em virtude de obstaculizarem as forças produtivas, devem ser destruídas. Mas por que o fato de que as relações de produção restringem as forças produtivas anunciaria o seu declínio, se não fosse o motivo de que

---

<sup>96</sup> Cohen recusa a seguinte interpretação: “É natural, mas errado, interpretar o argumento como requerendo que os agentes que realmente introduzem forças [produtivas] melhores sempre o façam com o objetivo de que seu próprio fardo do trabalho seja aliviado. A imagem que eu lamentavelmente encorajei é a de produtores individuais, ou grupos cooperativos deles, empenhando-se para melhorar suas habilidades e meios de produção, fazendo com que o trabalho recaia sobre eles com menos peso, uma imagem na qual o progresso produtivo global é explicado meramente como o resultado agregado desses vários empenhos” (COHEN, 1988, p. 23). Essa descrição é “empiricamente falsa” (COHEN, 1988, p. 89). Cohen recusa essa interpretação justamente tendo em mente o capitalista: “Não a defendi porque ela exclui a importante possibilidade de que a razão subjacente ao avanço na força produtiva possa contrastar com a razão de instâncias particulares de tal avanço, como é manifestamente ilustrada pelo desenvolvimento das forças [produtivas] sob o capitalismo” (COHEN, 1988, p. 23). Mas não vemos motivos para pensar diferente sobre outros modos de produção (LEVINE-WRIGHT, 1980, p. 31).

<sup>97</sup> COHEN, 1988, p. 24.

seria irracional mantê-las, considerando o preço de perder a oportunidade de novos avanços contra a escassez? (COHEN, 2013, p. 199-200).

Não poderíamos querer defender a tese de que a razão subjacente para desenvolver as forças produtivas é que o progresso produtivo permite avançar contra a escassez recorrendo à tese de que se uma estrutura econômica prevalece é porque promove as forças produtivas, uma vez que esta tese é fundamentada pela escolha racional em sua formulação original, isto é, a motivação geral de escapar da escassez. Numa palavra, não poderíamos fundamentar a escolha racional com teses do materialismo histórico, já que o materialismo histórico foi fundamentado pela escolha racional. Mais à frente, no entanto, Cohen afirma que sua tese do desenvolvimento é fundamentada não numa escolha *diretamente sobre* as forças produtivas – como a escolha racional de desenvolvê-las –, mas numa escolha *sobre* as relações de produção. Agindo sobre as relações de produção, preservando-as ou as substituindo, os seres humanos *indiretamente* escolhem desenvolver as forças produtivas, selecionando e buscando as forças produtivas mais eficazes à disposição<sup>98</sup>. Ou seja, Cohen não defende que os “produtores racionais introduzem forças [produtivas] superiores com o objetivo de aliviar o seu próprio trabalho: que isso ocorre não é negado, mas não é apresentado como o caso geral”<sup>99</sup>, em vez disso, Cohen alega que “sendo racionais, as pessoas preservam e rejeitam as relações de produção de acordo com estas permitirem ou não que o aperfeiçoamento produtivo continue”<sup>100</sup> (COHEN, 1988, p. 91). A base para tal afirmação é a seguinte

<sup>98</sup> COHEN, 1988, p. 24.

<sup>99</sup> Cohen é demasiado sucinto ao explicar como compreender seu argumento da escolha racional. Antes, ele havia nos dito que a razão subjacente e *geral* à tendência ao progresso produtivo histórico era a diminuição do trabalho e a amenização da escassez; e, embora essa não seja uma razão exaustiva, dado que existem casos em que a razão é outra, como no capitalismo, essa é a razão *geral*. Agora, contudo, após modificar o objeto da escolha racional – das forças produtivas às relações de produção –, Cohen afirma que aquela razão geral não é mais o caso geral, embora possa ocorrer. Mesmo se continuasse mantendo a afirmação de que amenizar a escassez por meio da diminuição do trabalho é a razão geral do progresso produtivo, Cohen não oferece nenhum argumento para pensarmos que isso é verdade. Ele admite que o capitalismo é um contraexemplo, mas por que seria uma descrição verdadeira no feudalismo ou em períodos escravistas? Dificilmente seriam os escravos que desenvolveriam as forças produtivas de sua época, e se o fizessem, não seria para aliviar a si mesmos do trabalho e da escassez, dado que vivem de trabalho forçado e uma produção mais eficiente não mudaria sua situação; e se vivem de trabalho forçado, então também não decidem sobre as relações de produção. Quanto aos servos, poderia ser verdadeira a descrição de Cohen em certos casos, mas o que nos garante que é *geralmente* verdadeira? Não nos concentraremos mais na suposta *generalidade* da razão subjacente ao progresso produtivo. Abordaremos a seguir a *subyacência* de tal razão.

<sup>100</sup> Aqui cabe um questionamento. Cohen caracteriza as pessoas como racionais e afirma que, por meio de sua racionalidade, elas escolhem preservar ou substituir as relações de produção tendo em vista o desenvolvimento produtivo e a capacidade deste de amenizar a escassez. Quando é necessário substituir uma estrutura econômica por outra, há resistência da classe dominante e se faz necessária uma revolução social. Portanto, a revolução social é o meio pelo qual as estruturas econômicas são substituídas. No entanto, embora Marx afirme que “todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” – “forma de intercâmbio”, aqui, designa o mesmo que “relações de produção” (COHEN, 2013, p. 182-183) –, “os indivíduos que promoveram as revoluções guardavam ilusões sobre sua própria atividade” (MARX-ENGELS, 2007, p. 61). Ou seja, os sujeitos revolucionários que substituem uma estrutura econômica por outra não têm uma consciência plena de sua atividade revolucionária; muitas vezes, por exemplo, os revolucionários agem

passagem:

Os homens jamais renunciam ao que conquistaram, mas isso não quer dizer que não renunciem jamais à forma social na qual adquiriram determinadas forças produtivas. Muito pelo contrário. Para não serem privados do resultado obtido, para não perderem os frutos da civilização, os homens são constrangidos, a partir do momento em que seu modo de comércio não corresponde mais às forças produtivas adquiridas, a modificar todas as suas formas sociais tradicionais<sup>101</sup> (*Carta de Marx a P. V. Ánnenkov, 28 de Dezembro de 1846*, MARX, 2017b, p. 189).

A passagem não afirma, como Cohen nota, que os seres humanos desenvolvem diretamente as forças produtivas, mas antes que, sendo racionais, optam por rejeitar as relações sociais que não mais correspondem às forças produtivas adquiridas. Por conseguinte, Cohen afirma que a interpretação correta de seu argumento da escolha racional deve entender que a escolha diz respeito às relações de produção, e não diretamente às forças produtivas<sup>102</sup>. A classe dominante pode desenvolver as forças produtivas pelas motivações egoístas de sempre, e isso não afeta o argumento da escolha racional porque esta diz respeito às relações de produção.

Desse modo, podemos livrar o argumento supracitado de Cohen da circularidade. Em geral, é a classe dominante que escolhe desenvolver as forças produtivas motivada por seus interesses de classe. No entanto, a razão subjacente ao desenvolvimento produtivo continua a ser o avanço contra a escassez porque a escolha racional diz respeito às relações de produção; e a escolha racional de preservar ou substituir as relações de produção é motivada pela oportunidade de avançar contra a escassez – motivada por questões materiais, e não sociais –, e isso explica por que, embora a classe capitalista desenvolva as forças produtivas por

---

acreditando que uma revolução é necessária por motivos ideológicos: a burguesia revolucionária francesa levou a cabo a Revolução Francesa “sob o apelo exclusivo às ideias jurídicas e políticas” (ENGELS, 2020, p. 73). Deste modo, embora o conflito entre forças produtivas e relações de produção seja a causa subjacente das revoluções sociais, os revolucionários nem sempre agem conscientes disso. Como Althusser afirma, as lutas de classes em períodos anteriores a revoluções sociais “visam confusamente um *objetivo último* desconhecido da maioria dos combatentes: a destruição dos aparelhos que garantem a reprodução das relações de produção existentes para instalar novos aparelhos de Estado e, sob sua proteção, novas relações de produção cuja reprodução será garantida pelos novos aparelhos de Estado” (ALTHUSSER, 2008, p. 214). E se uma escolha racional deve ser um processo deliberado e consciente, segue-se que o argumento da escolha racional de Cohen é inconsistente com a afirmação de Marx de que os indivíduos que escolhem revolucionar as relações de produção o fazem sob ilusões, sem escolher consciente e racionalmente uma estrutura econômica que sirva às forças produtivas disponíveis, embora esta seja a razão em última instância; seguindo Engels, poderíamos dizer que as ações coletivas são frequentemente movidas por impulsos *inconscientes* (ENGELS, 2020, p. 105). Cohen ignora tal passagem de Marx quando analisa os motivos pelos quais os indivíduos fazem revoluções sociais (COHEN, 2013, Cap. XII). Cohen, sendo um marxista da escolha racional, não cogita que os indivíduos possam agir por razões que desconhecem, acreditando agir por razões diversas, como no exemplo de agirem motivados por ideologias.

<sup>101</sup> Uma passagem semelhante é a seguinte: “Como o que importa é principalmente não se privar dos frutos da civilização, das forças produtivas adquiridas, é preciso liquidar as formas tradicionais nas quais elas foram produzidas” (MARX, 2017b, p. 111).

<sup>102</sup> COHEN, 1988, p. 23-24.

motivos sociais, de classe, o capitalismo e a dominância da classe capitalista apenas persistem porque desenvolvem as forças produtivas. A classe dominante pode desenvolver as forças produtivas por motivos de classe, sem considerar o avanço contra a escassez; no entanto, a classe dominante somente está no poder porque opta por desenvolver as forças produtivas: a escolha racional sobre as relações de produção opta por manter uma classe dominante no poder enquanto esta cumpre a função social de desenvolver as forças produtivas, ainda que aja assim por razões próprias. Portanto, a razão subjacente à persistência do capitalismo, o que permite à classe capitalista continuar com suas ações egoístas, é a escolha racional sobre as relações de produção. Se a classe capitalista parasse de desenvolver as forças produtivas, então seria irracional não retirá-la do poder. Desse modo, a escolha de desenvolver as forças produtivas está condicionada pela escolha sobre as relações de produção: se a primeira é por motivos egoístas de classe, não importa, pois a segunda é por motivos materiais de amenizar a escassez, e esta condiciona aquela – logo, a razão subjacente ao progresso produtivo continua sendo amenizar a escassez.

Devemos questionar, contudo, quando Marx afirma que os seres humanos nunca renunciam ao que conquistaram, *quem são* esses seres humanos. Pois se a escolha racional diz respeito às relações de produção e, se esta escolha decide sobre a manutenção da classe dominante, optando por destituí-la caso não cumpra suas funções sociais, caso sua legitimidade histórica tenha “expirado”, então é razoável julgar que essa escolha racional não é da classe dominante, já que ela não tiraria a si mesma do poder e já que ela luta para permanecer no poder mesmo tendo se tornado reacionária. A escolha racional deve ser de outras classes e deve ser motivada pelo desejo de conquistar a escassez. Mas o controle e a decisão sobre as relações de produção, em geral, cabem à classe dominante. O Estado, como vimos, é o encarregado de consolidar as relações de produção e ele pertence à classe dominante. Logo, temos de questionar o seguinte: tudo bem, a razão subjacente ao progresso produtivo é a conquista da escassez, ainda que a classe dominante possa desenvolver as forças produtivas por motivos próprios, porque uma classe permanece no poder somente enquanto desenvolve a produção, independentemente de por que a desenvolve, mas quem é que está decidindo sobre as relações de produção, permitindo que a classe dominante seja dominante? Argumentamos que é a própria classe dominante que decide sobre a estrutura econômica, enquanto que as classes subalternas tentam constantemente tirá-la do poder sem sucesso. Logo, a escolha racional sobre as relações de produção não cabe à classe trabalhadora e às demais classes que não são dominantes. A classe dominante não permanece no poder porque a

classe trabalhadora e explorada permite isso. A classe explorada trava lutas de classes constantemente contra a classe dominante<sup>103</sup>.

Contudo, a escolha racional sobre a estrutura econômica pode pertencer à classe trabalhadora quando a classe dominante não cumpre mais sua função social, quando já está enfraquecida, quando já não tem forças para resistir às lutas contra as classes exploradas. Mas, antes disso, é falso afirmar que as relações de produção persistem porque as classes oprimidas dão seu assentimento até o momento em que percebem que tais relações estão ultrapassadas, uma vez que as classes trabalhadoras não têm capacidade para decidir se mantêm ou substituem uma estrutura econômica até que a classe dominante enfraqueça consideravelmente.

Vejamos a resposta de Cohen à questão de como uma classe se mantém no poder:

As classes estão permanentemente se enfrentando, e a classe cujo domínio satisfaria mais as exigências da produção tende a prevalecer. Mas como o fato de que a produção prosperaria sob o domínio de determinada classe asseguraria o seu domínio? Parte da resposta a essa questão é que existe um interesse geral por uma produção próspera e estável, de modo que a classe mais bem situada para garanti-la atrai aliados de outras camadas da sociedade. As eventuais classes dominantes são muitas vezes capazes de obter apoio entre as classes submetidas à classe dominante, que elas pretendem substituir (COHEN, 2013, p. 340).

Portanto, de acordo com Cohen, as classes dominantes adquirem apoio geral da sociedade e, por conseguinte, conseguem manter-se no poder<sup>104</sup>. Por vezes, o proletariado apoia a burguesia contra a nobreza feudal; outras vezes, a nobreza feudal e os pequeno-burgueses apoiam a burguesia contra o proletariado. O proletariado, portanto, pode decidir às

<sup>103</sup> MARX-ENGELS, 2007, p. 200-201.

<sup>104</sup> Levine, Wright e Sober acusam injustamente Cohen quando afirmam que “Nem Marx nem Cohen oferecem quaisquer razões gerais convincentes de por que os efeitos desestabilizadores nas relações de produção causados pela tendência de desenvolvimento das forças produtivas são necessariamente mais poderosos do que a tendência estabilizadora da superestrutura” (LEVINE-WRIGHT-SOBER, 1992, p. 36). Isto é, eles estão acusando Cohen de não explicar como o desenvolvimento produtivo consegue romper a estrutura econômica, quando esta deixa de servir àquele, mesmo havendo o Estado e outras instituições superestruturais para consolidá-la. Pois bem, o argumento da escolha racional oferece uma razão a isso. Se o Estado existe em vista da estrutura econômica e esta existe em vista do avanço produtivo, seria irracional preservar um Estado que consolida uma estrutura econômica que não mais serve a seu propósito. Os indivíduos escolheriam racionalmente abrir mão de uma estrutura econômica e uma superestrutura que existem em função do avanço produtivo quando elas não mais cumprissem suas funções. No entanto, o argumento da escolha racional não leva em conta a luta de classes; não leva em conta, por exemplo, as forças produtivas modernas da burguesia nascente minando as relações de produção feudais enquanto o Estado feudal luta para preservar as relações do feudalismo. Levine, Wright e Sober podem objetar, portanto, que o argumento da escolha racional não é razão suficiente para explicar por que as forças produtivas vencem a superestrutura quando a estrutura econômica está ultrapassada. No entanto, a passagem supracitada de Cohen nos dá uma razão para isso levando em conta as classes. A classe no poder, por bem desenvolver a produção, adquire apoio geral da sociedade e, portanto, permanece no poder. Quando, contudo – poder-se-ia continuar a argumentação de Cohen –, a classe dominante e suas relações de produção passam a atrapalhar a economia e o desenvolvimento produtivo, então ela perde o apoio geral da sociedade, enfraquecendo. Por conseguinte, o Estado, sendo propriedade da classe dominante, não consegue preservar a estrutura econômica frente ao avanço das forças produtivas – que, agora, se encontram bloqueadas pelas relações de produção – porque a classe que o controla não tem mais apoio geral da sociedade.



vezes sobre as relações de produção apoiando a burguesia, mas isso não significa que sua decisão seja relevante a ponto de afirmarmos que a classe trabalhadora é a que decide se mantém ou não as relações de produção, já que quando decide por não apoiar a burguesia, dificilmente consegue tirá-la do poder. Ademais, como vimos, dificilmente o proletariado observa o avanço produtivo como sendo do seu interesse – logo, dificilmente desejará apoiar a classe dominante. Ainda assim, “A classe capaz de controlar as forças produtivas se impõe sobre o ressentimento dos produtores explorados” (COHEN, 2013, p. 341); o que indica como a escolha racional sobre as estruturas de classe e as relações de produção passa por cima da vontade dos trabalhadores. Com efeito, Cohen afirma que a classe proletária está *involuntariamente* sujeita ao trabalho rigoroso sob o capital.

Vejam os a tensão: as estruturas de classe, assim como as relações de produção, são consequências do desenvolvimento produtivo. As classes são necessárias e auxiliam o progresso produtivo. Como assevera Marx: “Até o presente, as forças produtivas se desenvolveram graças a esse regime antagônico de classes”, pois “Sem antagonismo não há progresso” (MARX, 2017b, p. 66). O antagonismo em questão é de classe, sendo compreendido como o “antagonismo do trabalho acumulado e do trabalho imediato” (*idem*). De modo mais exato, as classes são necessárias ao progresso produtivo porque “as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade” (MARX-ENGELS, 2007, p. 42)<sup>105</sup>. Cohen argumenta que, sob o capitalismo, a classe dominante é necessária ao avanço produtivo porque a produção capitalista avança segundo um regime rigoroso de produção, e seria implausível supor que os produtores imediatos desejariam impor a si mesmos um regime rigoroso como o regime do capital<sup>106</sup>. Logo, os proletários estão *involuntariamente* sob o regime capitalista e não são eles, portanto, que decidem sobre as relações de produção e as estruturas de classe. E se a classe trabalhadora compõe a maioria da humanidade, então a escolha racional sobre a estrutura econômica não pertence à maioria das pessoas, mas à união entre certas classes com interesse em uma economia próspera. O apoio que a classe dominante

---

<sup>105</sup> Não há nenhuma contradição no fato de as classes serem causadas pela produção e agirem sobre ela posteriormente, bem como no fato de as classes serem explicadas funcionalmente em relação à produção. Com efeito, analogamente ao caso das relações de produção com as forças produtivas observado no capítulo II, as estruturas de classes são condicionadas por condições materiais e econômicas mas, por seu turno, condicionam estas: “A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio das necessidades vitais condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais e são, por sua vez, condicionadas por elas no modo de seu funcionamento” (MARX-ENGELS, 2007, p. 31).

<sup>106</sup> COHEN, 2013, p. 258.

obtem não seria geral, mas antes submeteria a massa da população a uma vida de trabalho, longe de escapar da escassez.

Os dois argumentos do terceiro capítulo se chocam agora ainda mais, e a união que promovemos temporariamente entre eles se mostra instável. O Estado é da classe dominante porque consolida a estrutura econômica e a exploração de classe; e se é o Estado o principal agente que decide sobre a estrutura econômica e, se ele pertence à classe dominante, segue-se que a decisão sobre a estrutura econômica é principalmente da classe dominante. A escolha racional sobre as relações de produção seria, portanto, da classe dominante – ao menos até o Estado enfraquecer e as demais classes tomarem o poder para si. O Estado não enfraquece, como argumentou Cohen, enquanto a classe no poder cuidar bem da economia, pois as demais classes a apoiarão. Isso une o primeiro argumento ao segundo. Ou seja, a classe dominante se vale do Estado para defender seus interesses, mas apenas consegue se manter no poder enquanto executar certas funções sociais e econômicas.

Contudo, unir o segundo argumento ao primeiro é mais complicado. O segundo argumento quis demonstrar que o Estado era superestrutural, pois seria racional utilizá-lo para consolidar a estrutura econômica em vista de amenizar a escassez. Mas consolidá-la contra o quê? Contra as lutas de classes. Consolidar a estrutura econômica, aqui, significa consolidar um regime de exploração de uma classe sobre outras. Consolidar por quê? Porque a classe trabalhadora não deseja ser explorada e luta contra isso. A tensão está em que nos valem da escolha racional sobre as forças produtivas ou sobre as relações de produção, escolha esta que busca amenizar a escassez, para afirmar que o Estado é superestrutural; mas quando unimos esse argumento ao primeiro, afirmando que o Estado superestrutural é também um Estado classista que defende os interesses da classe dominante porque as estruturas de classe são necessárias ao desenvolvimento produtivo e porque a classe dominante de cada época é a dominante porque é a mais apta a desenvolver a capacidade produtiva disponível, torna-se irracional supor que a classe trabalhadora explorada toma parte na decisão racional sobre as estruturas de classe e as relações de produção. A classe explorada não se importa com a legitimidade histórica da classe dominante, e não aceitaria ser explorada só porque sua exploração é necessária ao desenvolvimento produtivo. Tanto não aceitaria que o Estado surge como necessidade de consolidar a estrutura econômica abafando as lutas de classes promovidas contra a classe dominante. E, como Cohen afirma, a classe capitalista é necessária porque impõe um regime de trabalho aos produtores que eles mesmo não imporiam a si

mesmos. Logo, a classe proletária se encontra involuntariamente em relações de produção e estruturas de classe.

Por conseguinte, os dois argumentos são incompatíveis entre si, caso desejemos que a escolha racional, a qual fundamenta o segundo argumento, seja uma escolha da qual até mesmo os trabalhadores explorados fazem parte. Se assim fosse, por que o Estado seria necessário? Se os trabalhadores explorados decidem racionalmente sobre preservar ou não uma estrutura econômica e de acordo com ela promover ou não o desenvolvimento das forças produtivas, por que o Estado surge como necessidade de conter as lutas de classes promovidas pelas classes exploradas? O primeiro argumento começa por teses que o segundo, se a escolha racional for universal, não pode aceitar. Desse modo, vamos explorar a alternativa de a escolha racional ser de poucos indivíduos. Vejamos alguns casos históricos que podem nos auxiliar.

O dismantelamento das *gentes* pode exemplificar (para além do capitalismo) como a razão subjacente ao progresso produtivo de avançar contra a escassez não está presente na substituição de uma estrutura econômica por outra ou, se está presente, então diz respeito apenas à escassez de algumas pessoas ou de algumas classes. Engels afirma que

Todos os povos civilizados começam com a propriedade comum da terra. Em todos os povos que avançam além de um certo estágio original, essa propriedade comum se torna, no decorrer do desenvolvimento da agricultura, um entrave à produção. Ela é abolida, negada, transformada em propriedade privada depois de estágios intermediários mais ou menos longos (ENGELS, 2015b, p. 167).

Observamos detalhadamente, no capítulo I, como as sociedades gentílicas, com sua economia comunista, foram gradativamente destruídas pelo avanço da agricultura e da pecuária, que engendraram as primeiras grandes divisões sociais do trabalho, o surgimento da propriedade privada, novas formas de família, as classes sociais e, por fim, a necessidade do Estado. Depois, no capítulo II, observamos as teses da primazia e do desenvolvimento, bem como o fundamento desta última – a escolha racional de desenvolver as forças produtivas em vista de fugir da condição histórica de escassez em que os seres humanos se encontram. Essas duas teses e o seu fundamento explicam a passagem supracitada de Engels. Dos fatos de que a produção avançou e de que as relações de produção representavam entraves a ela, Engels rapidamente conclui que tais relações de produção foram abolidas. A tese da primazia explica esse processo de abolição da estrutura econômica vigente e obsoleta, na medida em que afirma que a estrutura econômica deve se ajustar às forças produtivas disponíveis, auxiliando

no desenvolvimento delas e as bem utilizando. Se isso não ocorrer, então a estrutura econômica, sendo um impedimento de algum tipo ao progresso produtivo, é descartada.

De acordo com a explicação subjacente da escolha racional, o fim das relações gentílicas de produção se deveu à escolha racional de aboli-las em vista de não bloquear as novas forças produtivas que surgiam e/ou se desenvolviam, posto que isso ajudaria a amenizar a situação de escassez das pessoas. Algumas passagens de Engels podem respaldar parcialmente essas afirmações. Por exemplo, sobre o fim do uso comum do solo em sociedades primitivas, Engels alega que

Não se pode falar de uso da força nem em relação a esse caso nem em relação à repartição da posse comum de terras das “cooperativas hereditárias” junto ao rio Mosela e na região do Hochwald; *os agricultores acham que é do seu interesse* que a propriedade privada da terra de cultivo substitua a propriedade comum (ENGELS, 2015b, p. 191, grifo nosso).

Isto é, a passagem explicitamente afirma que o fim do uso comum do solo não se deu por meio do uso da força, mas porque os agricultores julgaram que o fim do comunismo primitivo seria o melhor para eles. Por conseguinte, a privatização do solo ocorreu em virtude de uma escolha racional dos agricultores. Outra passagem corrobora ainda mais as teses de Cohen:

Em toda parte em que a propriedade privada toma forma, isso acontece em consequência de condições alteradas de produção e troca, *do interesse no aumento da produção* e da promoção do intercâmbio – portanto, em virtude de causas econômicas (ENGELS, 2015b, p. 191, grifo nosso).

Ou seja, a propriedade privada se forma, em parte, pelo interesse no aumento da produção, sem o uso da força<sup>107</sup>. A propriedade comunitária do solo estava bloqueando o avanço produtivo e, por isso mesmo, a propriedade privada do solo a substituiu.

Contudo, devemos questionar alguns pontos. Como Engels afirma,

“São os interesses<sup>108</sup> mais vis – a reles ganância, a busca brutal do prazer, a sórdida avareza, *o roubo da posse comunitária em proveito próprio* – que inauguraram a nova sociedade de classes civilizada; são os meios mais vergonhosos – roubo, violação, astúcia, traição – que solapam e fazem ruir a antiga sociedade gentílica sem classes” (ENGELS, 2019, p. 94, grifo nosso).

O fim do comunismo primitivo não se deveu, de modo algum, a uma escolha racional de livrar a humanidade da condição de escassez, mas apenas à motivação de alguns indivíduos

<sup>107</sup> No entanto, esta nem sempre foi a opinião de Engels ou de Marx. Em *A ideologia alemã*, escrito décadas antes de *A origem da família*, Marx e Engels afirmam que “a propriedade privada propriamente dita surgiu em toda parte por usurpação” (MARX-ENGELS, 2007, p. 352).

<sup>108</sup> Interesses vis como causas do fim da sociedade sem classes poderiam ser observados como uma subjetivação das explicações materialistas que Engels e Marx costumam oferecer. No entanto, como Engels explica, “As relações econômicas de dada sociedade apresentam-se em primeiro lugar como *interesses*” (ENGELS, 2015a, p. 124).

de assegurar propriedade privada “em proveito próprio”. E igualmente devemos questionar aqui: quem são os donos dessa escolha racional? Certamente não são as *gentes* em sua totalidade: dificilmente as mulheres participaram desta decisão, uma vez que a família patriarcal já estava vigorando, ou mesmo os escravos, que já haviam surgido. Como Engels havia descrito, “em cada organismo gentílico se fez notar esse conflito de interesses que atingiu seu auge na unificação de ricos e pobres, usurários e devedores na mesma *gens* e na mesma tribo” (ENGELS, 2019, p. 155). O conflito de interesses, motivado pela cisão de classes, é anterior à queda da economia comunista das *gentes*; e é improvável que a escolha racional de substituir as relações gentílicas de produção por outras relações de produção seja dos membros das *gentes* em geral, haja vista o surgimento de conflitos de interesses entre as classes presentes nas *gentes*. Com efeito, a escolha racional de se livrar das relações gentílicas de produção, de minar o comunismo primitivo, é imputada, por Engels, aos “agricultores”, a saber, aos homens que se apropriavam cada vez mais da propriedade privada adquirida por meio da pecuária e da agricultura. São esses homens, livres e ricos, que minaram as *gentes* e instituíram o Estado, com vistas a oprimir as demais classes – e tudo isso em nome da desigualdade, da dominação, da avareza – resumindo, em nome de “interesses vis”.

Recusamos, portanto, a opção de que a escolha racional de desenvolver as forças produtivas ou de selecionar as relações de produção é da humanidade em geral. Recusamos essa opção principalmente em virtude da existência de lutas de classes. Contudo, não estamos afirmando que as teses da primazia e do desenvolvimento são incompatíveis com as lutas de classes. Cohen argumenta que as lutas de classes são o meio pelo qual as forças produtivas se impõem às relações de produção vigentes e antiquadas<sup>109</sup>, transformando a sociedade: “o meio pelo qual a sociedade se transforma é o conflito de classe” (COHEN, 2013, p. 332). As revoluções sociais, por meio das lutas de classes, transformam as relações de produção obsoletas, estabelecendo novas relações e dando continuidade ao desenvolvimento produtivo. Afirmamos apenas que a fundamentação de Cohen às teses da primazia e do desenvolvimento pelo recurso à escolha racional, enquanto escolha universal, não pode ser conciliada com a existência de lutas de classes.

A escolha racional de que fala Cohen é de uma descrição fundamentalmente não classista, na medida em que evita fazer menção à estrutura econômica<sup>110</sup>. O argumento da escolha racional nega que as “relações de produção constituam qualquer parte da razão última de por que o desenvolvimento [produtivo] tende a ocorrer”, embora as relações de produção

---

<sup>109</sup> COHEN, 2013, p. 339.

<sup>110</sup> COHEN, 1988, p. 83.

sejam “(pelo menos, frequentemente) a fonte próxima do progresso produtivo” (COHEN, 1988, p. 92). O argumento da escolha racional, portanto, não menciona as classes sociais. De fato, como bem observaram Levine e Wright, o argumento da escolha racional de Cohen é uma espécie de contratualismo<sup>111</sup>. Cohen abstrai os indivíduos de seus contextos sociais, de suas classes sociais e os imagina como indivíduos racionais, dividindo um interesse universal<sup>112</sup>. Isso parece ser apenas um experimento mental meramente hipotético.

O problema, contudo, é que a tese do desenvolvimento pressupõe um sentido trans-histórico para “racionalidade” e “escassez” e, portanto, uma noção trans-histórica dos interesses humanos que provavelmente não pode ser sustentada (LEVINE-WRIGHT, 1980, p. 30).

Na realidade, não observamos nenhuma decisão racional tomada universalmente pelos indivíduos; e é dubitável se Cohen deseja que seu argumento seja apenas hipotético ou se não aceitaria a caracterização de seu argumento como contratualista. Se Cohen apenas utiliza de uma hipótese à maneira dos contratualistas, concebendo condições humanas que podem muito bem não ter existido, então claramente retiraremos todas as nossas críticas ao argumento da escolha racional. Mas fica difícil imaginar como uma hipótese poderia nos ajudar a *descrever* (e não *prescrever*) uma tendência histórica real, como o desenvolvimento produtivo. Assim, supomos que Cohen não deseja que a escolha racional seja hipotética.

Posto isso, concordamos com Levine e Wright quando estes defendem que as noções de racionalidade e escassez de Cohen são desprovidas de contexto social e, por isso mesmo, falham em explicar as mudanças históricas. Não é a humanidade inteira que decide sobre as forças produtivas e as relações de produção, mas principalmente a classe dominante, em detrimento das classes exploradas. A classe no poder, contudo, não desenvolve as forças produtivas ou seleciona as relações de produção no intuito de amenizar a situação de escassez de ninguém; e se alguma vez age assim, age no intuito de livrar a si mesma, livrar a seus membros da escassez. Por conseguinte, a escassez não é desprovida de contexto social, mas é certa forma de escassez, como a escassez da classe dominante – a qual, muitas vezes, inexistente, já que as classes dominantes comumente vivem distantes da escassez –, nem o é a racionalidade. A racionalidade, em vez de ser a racionalidade humana, é a racionalidade específica de uma classe. A decisão racional, portanto, é racional na medida em que é racional para a classe dominante, e não para a humanidade como um todo: para as classes subalternas,

<sup>111</sup> LEVINE-WRIGHT, 1980, p. 21-22.

<sup>112</sup> A universalidade da escolha racional testemunha contra a afirmação de Engels de que “a história é feita de tal modo que o resultado final sempre surge de conflitos entre vontades individuais, cada uma delas, por seu turno, tornou-se o que é por uma variedade de condições particulares da vida. Portanto, há inúmeras forças entrecruzadas, uma série infinita de paralelogramos de forças que dão origem a um resultante – o evento histórico” (MARX-ENGELS, 1975, p. 395).

por vezes não há nada de racional em desenvolver as forças produtivas, já que elas são desenvolvidas através da exploração de seu trabalho<sup>113</sup>.

Vejamos a resposta de Cohen. Cohen afirma que a tese do desenvolvimento postula uma tendência *autônoma* de desenvolvimento produtivo na história; e essa autonomia é justamente autonomia em relação às relações de produção. A motivação de Cohen para isso é evitar uma argumentação circular, visto que deseja inferir a tese da primazia com base na tese do desenvolvimento. Mencionar as racionalidades específicas de classe, ou inserir os indivíduos racionais em contextos sociais, em suas classes sociais, no argumento que explica a tese do desenvolvimento seria abrir mão da autonomia da tendência histórica de progresso produtivo; e isso nos impediria, por sua vez, de usar essa tese como premissa da tese da primazia<sup>114</sup>. Cohen não nega que as relações de produção possam ser “a *imediata* fonte do desenvolvimento das forças [produtivas]”, o que não contradiz a tendência ao progresso produtivo ser baseado em “circunstâncias materiais e, portanto, não socialmente específicas da natureza humana e da condição humana” (COHEN, 1988, p. 90).

Cohen tem razões para desnudar os indivíduos racionais de suas classes. E continua a defender que a escolha racional, motivada por questões materiais, e não sociais, é anterior às formações econômicas e às classes, dado que explica como o desenvolvimento produtivo, que ocasiona a formação de relações de produção e de classes sociais, passa a ocorrer. Portanto, as racionalidades específicas de classe não poderiam explicar e causar o desenvolvimento produtivo, já que são efeitos dele, bem como são funcionalmente explicadas por sua contribuição ao avanço produtivo: “Particulares racionalidades específicas de classe prevalecem apenas enquanto estão associadas a estruturas de classe que servem a um impulso mais fundamental ao progresso produtivo” (COHEN, 1988, p. 91). Embora seja correto afirmar que as forças produtivas não se desenvolverão a menos que as relações sociais sejam propícias ao desenvolvimento produtivo, “o fato de que elas são propícias não é a razão pela qual a tendência ao desenvolvimento [produtivo] prevalece, nem a razão, em última análise, da tendência se realizar, já que, em última análise, é por causa da tendência autônoma que as relações são como são” (COHEN, 1988, p. 92).

Essa foi a argumentação de Cohen contra Levine e Wright. Continuamos, contudo, enfatizando que abstrair os indivíduos de suas classes sociais conduz o argumento da escolha racional a ser implausível. A escolha racional, prescindindo das classes, não consegue explicar como, depois de um suposto interesse universal da humanidade em amenizar a

---

<sup>113</sup> LEVINE-WRIGHT, 1980, p. 30-33.

<sup>114</sup> COHEN, 1988, p. 88.

escassez por meio do avanço produtivo, existem lutas de classe pelo poder, existe desigualdade social que conduz a maioria da população a viver em situação de considerável escassez etc. O argumento da escolha racional só se torna plausível se distinguirmos os indivíduos e retirarmos seu caráter universal. Pois, de acordo com a explicação funcional das estruturas de classes, uma classe surge e persiste porque desenvolve as forças produtivas, permitindo assim uma investida contra a escassez, e cai quando para de fazê-lo. E o que garante isso é a escolha racional de desejar o bem da economia, como Cohen havia afirmado. Mas vimos que os trabalhadores dificilmente tomam parte nessa decisão, e constantemente atacam a estrutura econômica. Desse modo, ainda que possamos conceder que a classe dominante encontre apoio de outras classes justamente porque cuida bem da economia, só pelo fato de haver lutas de classes, pelo fato de a classe dominante precisar de apoio para além de sua classe, de se sentir ameaçada, em geral, pelas classes oprimidas, isso já prova que a decisão sobre as relações de produção não é universal: de fato, se a classe trabalhadora, que é a maior parte da humanidade, não apoia a classe dominante e esta ainda assim se mantém no poder, isso significa que a escolha racional é de uma minoria.

A classe dominante, que desenvolve as forças produtivas, não precisa desenvolvê-las em vista de amenizar a escassez; mas as próprias classes – seu surgimento, persistência e declínio – estão sujeitas à função de desenvolver as forças produtivas, já que são explicadas funcionalmente no que toca à conquista da escassez. É a escolha racional sobre as relações de produção que explica as estruturas de classe. Mas questionamos que tal escolha seja tomada pelas pessoas que se interessam em amenizar a escassez, e caso se interessem em avançar contra a escassez, seria contra a sua própria escassez, explorando as demais pessoas. Posto assim, a explicação funcional das estruturas de classes, fundamentada pela escolha racional universal, é questionada. Consequentemente, embora Cohen queira manter sua explicação funcional das classes, defendendo-se contra a objeção de Levine e Wright enfatizando-a, não vemos uma resposta satisfatória de Cohen a tais dificuldades.



## *Considerações finais*

Como vimos, a teoria do Estado de Engels afirmou que o Estado é, via de regra, o Estado da classe dominante. Argumentamos através das teses do materialismo histórico que o Estado é superestrutural e que, por isso mesmo, somente a classe dominante usufruiria dele. A argumentação para estabelecer o Estado como superestrutural, e impedir que consideremos o Estado como sendo neutro – ou seja, impossibilitando que o Estado tenda a ter uma natureza que não seja a de dominação de classes em vista de manter a estrutura econômica sólida – baseou-se na justificação de Cohen da tese da primazia por meio da tese do desenvolvimento. Se é racional ter uma estrutura econômica que exista em favor das forças produtivas, então é também racional ter um Estado que exista em favor da estrutura econômica. Seria um entrave enorme ao progresso das forças produtivas um Estado que fosse indiferente às relações de produção ou que exercesse seu poder contra estas. O Estado, portanto, é uma instituição superestrutural. Conseqüentemente, nossa argumentação estaria em solo firme caso pudéssemos defender a teoria da escolha racional de Cohen. Contudo, não conseguimos fazer isso. Encontramos lacunas e fragilidades nessa teoria.

Podemos resumir nossa contra-argumentação em três pontos.

1) A escolha racional diz respeito às relações de produção e está à parte de distinções sociais. Mas quando nos deparamos com as situações concretas da sociedade, observamos que os trabalhadores – a maior parte da humanidade – estão *involuntariamente* sujeitos a determinadas relações de produção. Esse é o caso dos proletários, dos servos e dos escravos. Logo, tanto sua posição na estrutura econômica como a própria instauração desta estrutura não são escolhas suas. Assim, na realidade, a decisão sobre as relações de produção não cabe à maior parte das pessoas. A escolha racional não é, portanto, nem universal nem majoritária.

2) Por conseguinte, se são os trabalhadores que *em geral* sofrem com a escassez, e se é a classe dominante de cada época que *em geral* decide sobre as relações de produção, e se rara e dificilmente a condição histórica da classe dominante é marcada pela escassez, segue-se que a razão subjacente de Cohen não é a razão *geral* do progresso produtivo. Mas, se concedermos que a classe dominante também sofre com a escassez ou, se não sofre, age com vistas a não voltar a sofrer com ela, então ainda assim afirmamos que a razão geral e subjacente ao progresso produtivo é a conquista da escassez de uma classe específica. Logo, ou a conquista da escassez não é a razão geral e subjacente ao desenvolvimento produtivo ou a “escassez” deve ser compreendida como denotando a escassez de uma classe em particular.

3) Cohen havia dito que “as relações de produção se convertem em entraves e, em virtude de obstaculizarem as forças produtivas, devem ser destruídas. Mas por que o fato de que as relações de produção restringem as forças produtivas anunciaria o seu declínio, se não fosse o motivo de que seria irracional mantê-las, considerando o preço de perder a oportunidade de novos avanços contra a escassez?”. No entanto, como vimos, Marx e Engels julgaram que a classe trabalhadora saiu perdendo, em termos materiais, na passagem do feudalismo ao capitalismo. O capitalismo retirou condições materiais do trabalhador e fez dele proprietário apenas de sua força de trabalho. O avanço produtivo capitalista empobreceu a população, criou desemprego, um exército de reserva, aumentou o número de proletários na sociedade, empobrecendo os integrantes de outras classes – e tudo isso levará o proletariado à “miséria revolucionária” que o obrigará a abolir o capitalismo. Portanto, por que substituir as relações de produção feudais pelas relações de produção capitalistas é um avanço contra a escassez se a escassez e a miséria aumentam e se tornam regra geral na sociedade? A resposta que encontramos é que as relações de produção capitalistas desenvolvem melhor as forças produtivas que as relações feudais (a partir de certo momento histórico) e o desenvolvimento das forças produtivas *possibilita* a amenização da escassez porque gera as condições materiais do socialismo. Mas o desenvolvimento produtivo não efetiva, até o socialismo, um avanço contra a escassez em termos concretos. Desse modo, não é razoável que a escolha racional de substituir as relações feudais pelas capitalistas seja explicada pelo desejo de amenizar a escassez, dado que não a ameniza de fato, chegando mesmo a piorá-la, mas apenas possibilita seu fim na sociedade socialista num futuro distante. Logo, a razão subjacente ao progresso produtivo não pode, ao menos em muitos casos, ser o avanço contra a escassez, mesmo que a escolha racional seja relativamente às relações de produção, e não às forças produtivas. Mas se a razão subjacente continua a ser o avanço contra a escassez, então a escassez não é a escassez da humanidade em geral, pois esta tende a ser agravada com o avanço produtivo, mas a escassez de certas pessoas ou classes que, para livrarem-se da escassez, empurram a classe trabalhadora, a massa da população a uma escassez cada vez pior.

O fundamento dado por Cohen ao materialismo histórico foi fundamentalmente a aplicação da teoria da escolha racional ao marxismo, junto de uma interpretação funcionalista das forças produtivas e das relações de produção. Apontamos diversas questões conflitantes com esse fundamento, de tal modo que preferimos abandonar tal explicação, julgando-a inadequada como fundamento do materialismo histórico e, por conseguinte, como fundamento da teoria marxista do Estado.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Vozes, 2008.
- COHEN, G.A. *A teoria da história de Karl Marx: Uma defesa*. Unicamp, 2013.
- \_\_\_\_\_. *History, labour, and freedom: Themes from Marx*. Clarendon Press, 1988.
- ELSTER, Jon. *Making sense of Marx*. Cambridge University Press, 1985.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Boitempo, 2019.
- \_\_\_\_\_. *O socialismo jurídico*. Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão da moradia*. Boitempo, 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Anti-Dühring*. Boitempo, 2015b.
- \_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Edipro, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Hedra, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Principles of communism*. Peking: Foreign Languages Press, 1977.
- LENIN, Vladímir. *O Estado e a revolução*. Boitempo, 2017.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix, 2019.
- LEVINE, A.; WRIGHT, E. O.; SOBER, E. *Reconstructing marxism: Essays on explanation and the theory of history*. Verso, 1992.
- LEVINE, A.; WRIGHT, E. O. *Rationality and class struggle*. New Left Review, 1980.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. Boitempo, 2011b.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O capital – Livro I*. Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O capital – Livro III*. Boitempo, 2017a.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. Boitempo, 2017b.
- MARX-ENGELS. *Manifesto Comunista*. Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Selected Correspondence*. Progress Publishers – Moscow, 1975.
- MASCARO, Alysson. *Estado e forma política*. Boitempo, 2013.
- OHLWEILER, O. A. *Materialismo histórico e crise contemporânea*. Mercado Aberto, 1984.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Penguin – Companhia das Letras, 2017.

WETHERLY, Paul. *The theory of the state in Cohen's functional interpretation of Marx's theory of history*. Science & Society, Vol. 70, No. 2, Rethinking Marx and History (Apr., 2006), pp. 205-231.